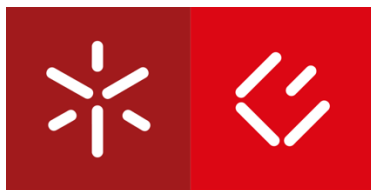


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Frederica Maria Gomes Ferreira

Políticas climáticas: Do nível europeu ao nível local – Uma análise da participação dos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas

julho de 2023



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Frederica Maria Gomes Ferreira

**Políticas climáticas: Do nível europeu
ao nível local – Uma análise da
participação dos municípios
portugueses signatários do Pacto de**

Relatório de Estágio
Mestrado em Ciência Política

Trabalho efetuado sob orientação de
**Professor Doutor António Fernando Freitas
Tavares**
Dr.^a Paula Lopes da Silva

julho 2023

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositórioUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial
CC BY-NC

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Agradecimentos

Ao Professor António Tavares, meu professor e orientador, por ter embarcado comigo neste projeto.

À Dr.^a Paula Lopes da Silva, por todo o incansável acompanhamento, durante e após o estágio.

Aos professores e colegas da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho com quem tive o gosto de partilhar ideias e experiências ao longo do Mestrado em Ciência Política.

A toda a equipa da Quercus – Associação para a Conservação da Natureza, por me ter recebido e desafiado a cada dia.

À minha família e aos meus amigos, por tudo.

Um sentido agradecimento a todos.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Resumo

Título: Políticas climáticas: Do nível europeu ao nível local – Uma análise da participação dos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas

O presente relatório surge na sequência do estágio realizado na Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, entre os meses de setembro de 2020 e janeiro de 2021. A temática pretende focar a importância e relevância das ações a nível local para o cumprimento das metas nacionais e da União Europeia, adotando-se os princípios da governação multinível.

A investigação debruça-se, em particular, sobre a iniciativa Pacto de Autarcas, e a participação dos municípios portugueses signatários do mesmo. Pretende-se perceber qual o ponto de situação destes municípios no que toca ao estado da sua candidatura, ao compromisso assumido, às dificuldades encontradas e às expectativas futuras.

Para isto, procedeu-se à análise da informação reunida e disponibilizada no website oficial do Pacto de Autarcas, e realizou-se um inquérito que foi enviado para todos os municípios portugueses signatários, ao qual se obteve resposta de mais de metade dos municípios envolvidos. O inquérito teve como objetivo aprofundar, complementar e confirmar as informações disponibilizadas pelo website, além de permitir a resposta a questões que não são abordadas na página web.

Pretendia-se com esta abordagem compreender o nível de compromisso e envolvimento dos municípios portugueses nesta iniciativa, tendo em conta que se trata de uma iniciativa de adesão voluntária, criada pela Comissão Europeia com o objetivo de apoiar os governos locais a alcançar, e até superar, as metas ambientais definidas pela União Europeia. Esta análise foi estrategicamente realizada num período de transição e mudança, em que a União Europeia atualizou os seus objetivos, adotando metas mais ambiciosas.

Dos resultados salienta-se a vontade da maioria dos municípios em abraçarem metas mais ambiciosas, que se alinhem com os objetivos da União Europeia, apesar da grande percentagem de signatários com compromissos desatualizados. As dificuldades mais apontadas pelos municípios como obstáculos ao sucesso da iniciativa foram a falta de recursos humanos e a dificuldade na recolha dos dados necessários.

Palavras-chave: Municípios, Governo Local, Pacto de Autarcas, Plano de Ação, Ação Climática, Mitigação, Adaptação, Transição Justa

Abstract

Title: Climatic Policies: from the european level to the local level – An analysis of the Portuguese municipalities’ participation as signatories of the Covenant of Mayors

This report follows on from the internship held at Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, between September 2020 and January 2021. The theme aims to focus on the importance and relevance of the actions at the local level to the fulfilment of the goals established at national level and at the level of the European Union, adopting the principles of the multi-level governance.

The research focuses on the Covenant of Mayors initiative, and the participation of the Portuguese municipalities that are signatories of this initiative. It is intended to understand the current situation of these municipalities in terms of their application status, of the commitment adopted, of the difficulties found and of future expectations.

To do so, the information reunited and made available in the official website of the Covenant of Mayors was analysed, and an inquiry was sent to all the Portuguese municipalities signatories, to which more than half of the municipalities involved responded. The inquiry aimed to deepen, complement and confirm the information available on the website, in addition to enable the answer to questions that are not addressed on the web page.

Through this approach, it was intended to understand the level of commitment and involvement of the Portuguese municipalities in this initiative, taking into account that this is an initiative that works with voluntary adhesion, created by the European Commission with the objective of supporting the local governments to reach, and even go beyond, the environmental goals set by the European Union. This analysis was strategically made in a period of transition and change, given that the European Union has actualized its goals, adopting more ambitious targets.

The results highlight the intention of most of the municipalities of embracing more ambitious emission reduction targets, aligned with European Union’s goals, despite the big percentage of signatories with outdated commitments. The difficulties most pointed out by the municipalities as obstacles to the initiative’s success were the lack of sufficient human resources and the difficulty in collecting the necessary data.

Keywords: Municipalities, Local Government, Covenant of Mayors, Action Plan, Climate Action, Mitigation, Adaptation, Just Transition

Índice

Introdução.....	9
Capítulo I – Revisão de Literatura	13
Revisão de Literatura	14
Capítulo II – A Quercus.....	20
Quercus	21
Valores e Princípios	21
Estrutura Organizacional.....	22
História	23
Prémios e Condecorações	24
Participação Internacional e Nacional	25
Capítulo III – O estágio na Quercus.....	27
O Estágio na Quercus	28
Atividade desenvolvida.....	28
Projetos da Quercus	30
Participação em Redes.....	32
A Quercus e o Pacto de Autarcas.....	34
Capítulo IV – Problemática e Enquadramento Teórico	36
Problemática e Enquadramento Teórico.....	37
A Crise Climática e os Esforços Europeus e Globais	39
A Governação Multinível	46
O Pacto de Autarcas.....	48
Origem, Objetivos e Evolução	48
A adesão dos Signatários	51
Coordenadores e Promotores	54
Outras Estruturas e Apoios	55
Capítulo V – Research Design	57
Research Design.....	58
Problemática em estudo.....	58

Recolha e Tratamento de Dados	59
Hipóteses.....	62
Capítulo VI – Análise de Dados	65
Análise de Dados.....	66
Dados do Website.....	66
Dados do Inquérito.....	71
Comparação do grupo total com o grupo de resposta	71
Incongruências.....	76
Dificuldades e Perspetivas de Futuro	77
Capítulo VII – Discussão dos Resultados	80
Discussão dos Resultados.....	81
Considerações Finais.....	82
Bibliografia	85
Anexos	92
1. Carta Destinada aos Municípios Portugueses Signatários do Pacto de Autarcas.....	93
2. Inquérito Dirigido aos Municípios Portugueses Signatários do Pacto de Autarcas	94
3. Lista de Municípios Portugueses Signatários Incluídos no Inquérito	108

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Número de municípios portugueses por ano de adesão ao Pacto de Autarcas.....	68
Gráfico 2 - Estado da candidatura dos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas	69
Gráfico 3 - Compromissos assumidos pelos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas	70
Gráfico 4 - Número de municípios portugueses respondentes ao inquérito, por ano de adesão ao Pacto de Autarcas	72
Gráfico 5 - Dimensão dos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas.....	73
Gráfico 6 - Dimensão dos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas respondentes ao inquérito.....	74
Gráfico 7 - Estado da candidatura dos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas respondentes	75
Gráfico 8 - Compromissos assumidos pelos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas respondentes	75
Gráfico 9 - Dificuldades identificadas pelos municípios signatários do Pacto de Autarcas respondentes ao inquérito	78
Gráfico 10 - Respostas dos Municípios Signatários respondentes quando questionados acerca da adoção de uma meta para 2030 mais ambiciosa (de 55% de redução de emissões).....	79

Introdução

A Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza foi a organização escolhida para a realização do estágio cujo relatório serviu de âmbito para esta investigação. A crise climática tem sido uma das preocupações centrais entre os mais jovens nos últimos tempos. Sendo jovem e partilhando dessa preocupação, procurei escolher um organismo relevante no contexto nacional, e que atuasse no âmbito das políticas ambientais e climáticas, não só com o intuito de aprender mais sobre o assunto, como também com o objetivo de dar a minha singela contribuição para a investigação nesta área.

Assim, o presente trabalho surge então na sequência do estágio que realizei nesta organização não governamental, a Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza. Este estágio teve a duração de quatro meses, e realizou-se entre setembro de 2020 e janeiro de 2021.

A Quercus foi fundada em 1985 e desde cedo conquistou o seu espaço enquanto organização de valor e prestígio. Trata-se de uma associação de âmbito nacional, sem fins lucrativos, que luta pela conservação da biodiversidade e pela implementação de medidas que conduzam ao desenvolvimento sustentável da sociedade. Funciona de forma descentralizada, tendo um total de 18 núcleos espalhados por Portugal, de forma a poder desenvolver e gerir projetos por todo o território nacional, incluindo as ilhas.

O tema da investigação será o Pacto de Autarcas, iniciativa criada pela Comissão Europeia em 2008. Tal como o nome deixa adivinhar, esta iniciativa de adesão gratuita e voluntária convida os municípios (entre outras entidades) a assumirem um compromisso e a elaborarem um Plano de Ação para o cumprir. O foco do Pacto de Autarcas é incentivar a implementação de medidas de mitigação dos efeitos das alterações climáticas a nível local, de forma a facilitar o alcance das metas da União Europeia, tendo em vista o alcance da neutralidade carbónica em 2050. A Quercus, enquanto organização sentinela, tem interesse em perceber se os municípios portugueses estão empenhados nos seus compromissos e se pretendem atualizá-los de modo a aceitarem o desafio de uma meta ainda mais ambiciosa. Além disso, a presença de organizações não governamentais ativas e fortes afeta de forma positiva a participação dos governos locais no Pacto de Autarcas (Dolšak & Prakash, 2017), pelo que faz todo o sentido realizar este trabalho em sinergia com a Quercus.

No âmbito desta investigação pretende-se analisar, através de dados provenientes de fontes primárias e secundárias, em que ponto está a participação dos municípios portugueses que são signatários do Pacto de Autarcas. Não se pretende uma análise caso a caso dos planos de ação ou dos

resultados obtidos em cada um dos municípios. Em vez disso, pretende-se analisar o grupo total de forma holística e perceber que compromissos fizeram os municípios, já que a iniciativa abarca vários níveis de compromisso, frutos da sua evolução ao longo dos anos; quais as dificuldades encontradas pelos municípios durante o processo; e qual a sua perspetiva em relação ao futuro no que toca à sua participação enquanto signatários do Pacto de Autarcas. Desta forma, o título deste relatório de estágio está em coerência com o trabalho desenvolvido e com a investigação realizada.

Ao averiguar qual a percentagem de municípios com compromissos desatualizados e quais os obstáculos que abrandam ou impossibilitam o seu progresso, torna-se possível perceber qual a dimensão do problema e quais os aspetos mais críticos que dificultam a adesão de um município à iniciativa ou a participação ativa do mesmo. Assim, será mais fácil para os promotores, coordenadores e para a própria Comissão Europeia, arranjar estratégias que colmatem estes problemas, tornando a participação dos signatários mais apelativa e descomplicada.

Além disso, é de notar que esta investigação teve início num período de transição em que a União Europeia (UE) decidiu rever as suas próprias metas no que toca à redução de emissão de gases com efeito de estufa para os próximos anos e décadas, isto tendo em vista o objetivo último de alcançar a neutralidade carbónica em 2050. Assim, pretendia-se também perceber se os municípios sentiam que estavam prontos para esse esforço acrescido e se estavam dispostos a agir nesse sentido. Tendo a iniciativa sido criada para acelerar o processo de descarbonização a partir do nível local, uma atualização das metas europeias implicaria necessariamente uma atualização dos compromissos no âmbito do Pacto de Autarcas, o que se veio a verificar.

Sendo esta uma crise global, e provavelmente a mais grave e a que mais consequências nefastas trará para a população mundial, os esforços que a União Europeia fizer nunca serão suficientes para dissipar o problema por completo. A solução terá de ser, também ela, global.

Para uma resposta ser global é preciso que cada parte dê o seu contributo, e a União Europeia foi a grande pioneira a aceitar o desafio e a partir para a ação. Espera-se que cada vez mais países se juntem a este esforço, mas a mudança pode começar em cada localidade (ou mesmo em cada indivíduo), e é nesse sentido que a Quercus, assim como a União Europeia, concordam com o lema “pensar globalmente, agir localmente”, apesar de continuar a ser necessária uma mudança sistémica, que leve a uma economia circular e mais sustentável. Daí a pertinência da criação do Pacto de Autarcas, e o

interesse que a Quercus e outras organizações não governamentais têm em iniciativas deste género. Se cada um for um agente de mudança, a mudança estará viva, e será realmente global.

Tendo isso em mente, em 2017 a Comissão Europeia decidiu expandir o âmbito de ação da iniciativa Pacto de Autarcas e permitir a adesão de governos locais por todo o globo (European Commission, n.d.). Todos os esforços contam, e todos têm a beneficiar com a partilha de boas práticas e a troca de experiências.

Foi, por isso, no âmbito da Quercus, associação que se interessa pela ação, empenho e motivação dos municípios portugueses nesta iniciativa e que pretende incentivá-los a serem agentes de mudança, que se realizou esta investigação.

A pergunta de investigação será, então, a seguinte: “Qual o ponto de situação da participação dos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas – compromissos assumidos, dificuldades encontradas e perspetivas de futuro?”

Esta pergunta divide-se em três componentes, que juntas pretendem traçar uma imagem clara do panorama português no que toca à participação dos seus governos locais nesta iniciativa. Em primeiro lugar, pretende-se fazer uma recolha dos compromissos assumidos pelos signatários portugueses, tendo em conta as diferentes metas que estão incluídas no programa, fruto da sua evolução ao longo dos anos. Deste modo será possível averiguar o ponto de situação dos municípios e quão desatualizados estão os compromissos em relação às atuais metas europeias. Além disso, foi feito um levantamento das dificuldades e barreiras que parecem dificultar ou até impedir a concretização das iniciativas por parte dos signatários, e que poderão ser também um obstáculo à adesão de novos municípios. Por fim, este trabalho de investigação tentou também perceber quais as expectativas dos signatários quanto ao seu futuro neste programa, nomeadamente, se tinham a intenção de adotar metas mais ambiciosas, colocando-se a par (ou além) dos objetivos traçados pela União Europeia. Desta forma, as conclusões desta investigação poderão ser úteis para identificar os maiores obstáculos ao sucesso da iniciativa em Portugal, para que possam ser adereçados e solucionados pelos promotores e coordenadores da iniciativa ou pelo próprio Pacto, num processo mediado e apoiado por organizações interessadas como a Quercus, ou ainda por outros atores.

A nível metodológico optou-se pela utilização de fontes secundárias, os dados presentes no website oficial da iniciativa, para responder à primeira parte da questão – quais os compromissos adotados pelos municípios portugueses. Apesar de ser possível procurar essa informação no website, os

dados não são apresentados de forma clara e intuitiva, pelo que foi feita uma recolha exaustiva de informação de forma a ser analisada de forma holística. Além disso, foram utilizadas fontes primárias, nomeadamente através de um inquérito, para investigar mais a fundo a situação, de forma a ser possível responder às outras duas partes da pergunta de investigação, relativas às dificuldades e às perspetivas de futuro, já que estas informações não estão acessíveis no website oficial ou em qualquer outro recurso. Foi feita uma análise para conhecer a percentagem de municípios comprometidos com cada meta, de forma a perceber qual a percentagem de municípios com compromissos desatualizados, quais as dificuldades mais mencionadas, e quantos municípios estão dispostos a adotar metas mais ambiciosas, que se alinhem com os novos objetivos da União Europeia.

Só percebendo o ponto de situação e compreendendo a realidade dos governos locais é que será possível fazer melhorias na iniciativa e potenciar, não só o número de municípios aderentes, mas também um maior envolvimento por parte dos atuais signatários. O sucesso de iniciativas como o Pacto de Autarcas é essencial para assegurar que a União Europeia está num bom caminho para alcançar os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, pelo que é pertinente e essencial dedicar mais atenção a esta iniciativa tão promissora e com uma capacidade tão grande de mobilizar até os mais pequenos municípios.

Assim, tendo em conta o âmbito da investigação, o relatório será organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo será feita uma revisão de literatura, focando as investigações realizadas sobre o Pacto de Autarcas. O segundo capítulo é dedicado à Quercus, e aborda o enquadramento da organização no âmbito da qual decorreu o estágio – a sua estrutura organizacional, história, valores e princípios, prémios e condecorações, e participação ao nível nacional e internacional. O terceiro capítulo será dedicado ao estágio que deu origem a este relatório, e incluirá uma descrição do trabalho desenvolvido ao longo dos quatro meses enquanto estagiária da Quercus. O quarto capítulo serve de contexto para a presente investigação, pelo que contém uma secção sobre os Acordos ambientais e climáticos a nível global e no âmbito da União Europeia ao longo dos anos. O capítulo contém também uma secção dedicada à governação multinível, em que o Pacto de Autarcas se enquadra perfeitamente. Por fim, o capítulo contém também uma parte dedicada à própria iniciativa em estudo, à sua estrutura, funcionamento e evolução. Já o quinto capítulo, serve para serem apresentados os elementos necessários ao research design selecionado. Em seguida, no sexto capítulo, é feita uma análise dos dados recolhidos via fontes primárias e secundárias, análise essa que é alvo de discussão no sétimo e último capítulo. O relatório inclui ainda alguns anexos que considere relevantes para a investigação.

Capítulo I – Revisão de Literatura

Revisão de Literatura

No contexto da Academia existem alguns estudos que abordam ou que se centram na iniciativa Pacto de Autarcas. Muitos são estudos de caso, que focam apenas um município (Dall'O' et al., 2013; Delponte et al., 2017; Kulozu Uzunboy, 2020; Nuss-Girona et al., 2016; Saad et al., 2019, 2020; Schenone et al., 2015; Scorza et al., 2017) ou grupo de municípios (Adami et al., 2019; Matak et al., 2016; Theodoridou et al., 2020). Nestes casos, o comum é analisar-se a fundo a participação de um signatário do Pacto, nomeadamente a elaboração do Inventário de Emissões, os objetivos estabelecidos no Plano de Ação e/ou as ações efetivamente implementadas. Este tipo de análise foi realizado em cidades como Girona, em Espanha (Nuss-Girona et al., 2016), Génova, em Itália (Schenone et al., 2015), e Hammana, no Líbano (Saad et al., 2020).

Existem, além dos estudos de caso, muitos outros artigos académicos que se dedicam a esta temática. Alguns tentaram fazer uma análise em grande escala, levando em consideração dados relativos a Planos de Ação, Inventários de Emissões e Relatórios de Monitorização de dezenas ou centenas de cidades, pertencentes a vários países europeus (Aguiar et al., 2018; Croci et al., 2017; Heikkinen et al., 2020; Hsu et al., 2020; Kona et al., 2018; Lee, 2018; Monforti-Ferrario et al., 2018; Pablo-Romero et al., 2018; Rivas et al., 2021; Salvia et al., 2021). Aguiar et al. (2018), por exemplo, recorre à análise de 147 signatários de 19 países europeus para tentar perceber quais as principais barreiras que dificultam a implementação do Plano de Ação, assim como quais os fatores que parecem facilitar e incentivar a implementação de ações de sucesso. Já Lee (2018) recolheu dados de 261 cidades pertencentes a 27 países para tentar perceber quais os fatores que levam um governo local a comprometer-se com uma iniciativa como o Pacto de Autarcas.

Entre os diversos trabalhos de investigação que abarcam o Pacto de Autarcas, são focados vários aspetos da iniciativa, como o Plano de Ação, que os municípios devem elaborar obrigatoriamente, de forma a definirem a sua estratégia de ação. Também a monitorização desse mesmo plano, uma fase em que cada município deve avaliar se os objetivos definidos foram cumpridos, submetendo um Relatório de Monitorização, é alvo de estudo. Além disso, alguns artigos focam as medidas de adaptação, que se referem à adaptação dos territórios às consequências das Alterações Climáticas, objetivo adotado pelo Pacto de Autarcas aquando da fusão com a iniciativa *Mayors Adapt. As Boas Práticas*, medidas implementadas com sucesso por um município ou grupo de municípios que são partilhadas com a rede de forma a que possam ser adaptadas e replicadas por outros signatários, figuram também em algumas artigos, assim como alguns outros aspetos da iniciativa. De notar que nenhuma destas dimensões existe

sozinha e que todas estão interligadas – as medidas de adaptação fazem parte do Plano de Ação, assim como as Boas Práticas, e a monitorização é feita contrastando o Plano elaborado com as ações efetivamente implementadas.

O Plano de Ação é, sem dúvida, a temática favorita entre a comunidade académica, já que conta um grande número de publicações quando comparada com outros aspetos do Pacto. Além de se tratar de uma dimensão que influencia todas as outras, e que está no centro de toda a operação, já que define a estratégia para cada município alcançar os objetivos definidos, os Planos de Ação dos signatários são disponibilizados no website oficial da iniciativa, pelo que são de fácil acesso.

No que toca ao Plano é possível analisar o processo da sua elaboração (Saad et al., 2020; Schenone et al., 2015), a eficácia da sua implementação (Cipriano et al., 2017; Messori et al., 2020), ou o impacto real que tem na redução de emissões ou da poluição do ar (Crocì et al., 2017; Monforti-Ferrario et al., 2018), pelo que se trata de um alvo muito pertinente e rico em informação de valor. Coelho et al. (2018), por exemplo, analisaram as medidas mais recorrentes nos Planos de Ação de 124 municípios portugueses, concluindo que as medidas relacionadas com a energia e com os transportes eram as mais comuns, e que alteração da iluminação pública era uma medida presente no Plano de Ação de todos os municípios analisados. Também Crocì et al. (2017) dedicaram-se à análise do Plano de mais de 120 municípios europeus, tendo concluído que os transportes e os edifícios eram as áreas com que os municípios mais contavam para alcançar uma redução significativa das emissões de gases com efeito de estufa.

Alguns artigos também se focam no Inventário de Emissões, que serve de base para o Plano de Ação e que possibilita o estabelecimento de metas de redução de emissões, assim como a análise da evolução do município (Saad et al., 2019, 2020; Sporchia et al., 2023).

Também a monitorização de todo o processo é um tema de eleição entre a comunidade académica, já que é um dos passos mais importantes do Pacto. Através dos Relatórios de Monitorização é possível perceber se os signatários implementaram as ações planeadas e se essas ações tiveram o impacto esperado na redução de emissões, na adaptação dos territórios ou no combate à pobreza energética. É também uma forma de aumentar a eficácia da iniciativa, já que os municípios ficam, desta forma, comprometidos com o envio de relatórios que comprovem o seu progresso, pelo que a aproximação do prazo para entrega destes relatórios poderia servir como um incentivo para um esforço acrescido por parte dos municípios, de forma a poderem apresentar as ações bem-sucedidas.

Vários estudos debruçam-se sobre os Relatórios de Monitorização, analisando as medidas retratadas para perceber qual o impacto efetivo das ações postas em prática (Palermo et al., 2020; Peduzzi et al., 2020; Santopietro & Scorza, 2021). Já Rivas et al. (2022) dedicaram-se a tentar perceber o motivo que leva a que o número de Relatórios entregues seja menor do que o expectável.

Desde a junção do Pacto de Autarcas com o Mayors Adapt, em 2015, os signatários podem ir além da redução de emissões e elaborarem um Plano de Ação que contemple também medidas de adaptação dos territórios aos efeitos das alterações climáticas. Vários estudos focaram-se nestas medidas de adaptação e na sua inclusão nos Planos de Ação dos signatários (Heikkinen et al., 2020; Jekabsone et al., 2021; Pasimeni et al., 2019). Rivas et al. (2021) analisaram as medidas de adaptação dos territórios de 51 cidades europeias e concluíram que o envolvimento de múltiplas partes interessadas e da população em geral facilitam o sucesso da implementação destas medidas. Já Scorza et al. (2017) elaboraram um estudo de caso da cidade italiana de Matera, dedicando-se ao equilíbrio feito na cidade entre a renovação de infraestruturas e a preservação dos edifícios e estruturas mais antigas, que representam a identidade e a tradição da região.

O website oficial da iniciativa tem uma secção dedicada às Boas Práticas, medidas implementadas com grande sucesso, que os municípios decidem partilhar de forma a que possam servir de inspiração e modelo para outros signatários. Existem também alguns artigos que se focam na partilha de boas práticas por parte dos signatários do Pacto de Autarcas (Kona et al., 2019; M. del P. Pablo-Romero et al., 2018).

Alguns estudos, em vez de se dedicarem à análise de um aspeto do Pacto de Autarcas, como o Plano de Ação ou os Relatórios de Monitorização, propõe-se a fazer uma análise mais geral, pretendendo desvendar o panorama da participação dos signatários de um ou vários países (Adami et al., 2020; Kona et al., 2018; Melica et al., 2022). Adami et al. (2020) dedicou mesmo um artigo a analisar o ponto de situação a nível global da participação na iniciativa Pacto de Autarcas, recolhendo dados de signatários dentro e fora da Europa, referentes ao número de habitantes, ao número de signatários em cada país e à distribuição geográfica dos municípios, apresentando estatísticas globais da primeira década de existência da iniciativa.

O país que mais aparece retratado nos artigos relacionados com o Pacto de Autarcas é Itália, o que é coerente, já que é o país que apresenta um maior número de municípios registados, contando com mais de 5000 signatários (European Commission, n.d.), o que perfaz quase metade do total (Berghi,

2017). Alguns destes artigos focam apenas um município, como a cidade de Melzo (Dall'O' et al., 2013), Génova (Delponte et al., 2017; Schenone et al., 2015), ou Matera (Scorza et al., 2017). Vários artigos dedicam-se a analisar signatários situados em Milão e na região norte de Itália (Dall'O', 2020; Martire et al., 2018; Messori et al., 2020), na região da Sicília (Famoso et al., 2015), ou por toda a Itália (Berghi, 2017; Pietrapertosa et al., 2019; Santopietro & Scorza, 2021).

Também os municípios de Espanha, o segundo país com mais signatários registados no website (European Commission, n.d.), são alvo de vários artigos que se focam nos motivos de adesão à iniciativa (M. D. P. Pablo-Romero et al., 2015), no desenvolvimento dos Planos de Ação (Cipriano et al., 2017; M. del P. Pablo-Romero et al., 2016), e na redução do consumo energético nas cidades signatárias (Nuss-Girona et al., 2016).

Alguns artigos focam-se ainda em municípios pertencentes a outros países, dentro e fora a Europa, como a Grécia (Christoforidis et al., 2013; Theodoridou et al., 2020), a Croácia (Matak et al., 2016), o Líbano (Saad et al., 2019, 2020) e a Turquia (Kulozu Uzunboy, 2020).

No caso da participação dos municípios portugueses na iniciativa, há vários artigos que, utilizando dados de governos locais de vários países, incluem no seu estudo signatários portugueses. É o caso de Marinakis et al. (2017), que partindo do caso de cinco municípios rurais de países europeus, tentaram perceber quais as prioridades a nível local, de forma a que essas necessidades fossem consideradas aquando da elaboração do Plano de Ação. O município português envolvido foi a Sertã, e os restantes pertenciam à Áustria, Grécia e Croácia. Também Jekabsone et al. (2021) selecionaram um pequeno grupo de municípios, neste caso pertencentes a Portugal, Espanha e Letónia, e analisaram a transição após a fusão do Pacto de Autarcas com a iniciativa Mayors Adapt, em que os municípios tiveram que elaborar um novo Plano de Ação que incluísse medidas de adaptação dos territórios.

Além disso, Monforti-Ferrario et al. (2018) analisaram 146 municípios de 23 países europeus, incluindo oito municípios portugueses, tendo avaliado o impacto das medidas definidas no âmbito do Pacto de Autarcas para a diminuição dos níveis de poluição do ar destes territórios. Também outro artigo propõe uma análise do volume de redução de emissões feita no âmbito da iniciativa, levando em conta fatores como a dimensão dos municípios, o volume de poluição e o consumo elétrico. Nesse estudo foram incluídos signatários de vários países europeus, a maior parte de Espanha e Itália, mas também de Portugal, Grécia e Malta (M. D. P. Pablo-Romero et al., 2015). Alguns signatários portugueses também são incluídos num estudo que englobou 1300 municípios de países como Portugal, Espanha, Bélgica e

Itália, e que se dedicou a analisar as boas práticas partilhadas no website oficial do Pacto, tendo analisado 4741 práticas (M. del P. Pablo-Romero et al., 2018).

Apenas um artigo se dedica inteiramente ao cenário português, tendo apresentado uma análise do Plano de Ação de 124 municípios, incluindo Inventários de Emissões de mais de metade desses signatários. O objetivo do estudo era perceber quais as medidas mais presentes nos Planos (Coelho et al., 2018).

Assim, um estudo da participação dos municípios portugueses na iniciativa Pacto de Autarcas como o que proponho neste trabalho de investigação nunca foi realizado, e mesmo no que toca a investigações que foquem outros aspetos do Pacto, os signatários portugueses não são alvo de estudos que foquem exclusivamente o caso de Portugal, apesar de serem incluídos em vários artigos que analisam um conjunto de signatários pertencentes a países europeus.

No entanto, alguns estudos adotaram abordagens semelhantes à deste relatório. O estudo de Christoforidis et al. (2013) focou a participação dos municípios gregos na iniciativa e tentou identificar as principais barreiras à concretização das ações propostas. Concluiu que 35% dos 83 signatários analisados não entregou o Plano de Ação dentro do prazo, e que muitos não atualizaram os seus compromissos após a reforma territorial *Kallikrates*, que alterou a configuração e o número de municípios no país. Inclusive, este estudo incluiu um questionário, mas destinado aos cidadãos, para perceber se tinham conhecimento da iniciativa.

Um outro estudo também recolheu dados no website oficial da iniciativa e realizou um inquérito, neste caso tendo como alvo seis países europeus (Espanha, Itália, Reino Unido, Alemanha, Polónia e França). Alcançaram um total de 70 respostas e ainda conduziram quase vinte entrevistas semiestruturadas com responsáveis locais. O objetivo era perceber quais as motivações dos municípios para fazerem parte da iniciativa, quais os compromissos assumidos, e o que achavam do design e das ferramentas do programa (Domorenok et al., 2020).

Também outros estudos tentaram traçar um panorama mais geral da participação dos governos locais na iniciativa. Adami et al. (2020) apresentaram um balanço da primeira década de existência da iniciativa, apresentando dados como o número de signatários e de habitantes envolvidos. Já Kona et al. (2018) partem de 7600 signatários para analisar quais as ambições de mitigação e qual a redução de emissões já alcançada por cada um, e Melica et al. (2022) utiliza os dados do website da iniciativa para perceber se as ações de mitigação e adaptação estão a ser postas em prática.

Alguns artigos focam-se nas metas adotadas pelos signatários. O estudo de Hsu et al. (2020) analisou 1066 cidades europeias e concluiu que 60% estavam num bom caminho para alcançar as metas de mitigação definidas para 2020, e Salvia et al. (2021) analisaram 327 cidades europeias e tentaram perceber quais os fatores que influenciavam a adoção de uma meta mais ambiciosa. Quanto a Lee (2018), analisou um conjunto de 261 cidades pertencentes a 27 países da União Europeia para perceber quais os principais fatores que levam os municípios a aderir à iniciativa.

Vários autores defendem a pertinência da participação dos governos locais na iniciativa Pacto de Autarcas, alegando que essa participação contribui para a criação e implementação de políticas verdes e para o fomento da ação climática (Heyvaert, 2013; Oddone et al., 2018). Assim, e tendo em conta a urgência para encontrar soluções para esta grave crise climática, nomeadamente alcançando (ou ultrapassando) as metas definidas pela União Europeia, considero este trabalho de investigação muito pertinente e útil para perceber se os governos locais portugueses estão num bom caminho e que aspetos poderão ser melhorados para se alcançarem melhores resultados no futuro.

Capítulo II – A Quercus

Quercus

A Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza é uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA) portuguesa, que se assume como uma entidade independente e apartidária, de âmbito nacional e sem fins lucrativos, e que tem como objetivo principal a conservação da natureza e dos recursos naturais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável.

A sua designação deriva da denominação científica do género *Quercus*, em latim, comum aos Carvalhos, às Azinheiras e aos Sobreiros, árvores características dos ecossistemas florestais portugueses, hoje muito degradados.

Foi fundada em 1985, e desde então tem ganho destaque em Portugal na defesa de várias causas, sempre tendo como alvo a defesa do meio ambiente, incluindo áreas como a biodiversidade, a água, os resíduos, a energia, as alterações climáticas, o consumo sustentável, a conservação das florestas e a educação ambiental.

Valores e Princípios

A Quercus assume o compromisso de seguir dez princípios, com o objetivo de promover a proteção do ambiente e da natureza, não só de uma forma mais geral, a nível global, como também a nível nacional, tendo em atenção o contexto português e os problemas e desafios específicos que o país enfrenta. Esses princípios passam pela promoção do património biofísico de Portugal; a promoção da educação ambiental; a procura de um modelo de desenvolvimento sustentável; a abertura a todos os que quiserem lutar pelos mesmos princípios; a independência e a transparência; a honestidade intelectual; o diálogo como método de trabalho; a interdisciplinaridade; a cooperação internacional; e a adoção do lema “pensar globalmente, agir localmente” (Quercus, n.d.).

Este último princípio reflete a preocupação da Quercus em valorizar a ação a nível local, tendo em consideração a importância das ações a pequena escala para o cumprimento de objetivos e metas a grande escala, sendo elas a nível nacional, europeu ou global. O tema desta investigação está, portanto, perfeitamente alinhado com os valores e princípios da associação onde o estágio foi realizado.

Seguindo a lógica desse princípio, a Quercus é uma organização descentralizada, que conta com 18 Núcleos Regionais espalhados por todos o país, incluindo as regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Estes Núcleos localizam-se no Algarve, no Litoral Alentejano, em Aveiro, na Madeira, em Braga,

em Portalegre, em Bragança, no Porto, em Castelo Branco, no Ribatejo e Estremadura, em Coimbra, em S. Miguel, na Guarda, em Setúbal, em Lisboa, em Viana do Castelo, em Vila Real e em Viseu.

Deste modo é possível acompanhar de perto a realidade ambiental de cada região, e pôr em prática atividades de sensibilização ambiental e outras ações adaptadas ao contexto ambiental de cada área geográfica. É feito ainda um acompanhamento especializado suportado pelo trabalho desenvolvido por vários grupos de trabalho e projetos permanentes, de forma a cobrir todo o campo de ação da Quercus.

Estrutura Organizacional

Sendo uma associação, a Quercus conta com vários Órgãos Sociais, que se encarregam da gestão da organização, assumindo funções distintas. Dos Órgãos Sociais fazem parte a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, a Comissão Arbitral e a Direção Nacional.

A Mesa da Assembleia Geral é composta pelos cargos de Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, e é o órgão responsável por convocar as Assembleias, reuniões onde são tomadas as decisões mais importantes da organização. Por sua vez, o Conselho Fiscal conta com um Presidente, com uma Primeira Vogal e com uma Segunda Vogal, e deve reunir pelo menos uma vez por ano, emitindo um parecer sobre o estado de situação das contas da Associação. A Comissão Arbitral é constituída por um Presidente, uma Primeira Vogal e uma Segunda Vogal. Este órgão deve emitir pareceres e propostas sempre que pertinente ou necessário, e deve deliberar sobre questões que possam preocupar os restantes órgãos sociais.

Por fim, da Direção Nacional fazem parte o Presidente, dois Vice-Presidentes, um Secretário, um Tesoureiro, uma Primeira Vogal e uma Segunda Vogal, existindo ainda três Vogais Suplentes. Nas reuniões da Direção Nacional devem estar presentes, sempre que solicitado, ainda que sem direito a voto, os grupos de trabalho, os responsáveis por projetos, e outras estruturas da Quercus.

Todos estes cargos são ocupados por associados sediados em qualquer ponto do país, que decidam compor listas e concorrer às eleições dos Órgãos Sociais. Também os Núcleos, estruturas base da associação, elegem uma Assembleia de Núcleo e uma Direção de Núcleo, órgãos que tornam mais fácil e organizada a gestão dos núcleos regionais (Quercus, n.d.).

História

A Quercus nasceu da vontade de alguns ativistas de criar uma organização mais direcionada para a Conservação da Natureza. O grupo foi criado em 1984, e foi sediado primeiramente em Braga. A sua denominação inicial começou por ser Quercus – Grupo para a Recuperação da Floresta e Fauna Autóctones.

A sua ação começou com a publicação do jornal “Quercus”, que contou com 8 publicações entre 1984 e 1988. Posteriormente foi publicado um número da revista com o mesmo nome, que acabou por não ter continuidade. Também foi publicado um número do boletim interno “Bolota”, em 1985 e, em 1986, inicia-se a publicação do boletim interno “O Teixo”, que contou com 63 números até ao ano 1994, e que teve depois uma segunda edição, com onze números editados, que teve fim em 1999. Passou ainda a ser publicada uma revista, fruto de uma colaboração com o Diário de Notícias, que funcionou até 1996, e que permitiu uma ampla divulgação a nível nacional. Até 2019, a Quercus publicou o jornal “Quercus Ambiente”, que começou por ter o nome “ABC Ambiente” e por ser publicado pelo núcleo de Lisboa, tendo evoluído para uma publicação de distribuição mais ampla após 36 números publicados. Em 2010 foram criadas ainda páginas nas redes sociais Facebook e Twitter, que contam com um número crescente de seguidores.

Depressa a ação da associação evoluiu para uma intervenção mais ampla e ativa no quadro nacional, tendo estabelecido acordos de colaboração com outras entidades, como o GEPFA – Grupo para o Estudo e Proteção da Flora e Fauna do Alto Alentejo e o Centro Ecológico de Lisboa. Estes grupos acabam por se fundir com a Quercus, constituindo ainda hoje os polos de Portalegre e Lisboa, respetivamente.

Quando, em 31 de outubro de 1985, é constituída formalmente a associação, a Quercus contava já com outros núcleos, como o de Aveiro, Viseu, Barcelos e Vila Real. Só a 1 de novembro de 1987 é que o grupo assume a denominação atual, passando a chamar-se Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza (Quercus, n.d.).

A Quercus continuou a crescer, tendo sido adicionado o polo de Setúbal em 1987, o do Litoral Alentejano em 1996, e o dos Açores e o da Madeira também nos anos 90. É também nos anos 90 que, depois de superada uma fase de adversidades e estagnação, a Quercus adota uma Declaração de Princípios que traça, através de dez pontos, o perfil e objetivos da associação.

No seguimento da adoção dessa declaração, o âmbito da Quercus começa a alargar-se para além do tema da conservação da natureza. Uma das áreas com maior enfoque foi a da educação ambiental, tendo a Quercus começado a gerir alguns Centros de Educação Ambiental, como os de Palmela, Monsanto, Lisboa e Porto, desde 1992, o de Matosinhos, desde 1997, o de Ourém, desde 1998, e o de Machico, desde 2000.

Em 2000 é ainda criado o FCN – Fundo Quercus para a Conservação da Natureza, com o objetivo de atrair e angariar fundos para financiar projetos de proteção e conservação de habitats e de espécies em risco.

Desde então o número de associados veio a crescer, tendo sido já registada a inscrição de cerca de 19000 associados. Também as atividades, publicações, projetos e ações públicas têm-se vindo a multiplicar, abarcando as áreas da energia, do clima, da preservação e conservação da natureza, da política de transportes e da alimentação, entre muitos outros temas.

Ao longo dos anos, a Quercus tem realizado diversos congressos e encontros, de âmbito local ou nacional, e ainda encontros temáticos. Participa também, juntamente com ativistas de outras associações, em manifestações ou outras ações reivindicativas de um melhor ambiente.

Prémios e Condecorações

Em 1992, a Quercus recebeu o Prémio Global 500 do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, e o título de membro honorário da Ordem do Infante D. Henrique, atribuído pelo Senhor Presidente da República, na altura o Dr. Mário Soares.

Logo de seguida, em 1994, o trabalho no Tejo Internacional garantiu à organização o Galardão de Prata dos *Ford European Conservation Awards*. Três anos depois, a Quercus foi novamente galardoada pelos *Ford European Conservation Awards*, desta vez graças ao projeto Campos Ambientais dos Golfinhos do Sado.

Em 2009, a Quercus recebeu o Prémio *Adenex* 2008, atribuído pela Associação de Defesa da Natureza e dos Recursos da Estremadura. Também 2010 foi um ano de muito sucesso para a organização, já que lhe foi atribuído o Galardão Rede Climática, prata na categoria “Associações” da APEA, o Prémio *Energy Globe Awards* Portugal, da *Energy Global Foundation*, pelo seu Projeto Ecofamílias, e ainda um prémio pelo trabalho desenvolvido com veículos em fim de vida, atribuído pela

ANECRA – Associação Nacional de Comércio e Reparação Automóvel, que lhe concedeu ainda o Cristal do Centenário “Qualidade, Ambiente e Segurança”.

Em 2011 a associação foi condecorada com o Prémio Informação atribuído pela APCOR - Associação Portuguesa da Cortiça, e ainda com o Prémio Tégula Romana, conferido pela Plataforma *Ciudadana Refinería NO*.

Já em 2012 recebeu reconhecimento internacional através do Prémio *Ones Mediterrania* da *Mare Terra Fundación Mediterránea*, graças aos projetos de conservação desenvolvidos no rio Tejo. No mesmo ano, recebeu ainda a Menção Honrosa associada ao Prémio BES Biodiversidade, pela sua Rede de Micro-reservas biológicas, e o Prémio Energy Globe Awards Portugal, na categoria “Juventude”, relativo ao Projeto Ecobrigadas (Quercus, n.d.).

Além de ter recebido diversos prémios e condecorações, em 2004 a Quercus decidiu criar o Prémio Quercus, de forma a poder valorizar a ação de entidades, empresas ou cidadãos que se revelassem positivas para o desenvolvimento sustentável e para a conservação ambiental.

O prémio é atribuído anualmente, e os candidatos podem ser apresentados à Direção por associados, grupos de trabalho ou núcleos regionais. Este prémio já galardoou diversas personalidades pelo seu trabalho meritoso na área do ambiente, assim como várias organizações com trabalho de destaque nesta área.

Participação Internacional e Nacional

A Quercus sempre valorizou o diálogo e troca de experiências com organizações congéneres, não só a nível nacional, como a nível internacional.

Começou, por isso, em 1987, a integrar o *European Environmental Bureau* (EEB), uma organização federativa que reúne associações com preocupações ambientais por toda a Europa. Pouco depois, em 1989, fez-se membro de uma outra federação de ambientalistas europeus, o *Youth Environment Europe* (YEE). Também passou a ser membro do T&E – Federação Europeia dos Transportes e Ambiente, em 1996, tendo passado a integrar, pouco tempo depois, o GENET – Rede Europeia sobre Transgénicos, o CIDN – Conselho Ibérico da Defesa da Natureza, e a *CAN Europe*, o núcleo europeu da *Climate Action Network* (CAN).

A associação juntou-se ainda à *European Environmental Citizens Organization for Standardization* (ECOS), que defende a definição de regras e padrões para os produtos e serviços na União Europeia. A

Quercus fez-se ainda membro da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) em 2011, e da *Pesticide Action Network Europe* (PAN Europe), em 2012. Foi também parceira da *Sustainable Energy Europe Campaign*, da Campanha Europeia pelas Sementes Livres, da Campanha *Sharkalliance*, dedicada à conservação dos tubarões, entre muitas outras de âmbito europeu (Quercus, n.d.).

Também a nível nacional, a Quercus juntou-se a várias redes de organizações, como o Elo Verde – Rede de Associações de Defesa do Ambiente do Espaço Lusófono, a Plataforma Transgénicos Fora, a Plataforma Sabor Livre, a Plataforma Pelo Alentejo Sustentável, a Plataforma por Monsanto, o Movimento Cívico em Defesa do Parque Natural de Sintra-Cascais e a PONG Pesca. Integrou ainda, em 2000, a CIDAMB – Associação Nacional Para a Cidadania Ambiental, da qual é sócia fundadora.

A Quercus também tem marcado presença em vários eventos de relevo para o Clima e o Ambiente, como a CNUAD 92 – Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento, e o Fórum Global, eventos que decorreram no Rio de Janeiro em 1992, e em que a Quercus se fez representar. Desde o início do século, a associação tem também marcado presença na Conferência anual das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (Quercus, n.d.).

Estando associada a vários parceiros, integrando-se em redes de associações e plataformas, e participando em movimentos nacionais e internacionais, a influência da Quercus foi crescendo ao longo dos anos. Esta ligação a organizações de âmbito europeu, cuja missão principal é tentar influenciar as políticas europeias de ambiente, é muito importante, dado que essas políticas definem em grande parte as políticas nacionais. A Quercus mantém-se, assim, bem informada, e beneficia da presença numa rede de organizações de toda a Europa, onde tem a oportunidade de comparar o contexto português com o de outros países, e onde se promove a partilha de boas práticas, o que potencia também a concretização de projetos e iniciativas conjuntas.

Capítulo III – O estágio na Quercus

O Estágio na Quercus

Atividade desenvolvida

Durante os 4 meses da experiência de estágio, foram-me propostas várias tarefas, no âmbito de diversos projetos da responsabilidade da Quercus ou nos quais a organização participa ou tem interesse.

O estágio realizou-se em regime misto, tendo tido uma componente presencial e uma componente online. A componente online acabou por ter maior predominância e por ocupar a maior parte dos dias durante o decorrer da experiência de estágio, em particular devido à situação pandémica e às recomendações da Serviço Nacional de Saúde para, em certos períodos, recorrer preferencialmente ao isolamento social e ao teletrabalho. A pandemia surgiu de forma repentina e inesperada, e todos os indivíduos, entidades e nações tiveram de adaptar a sua rotina e encontrar uma nova normalidade, de forma a poderem prosseguir com os seus afazeres sem colocar desnecessariamente em risco a saúde e bem-estar de ninguém.

O confinamento tornou, seguramente, esta experiência de estágio um pouco mais pobre do que poderia ter sido em condições normais, tendo em conta que viver presencialmente o dia a dia da organização, fazendo parte desse ambiente e dessa dinâmica, acarreta inúmeras vantagens, como uma mais fácil integração enquanto estagiária e a facilitação da criação de uma rede de contactos.

No entanto, ainda que atravessando uma crise pandémica, foi possível passar uma parte do estágio a trabalhar presencialmente num dos núcleos da Quercus, o Núcleo do Porto, o que foi crucial para poder participar num maior leque de projetos e interagir mais de perto com o trabalho da organização.

O Núcleo Regional do Porto localiza-se na Quinta da Gruta, em Castelo da Maia (Concelho da Maia), estrutura que além de albergar este núcleo regional da Quercus, é também palco para a realização de todas as atividades de educação ambiental e de preservação do meio ambiente organizadas pela Câmara Municipal da Maia. Assim sendo, esta trata-se de uma localização privilegiada, em que a Quercus consegue estar continuamente em contacto com a população.

Este Núcleo Regional localiza-se no distrito do Porto e abrange um total de 18 municípios, o que equivale a mais de 2 milhões de cidadãos. É orientado por uma direção composta por voluntários e dedica-se à gestão de várias atividades e projetos, com temas variados, como o consumo, a agricultura e o cuidado da floresta, dirigidos a diferentes públicos-alvo.

A educação ambiental é uma das principais preocupações do Núcleo, e com isso em vista são anualmente organizadas várias atividades práticas com trabalho de campo, que permitem envolver a população de forma direta e presencial. As sinergias também são bem-vindas, e por isso o Núcleo do Porto colabora com várias outras associações e organizações locais.

O trabalho no Núcleo do Porto, apesar de ter sido reduzido por razões que nos foram alheias, foi muito gratificante e permitiu-me contactar com voluntários que dedicam semanalmente o seu tempo e a sua energia à Quercus, assim como possibilitou o meu envolvimento em alguns projetos da responsabilidade do Núcleo, nos quais tive a oportunidade de participar.

Felizmente, a maioria das tarefas que estavam sob a minha responsabilidade durante estes quatro meses eram perfeitamente passíveis de serem levadas a cabo à distância, em regime de teletrabalho. A comunicação com a orientadora de estágio, coorientadora deste relatório de investigação, e com outros membros envolvidos nos projetos em que participei, decorreu de forma fluída e descomplicada, com recurso ao uso da internet para possibilitar a troca de emails, a partilha de documentos e a realização de videochamadas.

Durante o período de estágio, as minhas funções foram diversificadas e incluíram a participação em conferências e eventos de interesse para a associação (e posterior sumarização dos pontos chave abordados); a tradução, sistematização e redação de textos de diferentes naturezas; a criação de um inquérito, e respetiva distribuição e tratamento de dados; e a participação em reuniões de *brainstorming* e a elaboração de propostas no âmbito de diferentes projetos.

O leque de projetos em que tive a oportunidade de participar foi completo e diversificado, passando por projetos de âmbito local e nacional, criados e geridos pela Quercus, mas também por projetos de outras organizações com as quais esta colabora, ou que surgiram no âmbito de redes de associações, de âmbito europeu ou global, das quais a Quercus é membro ativo.

Desta forma, também nas próprias atividades de estágio, as tarefas por mim realizadas foram do âmbito local ao âmbito europeu, estando por isso em perfeita harmonia com o título e temática desta investigação.

Essencialmente, ao longo do estágio, as funções por mim desempenhadas dividiram-se por três campos: pelos projetos criados e desenvolvidos pela Quercus; pela participação da Quercus em redes

internacionais de organizações ambientais; e pelo projeto que é o principal foco deste exercício de investigação, o Pacto de Autarcas.

Projetos da Quercus

Nos seus quase quarenta anos de história, a Quercus criou, desenvolveu e participou em inúmeros projetos, de curta e longa duração, de âmbito local, nacional ou além-fronteiras, dirigidos a diferentes públicos-alvo e relacionados com diversas temáticas dentro do seu âmbito de atuação.

A sua contribuição para a educação ambiental dos cidadãos de todas as idades, para a conservação e proliferação das espécies de árvores autóctones, e para a proteção ativa da natureza e da biodiversidade em Portugal tem sido deveras notável, e a associação foi, inclusive, condecorada várias vezes graças ao valor das suas contribuições.

De entre os vários projetos que a Quercus desenvolvia durante o decorrer do meu estágio, colaborei em alguns, como é o caso do Minuto Verde. Trata-se de uma rubrica que passa diariamente no canal RTP1, no âmbito do Programa Bom Dia Portugal, que pode ser vista toda os dias úteis ao fim da tarde, e que já conta com mais de dez anos de existência, o que corresponde a mais de 2000 edições do Minuto Verde.

Este tempo de antena diário complementa o trabalho de educação ambiental que a Quercus tenta desenvolver em cada um dos seus Núcleos Regionais. É uma forma de poder partilhar dicas para um dia a dia sustentável, dar a conhecer produtos ou serviços inovadores, sugerir eventos ou atividades, dar a conhecer concursos, apresentar aplicações ou websites, ou até denunciar alguma prática que esteja a degradar o ambiente.

Desta forma, a mensagem consegue não só ter um alcance muito maior e chegar a muito mais gente, como também acaba por ser, graças ao seu formato de vídeo de curta duração, mais apelativa para os espectadores, mesmo os menos preocupados com estas temáticas.

A Quercus conta com um grupo de trabalho fixo responsável pela realização, gravação e edição dos Minutos Verdes, mas outros associados ou grupos de trabalho podem colaborar quando pertinente ou necessário. Durante o meu tempo com a Quercus tive a oportunidade de colaborar em duas edições do Minuto Verde, tendo feito a pesquisa e redigido o texto utilizado no programa.

Um dos Minutos teve emissão no dia 5 de janeiro de 2021 e teve como o tema a iniciativa Pacto de Autarcas, temática principal desta investigação (in <https://www.rtp.pt/play/p55/e515909/minuto->

verde, consultado a 10 de julho de 2023). O objetivo do vídeo era divulgar a iniciativa junto dos cidadãos e das próprias autarquias, e ainda incentivar os espectadores a questionarem a sua câmara municipal acerca da sua possível adesão ou da participação na iniciativa.

O outro Minuto Verde teve emissão no dia 2 de março de 2021, e tinha como objetivo divulgar uma aplicação para o telemóvel ou outros dispositivos móveis, a *Payper*, que possibilita, de forma fácil e eficaz, verificar a eficiência energética de uma habitação e comparar os custos com outras opções disponíveis no mercado (in <https://www.rtp.pt/play/p55/e527938/minuto-verde>, consultado a 10 de julho de 2023). Este Minuto pretendia dar a conhecer esta aplicação e explicar como funciona, de forma a que os espectadores pudessem instalá-la e utilizá-la para melhorarem o seu consumo energético.

Também colaborei noutros projetos da associação, como o *Green Cork*, um projeto da Quercus que surgiu em 2008 e que se responsabiliza pela recolha de cortiça, maioritariamente de rolhas, tendo em vista a sua reciclagem. Através desse projeto, é possível financiar a reflorestação dos sobreiros, ao mesmo tempo que se incentiva a comunidade a participar nas iniciativas e a tomar consciência da importância da cortiça para Portugal e para o meio ambiente.

Uma das principais ações dentro do projeto Green Cork é o programa Green Cork Escolas, que é posto em prática desde o ano letivo de 2008/2009. O projeto conta com a participação de jardins de infância, escolas e agrupamentos escolares de todo o país. Todos os anos há um novo concurso, com diferentes categorias tendo em conta as diferentes faixas etárias envolvidas, que incentiva os alunos a refletirem sobre a utilidade da cortiça. Particpei no planeamento do concurso desse ano letivo, tendo colaborado no brainstorming e redigido os regulamentos referentes às diferentes categorias do mesmo.

Ainda no âmbito do Green Cork Escolas, são propostas atividades didáticas e educativas sobre o tema, que as escolas podem optar por desenvolver com os seus alunos em sala de aula. Durante o estágio, redigi algumas destas propostas de atividades, que utilizavam, ou tinham como temática, a cortiça. As atividades devem incentivar a recolha e reciclagem de rolhas, assim como a valorização da cortiça enquanto material ecológico, e também alertar as crianças para a importância da reflorestação e da preservação da floresta autóctone.

Todavia, o projeto Green Cork não se dirige apenas à população mais jovem e incluí, portanto, a organização de diversos eventos que visam alertar a comunidade em geral para a importância da cortiça e da proteção dos sobreiros.

A recolha das rolhas de cortiça é também um dos grandes objetivos do projeto, e website do Green Cork (<https://www.greencork.org/>) é possível encontrar quais os pontos predefinidos para entrega das mesmas, como os supermercados Continente, centros comerciais, como o Gaia Shopping e o Arrábida Shopping, e também a Lipor, em Ermesinde (Quercus, n.d.).

As rolhas são recicladas dando origem a novos produtos e tendo novamente utilidade. São separadas pelos cidadãos individualmente, mas também por escolas, hotéis, restaurantes, cafés, municípios, IPSS, adegas, produtores de vinho, artistas, sistemas de recolha seletiva de resíduos, municípios e ainda outros grupos ou entidades.

O projeto Green Cork abarca ainda um outro projeto, o projeto Floresta Comum, que financia desde 2011. No âmbito deste projeto, é feita a distribuição de árvores autóctones por meio de um concurso que visa disponibilizar estas árvores às entidades que mostrem ter as condições e habilitações necessárias para as plantar e proteger.

Desta forma é possível conservar e disseminar estas árvores, provenientes de sementes portuguesas, e revitalizar as florestas portuguesas com espécies autóctones, promovendo o aumento da biodiversidade e envolvendo as comunidades locais.

Participação em Redes

Apesar de a Quercus desenvolver e implementar muitos projetos a nível local ou regional, a sua ação não se limita ao território nacional, e é frequente procurar sinergias e colaborações com outras organizações e com redes de organizações, que tenham valores e objetivos semelhantes.

Desta forma, a Quercus foi criando uma vasta rede de contactos, quer para obter uma maior consciência dos processos políticos em torno da legislação ambiental na União Europeia – cujo impacto é decisivo em Portugal – quer para colaborar com as associações ambientais que procuram influenciar as políticas e leis ambientais na União Europeia e em todo o globo. Além de que se forma um canal privilegiado para a partilha de experiências e de boas práticas, que podem depois servir de modelo ou de inspiração para novos projetos.

A Quercus é membro de várias organizações, redes e federações, das quais destaco o European Environmental Bureau, mais conhecido por EEB, o qual integra desde 1987, e a Climate Action Network Europe, ou CAN Europe, à qual se juntou no final dos anos 90.

O EEB orgulha-se de ser a maior rede de organizações ambientais criadas por cidadãos que existe na Europa, contando já com cerca de 180 organizações-membro, pertencentes a mais de 38 países diferentes. Esta rede zela por valores como a democracia e o desenvolvimento sustentável, e foca a sua atenção na Europa e no trabalho da União Europeia. Dando uso à sua extensão e influência, o EEB tenta pressionar a UE tomar decisões proativas e conscientes no que toca à poluição, à agricultura, ao desperdício, à proteção da biodiversidade, à energia, ou à economia circular, entre outras áreas.

Quanto à CAN Internacional, trata-se de uma rede global de organizações ambientais, que luta pela justiça social e climática e que conta já com cerca de 1900 membros oriundos de mais de 130 países diferentes. A CAN está dividida em vários núcleos, sendo um deles o CAN Europe, no qual a Quercus se inclui. Alguns dos principais objetivos da rede passam por pressionar os governos nacionais a cumprirem com as metas estabelecidas no Acordo de Paris, lutar contra as alterações climáticas, acabar com o uso de combustíveis fósseis, e dar voz às comunidades que mais são afetadas pelos efeitos devastadores do aquecimento global (Quercus, n.d.).

Durante o período de estágio tive a oportunidade de contactar de perto com o trabalho da Quercus no seio destas redes de organizações, tendo participado em várias formações, conferências e eventos online. Por cada reunião atendida, recolhi e sintetizei a informação que poderia ter utilidade para a Quercus, já que atuava como se fosse os olhos e ouvidos da associação.

Ouvir em primeira mão os debates e conhecer de perto tantos projetos e grupos foi sem dúvida uma oportunidade excepcional e muito enriquecedora, que elevou a minha experiência de estágio, especialmente tendo em conta que o estágio teve lugar em pleno período de discussão e negociação das novas metas intermédias para a redução de emissões de gases com efeito de estufa em toda a União Europeia. Estas organizações contavam então com uma agenda plena e agitada, e tentavam juntar forças para dar palco aos argumentos defendidos pela comunidade científica.

O próprio adiamento da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática em 2020, a *COP26*, levou ao surgimento de várias organizações e movimentos, que tentavam colmatar o vazio deixado pelo adiamento do evento e assegurar que a crise climática não seria esquecida no meio da crise pandémica.

Um desses novos projetos foi a Declaração de Glasgow – Alimentação e Clima, que incentiva os governos locais a adotarem políticas alimentares integradas como forma de combate às alterações climáticas. No âmbito do trabalho de estágio, colaborei com este e outros projetos, tendo, por exemplo,

traduzido para português vários documentos oficiais e todo o conteúdo do website da iniciativa (<https://pt.glasgowdeclaration.org/>).

Desta forma, a Quercus assegurou que a informação estaria acessível aos municípios portugueses que quisessem participar e todos os cidadãos que tivessem interesse em ficar a conhecer um pouco mais acerca do projeto. A iniciativa conta já com vários municípios portugueses, como Mértola, Torres Vedras, Montemor-o-Novo, Maia e Coimbra.

A Quercus e o Pacto de Autarcas

Seguindo o mote de pensar em escala global e agir a nível local, a Quercus desde cedo começou a articular os seus ideais e visão de um mundo mais verde, que partilha com o EBB, a CAN Europe e outras redes internacionais, com a ação concreta e efetiva em Portugal, através dos Núcleos Regionais, aplicando a cada caso uma estratégia diferente, adaptada ao contexto e ao território em questão.

Também o Pacto de Autarcas funciona nessa lógica e seguindo esse mesmo mote. Esta iniciativa, criada em 2008 pela Comissão Europeia, convida os governos locais de todo o globo a aderirem e a comprometerem-se com um conjunto de objetivos gerais e comuns a todos, que visam principalmente a redução da emissão dos gases com efeito de estufa, desta forma aproximando a União Europeia, um município de cada vez, da neutralidade carbónica (European Commission, n.d.).

Cada governo local deve tentar alcançar os objetivos comuns propostos, mas definindo a sua própria estratégia para os alcançar, adaptando o plano ao seu âmbito de ação, tendo em consideração as características do território e do clima, os problemas mais prementes e as oportunidades de financiamento disponíveis.

Esta iniciativa, estando alinhada com os valores e prioridades da Quercus, despertou a atenção da associação, que, enquanto organização sentinela, decidiu dedicar-lhe parte do seu tempo e energia. Assim, analisar o ponto de situação dos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas passou a estar na lista de tarefas a desempenhar durante o meu estágio, tendo-se rapidamente tornado um assunto prioritário, e até a temática principal deste exercício de investigação.

Assim, as minhas tarefas de estágio passaram por analisar as regras de adesão e funcionamento da iniciativa, assim como a lista de municípios portugueses aderentes e os graus de compromisso assumidos (tendo em conta que a iniciativa abarca vários níveis de compromisso diferentes, com metas e objetivos distintos). Todas essas informações foram retiradas do website oficial da iniciativa, onde é

possível consultar informação relevante sobre o modo de funcionamento do Pacto e sobre cada um dos signatários aderentes.

Também dediquei algum tempo à análise do quadro de outros países europeus, de forma a poder estabelecer uma comparação com Portugal e perceber se os resultados analisados destoavam ou não no contexto europeu. Nesta análise foi necessário ter em atenção o número de governos locais em cada um desses países, já que há países cujos governos locais são muito mais fragmentados do que outros, e comparar simplesmente o número de signatários levaria a conclusões erróneas.

Todavia, a Quercus ambicionava ir mais além – perceber não só o estado das candidaturas e estratégias implementadas, mas também as motivações, dificuldades e expectativas dos municípios. Não sendo possível recolher esse tipo de dados através do website, optei por elaborar um inquérito, dirigido aos municípios envolvidos, de forma a averiguar mais informações sobre o estado da sua adesão.

A tarefa envolveu pensar e estruturar as questões e as diferentes secções do inquérito, escrever uma carta que seguiria anexa no corpo do email, recolher os contactos (nomeadamente o endereço eletrónico) de todos os municípios envolvidos, e tratar da distribuição do inquérito. A resposta ao inquérito por parte das autarquias não foi tão pronta quanto o esperado, e por isso a recolha de questionários preenchidos alongou-se mais do que o previsto, tendo-se estendido por vários meses.

Compreender um pouco melhor o funcionamento da iniciativa, e contactar diretamente os municípios para perceber o que está (ou não) a funcionar, é de grande interesse para uma organização como a Quercus, que pretende pressionar e incentivar os governos locais por todo o país a agirem em prol da proteção do planeta. Tendo uma melhor compreensão das dificuldades que os municípios signatários estão a enfrentar, a Quercus consegue avaliar se este tipo de iniciativa de carácter voluntário funciona em Portugal, e se adiciona de facto valor a iniciativas políticas de carácter vinculativo (legislação europeia ou nacional).

Capítulo IV – Problemática e Enquadramento Teórico

Problemática e Enquadramento Teórico

Ao longo da experiência de estágio foi possível sentir na pele o porquê do mote da Quercus – “pensar globalmente, agir localmente”. A Quercus, apesar de ter uma equipa técnica central que garante o funcionamento dos grandes projetos, tem núcleos por todo o país, ainda que uns sejam mais ativos que outros. Desta forma é possível conhecer de perto as dificuldades e desafios de cada região e então agir da melhor forma para ultrapassar esses obstáculos. Assim, organiza atividades e eventos acessíveis à comunidade, ajudando a criar a consciência da crise ambiental, quer junto das gerações mais novas, quer junto da população em geral. Conta ainda com publicações, um website sempre atualizado com notícias, páginas das redes sociais para divulgação mais facilitada das iniciativas e até uma rúbrica que passa diariamente na televisão nacional.

Mas em simultâneo, pensa globalmente, envolvendo-se com diversas redes de organizações onde cruza conhecimentos e contactos com outras organizações com preocupações ambientais por todo o globo. Isso permite perceber os problemas a nível dos outros países, da Europa e até a nível global, dando uma perspetiva mais ampla da crise climática e do que é mais urgente resolver. Também tem acesso a múltiplos eventos, como workshops e conferências em que são passados conhecimentos úteis para as organizações lidarem com a crise ambiental. Há ainda a promoção de boas práticas, onde é possível conhecer o trabalho desenvolvido por outras organizações de forma a ser possível replicar noutras regiões com características semelhantes. Estando a par dos projetos e iniciativas existentes, a Quercus pode partilhar esse conhecimento e essas oportunidades com a comunidade, com as escolas e com as autarquias.

Vários autores corroboram que as organizações não governamentais como a Quercus são atores muito importantes, que influenciam as políticas públicas a nível internacional, nacional e local (Dolšak & Prakash, 2017), e que a sua participação ativa e crescente, seja como observadores ou como intervenientes diretos, acaba por exercer pressão sobre os Estados (Böhmelt & Betzold, 2013). Segundo Böhmelt & Betzold (2013), quanto mais as Organizações Não Governamentais Ambientais se envolverem nas negociações internacionais relacionadas com o ambiente, mais ambiciosas serão as metas e os objetivos abraçados pelos governos nacionais. Além disso, é essencial aumentar ainda mais o nível de participação e envolvimento das organizações e dos cidadãos em geral para garantir melhorias na eficácia das políticas climáticas e da adaptação dos territórios (Hügel & Davies, 2020).

Uma das iniciativas que despertou o interesse da Quercus, pela sua abrangência e objetivos, foi o Pacto de Autarcas. Esta iniciativa, de adesão voluntária, criada pela Comissão Europeia em 2008, convida os municípios a desenvolverem e a porem em prática um plano de ação com o objetivo de reduzirem as suas emissões de carbono, tornarem os territórios mais resilientes, adaptando-os aos efeitos das alterações climáticas, e combaterem a pobreza energética. Desta forma, agindo a nível local, através de iniciativas criadas e desenvolvidas pelos próprios governos locais, é possível tornar mais concretizáveis os objetivos a nível global, ou, neste caso, a nível europeu.

Assim, o Pacto de Autarcas foi o tema escolhido para esta investigação, não só por não haver no contexto académico nenhuma análise deste cariz da participação dos municípios portugueses signatários do Pacto, mas também pelo interesse da Quercus, enquanto organização sentinela, em perceber o ponto de situação dos municípios que se comprometeram com a iniciativa, de forma a averiguar se estão a avançar com o compromisso e a fazer por alcançar as metas propostas.

No sentido de estudar esta relação entre os municípios e a iniciativa, e elaborar um quadro que retrate o ponto de situação dos municípios portugueses no que toca ao estado da sua participação no Pacto de Autarcas após a sua adesão, será necessário descrever e dar a conhecer a iniciativa, além de abordar conceitos intimamente ligados a ela, tais como plano de ação, relatório de monitorização, estado da candidatura e compromisso assumido.

Tendo por base este estudo, a pergunta de investigação será, portanto, a seguinte: **“Qual o ponto de situação da participação dos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas – compromissos assumidos, dificuldades encontradas e perspetivas de futuro?”**

Esta pergunta de investigação divide-se, claramente, em três componentes. Por um lado, pretende-se perceber, numa perspetiva mais descritiva, quais os municípios portugueses que aderiram ao Pacto de Autarcas e quais os compromissos assumidos, tendo em conta a evolução da iniciativa ao longo do tempo, que fez com que as metas se fossem tornando cada vez mais complexas e mais ambiciosas. Por outro lado, já adivinhando que o cenário não vai ser o mais auspicioso, perceber, adotando uma perspetiva mais analítica, quais as dificuldades concretas encontradas pelos municípios signatários do Pacto. Esta segunda componente é pertinente na medida em que, percebendo quais os obstáculos encontrados pelos governos locais, será possível perceber onde é necessário agir e que medidas deveriam ser postas em prática de forma a facilitar a participação dos municípios na iniciativa e o cumprimento das metas estabelecidas. Por último, é também objetivo desta investigação perceber

quais as perspectivas de futuro dos municípios em relação à sua participação na iniciativa, de forma a perceber se estão dispostos a atualizar os seus compromissos e a assumirem metas ainda mais ambiciosas.

De forma a responder aos objetivos a que se propõe esta pergunta de investigação, este capítulo pretende dar a conhecer melhor a iniciativa Pacto de Autarcas, explicando os conceitos a ela associados, assim como o contexto em que surgiu e a evolução que sofreu ao longo dos anos.

A Crise Climática e os Esforços Europeus e Globais

As alterações climáticas são uma realidade conhecida por todos, e uma consequência da ação humana (Adami et al., 2020; IPCC, 2014; Newell & Taylor, 2020; Saad et al., 2019). A comunidade científica tem-se debruçado cada vez mais sobre o tema, alertando as potências mundiais e a população em geral para os efeitos devastadores que estas alterações acarretam, como a subida da temperatura global da Terra, o degelo dos calotes polares e a ocorrência de eventos climatéricos extremos (IPCC, 2014).

A crise climática é uma crise verdadeiramente global pois afeta, ainda que de maneiras diferentes, todos os continentes, transcendendo até a esfera humana (IPCC, 2014). De facto, todos os ecossistemas são afetados, levando até à extinção ou ao risco de extinção de várias espécies, e provocando migrações em massa – pessoas que perdem tudo ou que sentem a sua vida constantemente ameaçada, partindo em busca de melhores condições de vida.

Apesar das evidências científicas e dos desastres que ocorrem aos olhos de todos, a situação tem vindo a arrastar-se, não se verificando uma resposta global e efetiva que esteja à altura da urgência do problema. De facto, muitas das grandes potências a nível global e a muitas das grandes multinacionais não se mostram ativamente interessadas em alterar este quadro preocupante, já que tomar as decisões necessárias para reduzir a pegada ecológica nem sempre é uma opção financeiramente atrativa.

Mas ainda que o sistema continue a incentivar o consumo desenfreado e inconsciente, são já visíveis os esforços a nível pessoal de muitas famílias, a nível local de muitas comunidades e cidades, a nível nacional de muitos países, e até de algumas empresas. Nota-se cada vez uma maior preocupação com o ambiente e com a crise climática por parte dos cidadãos, que começam a optar por marcas mais responsáveis, a adotar hábitos mais ecológicos no seu dia a dia, a procurar mais informação sobre o assunto e até a votar em partidos políticos com uma agenda mais focada no ambiente. Tal preocupação

é bem justificada já que, para assegurar prosperidade da economia e bem-estar da sociedade a longo prazo, é essencial levar a sério as ameaças que advêm da degradação ambiental e das alterações climáticas e agir em conformidade (Trippel, 2020). A voz de alguns ativistas e o choque da própria situação pandémica vieram também dar força e credibilidade a este movimento civil que trouxe grande visibilidade sobre perigos que já há muito eram apregoados pela comunidade científica (Hügel & Davies, 2020).

Também a nível macro se tem notado um esforço por parte de muitos países, e da própria União Europeia – que tem estado na liderança do combate às alterações climáticas (Jordan et al., 2012; Pietrapertosa et al., 2018) – para adotarem práticas mais verdes e regulamentarem o uso de combustíveis fósseis. Ao longo das últimas décadas tem-se verificado uma evolução na coordenação, no diálogo e na cooperação a nível mundial, e foram vários os acordos e iniciativas que surgiram com o intuito de solucionar a crise climática (Cipriano et al., 2017).

O primeiro grande passo para que a ação começasse a ter lugar foi reconhecer que havia um problema que necessitava de uma resposta global. Tal foi possível graças ao aumento de dados sobre os efeitos devastadores que as alterações climáticas implicariam no futuro, ao aumento da frequência e intensidade de fenómenos extremos sentidos pelas populações e ao alargamento do conhecimento em geral sobre as dimensões e imensidão da crise que se avizinhava.

Assim, em 1997, por exemplo, surgiu o Protocolo de Quioto que acabou por entrar em vigor em 2005, após várias retificações (Scorza et al., 2017). Este acordo internacional apareceu no seguimento de uma série de eventos iniciada com a Conferência de Toronto, em 1988. Trata-se de um acordo internacional adotado por 192 países, e que visa a redução da emissão de gases com efeito de estufa, de acordo com metas que são diferentes para cada país envolvido (Seo, 2017). É um tratado que se dirige maioritariamente aos países industrializados, já que são estes os maiores responsáveis pela libertação excessiva de gases com efeito de estufa para a atmosfera, consequentemente levando ao aumento da temperatura média da Terra.

Este protocolo segue a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, que entrou em vigor em 1994. Esta convenção conta com 198 países membros, e tem como principal objetivo minimizar os efeitos danosos que a atividade humana tem para o clima (Newell & Taylor, 2020). A Convenção tomou o Protocolo de Montreal, datado de 1987, como inspiração e ponto de partida, mas decidiu ir mais além e definir objetivos mais claros e quantificáveis.

Assim, os países industrializados, bem como algumas economias em transição que foram também incluídas no acordo, deveriam reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa e apresentar relatórios anuais que provassem a sua prestação, apresentando um inventário referente às suas emissões anuais, em comparação com os dados referentes ao ano de 1990. Além disso, os relatórios deveriam incluir e especificar as ações, medidas e políticas desenvolvidas e implementadas para alcançar as metas estipuladas.

A Convenção leva em consideração que o crescimento económico é indispensável para o desenvolvimento dos países mais desfavorecidos, e por isso exige grandes esforços de corte de emissões aos países mais desenvolvidos, de forma a poder dar o espaço e a oportunidade para os países menos desenvolvidos crescerem, mesmo que isso signifique um aumento das suas emissões de gases com efeito de estufa. Compromete-se também a atender às necessidades destes países e ajudá-los a procurar medidas que permitam um crescimento sustentável, com uma redução de emissões que não impossibilite nem abrande o seu crescimento e desenvolvimento.

Assim, a Convenção começou por focar-se sobretudo em medidas de mitigação dos efeitos das alterações climáticas, mas eventualmente também a adaptação dos territórios começou a ganhar destaque, nomeadamente a partir do terceiro relatório de avaliação do IPCC – Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC, 2014). Investir na adaptação dos territórios é assegurar que os países estão melhor preparados para enfrentar as consequências já inevitáveis das alterações climáticas.

O IPCC é o organismo das Nações Unidas que se encarrega de analisar, sintetizar e divulgar as descobertas científicas relacionadas com as alterações climáticas, visando criar mecanismos para a adaptação e mitigação das emissões, a nível global. Foi criado em 1988 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (*UN Environment Program* - UNEP) e pela Organização Mundial de Meteorologia (WMO) e conta com 195 membros. Tem três grupos de trabalho: o Grupo de Trabalho I encarrega-se do clima e dos aspetos físico-químicos do sistema climático, o Grupo II ocupa-se dos impactos socioeconómicos e dos efeitos negativos para a natureza causados pelas alterações climáticas, e o Grupo III lida com a mitigação dos efeitos das alterações climáticas (Seo, 2017).

O Painel prepara Relatórios de Avaliação, que incluem pesquisas relativas aos riscos e consequências presentes e futuras que as alterações climáticas acarretam, assim como possíveis opções para solucionar ou amenizar o problema. Também é da responsabilidade do IPCC a realização de Relatórios Especiais dedicados a temas especificamente requisitados pelos estados-membros, assim

como de Relatórios de Metodologia que sirvam para apoiar os países na elaboração dos seus relatórios de emissões (Seo, 2017).

Assim, o objetivo geral do IPCC é providenciar aos governos e responsáveis pela implementação de políticas a informação científica regular acerca das alterações climáticas, identificando os assuntos e tópicos em que há consenso científico e quais os assuntos que necessitam de mais exploração. Todavia, de forma a não comprometer a sua transparência e a objetividade, este organismo não conduz as suas próprias investigações. Os relatórios divulgados acabam por ser uma peça chave para orientar as negociações internacionais que tenham como alvo a mitigação dos efeitos das alterações climáticas (Trippel, 2020).

Um dos mais impactantes Relatórios Especiais do IPCC foi um relatório sobre as consequências de um aumento da temperatura global da Terra superior a 1.5°C acima dos níveis pré-industriais. Tinha como objetivo alertar a comunidade global para os efeitos devastadores que um aumento da temperatura global dessa magnitude acarretaria caso não fossem postas em prática ações imediatas para o evitar. O Relatório indicava que manter o aumento da temperatura média do globo abaixo deste valor permitiria que a adaptação dos territórios aos efeitos das alterações climáticas fosse menos difícil, já que efeitos mais extremos e desoladores seriam menos intensos e menos frequentes, deixando de ser necessária uma adaptação tão intensa e radical. Além disso, evitar tal subida na temperatura amenizaria os impactos negativos para os ecossistemas, para a biodiversidade, para o desenvolvimento económico e para a segurança alimentar (Trippel, 2020).

Enquanto que os relatórios do IPCC orientam a ação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, originalmente *Conference of the Parties* (COP), é a estrutura da Convenção responsável pelo processo de tomada de decisão. A COP reúne-se geralmente uma vez por ano, tendo a primeira tido lugar em Berlim, na Alemanha, em 1995. Todos os estados-membros associados à Convenção têm representação na COP, e lá tratam de assuntos relacionados com a implementação da Convenção, tomando decisões quanto à adoção de medidas que promovam a sua efetiva implementação (Newell & Taylor, 2020).

Assim, se a COP tem de se assegurar de que a Convenção está a ser respeitada, é nela que se analisam os inventários de emissões submetidos pelos diferentes Estados, de forma a ser averiguado se as medidas postas em prática tiveram resultados positivos, e se as diferentes partes envolvidas estão a mostrar progressos e a caminhar em direção às metas e objetivos da Convenção.

A COP25 teve lugar em dezembro de 2019 em Madrid, e a COP26 deveria ter tido lugar no ano seguinte, em Glasgow. No entanto, devido ao despontar da pandemia, a COP26 acabou por ser adiada para 2021. Este adiamento levantou muitas dúvidas entre os ativistas e organizações ambientais de todo o mundo, que recearam que a pandemia estivesse a lançar a crise climática para segundo plano, quando deveria ser um problema a adereçar o quanto antes.

Na COP25 analisaram-se os avanços dos países relativamente às metas estabelecidas no âmbito do Acordo de Paris, um tratado internacional que foi adotado na COP21, em 2015, apesar de só ter entrado em vigor em novembro de 2016 (Newell & Taylor, 2020). Este Acordo conta com 196 países, que estão legalmente obrigados a cumpri-lo (Seo, 2017).

O objetivo do Acordo é limitar o aquecimento global a um aumento de menos de 2°C em comparação com os níveis pré-industriais, ou até a um aumento de menos de 1.5°C, já que a comunidade científica o recomenda vivamente (Balouktsi, 2019; Schleussner et al., 2016). Quanto maior o aumento da temperatura, mais severas e desastrosas serão as consequências para o planeta. Assim, este Acordo foi feito com a intenção de alcançar a neutralidade climática nas próximas décadas, o que implica a redução da emissão de gases com efeito de estufa em cada país (UNFCCC, 2015).

Este Acordo foi realmente um marco, já que foi o primeiro acordo a obrigar legalmente os países a lutarem por objetivos comuns no que toca ao combate às alterações climáticas e à adaptação dos territórios aos seus efeitos inevitáveis (UNFCCC, 2015). Funciona com ciclos de cinco anos, e cada ciclo pretende ser mais ambicioso que o anterior. Até 2020, os países ficaram encarregues de enviar um plano que descrevesse a sua estratégia para alcançar as metas predefinidas pelo Acordo de Paris, os Contributos Determinados a Nível Nacional (CDN) (Seo, 2017).

O Acordo afirma que os países desenvolvidos devem ajudar financeiramente os países mais vulneráveis, que precisam de ajuda para financiar quer as medidas de adaptação dos territórios, quer as medidas de mitigação. Também aposta na tecnologia e nos seus avanços para encontrar melhores soluções, e na transparência para assegurar que todo o processo é justo (UNFCCC, 2015).

Todos os países da União Europeia assinaram o Acordo de Paris, mas a UE decidiu ir mais além e estabelecer uma meta ainda mais ambiciosa, lançando-se ao desafio de tornar-se a primeira economia a alcançar a neutralidade climática antes de 2050. Para orientar a sua ação de forma a cumprir esse seu objetivo, a União Europeia estruturou e adotou uma estratégia, o Pacto Ecológico Europeu, ou *European Green Deal*. Este pacto trata-se de um conjunto de medidas e iniciativas que compõe a

estratégia da União Europeia face à crise climática, que tem como objetivos muito mais do que alcançar a neutralidade climática até 2050, pretendendo assegurar também uma transição equilibrada para uma sociedade e economia mais verdes, justas e prósperas.

Esta estratégia, lançada pela Comissão Europeia em dezembro de 2019, inclui o pacote legislativo “Objetivo 55” que está encarregue de colocar a União Europeia num bom caminho rumo à neutralidade climática em 2050, estabelecendo para 2030 uma média intermédia mais ambiciosa que a anterior, que estava fixada nos 40%. A nova meta corresponde agora a uma redução em 55% das emissões de gases com efeito de estufa, apesar de a comunidade científica e as organizações ambientais terem incentivado a adoção de uma meta de 65% menos emissões.

No Pacto Ecológico é reconhecido que, para que a transição ocorra de forma bem-sucedida no tempo estimado, é preciso reunir esforços por parte de todos os setores e valorizar a colaboração entre todos os domínios. Assim, traduzindo em legislação os sonhos e ambições da União Europeia, este pacote visa abranger diversas áreas que estão intimamente interligadas, como o clima, a energia e os transportes, bem como atualizar e rever a legislação em vigor.

Também a Lei Europeia em matéria de Clima foi elaborada no sentido de obrigar juridicamente a União Europeia a comprometer-se com os objetivos estipulados no que toca à redução de emissões. Os Estados-membros ficam então incumbidos de reduzir as suas emissões em 55% até 2030, isto em comparação com os valores referentes ao período pré-industrial, sendo 1990 o ano de referência. No entanto, apesar da meta estipulada, os países são incentivados a irem ainda mais além e reduzirem ainda mais do que o mínimo estipulado.

Além da alteração da legislação e da redução de emissões, o Pacto Ecológico Europeu encarrega-se de apresentar medidas para o solucionamento de outros problemas, preocupando-se, por exemplo, com o aumento da resiliência dos territórios, ou seja, com a adaptação dos Estados-membros aos efeitos inevitáveis das alterações climáticas.

Em suma, apesar de a neutralidade climática ser o seu objetivo mais quantificável e mais mediático, o Pacto Ecológico Europeu pretende ir muito além disso, transformando radicalmente a sociedade e a economia, apostando em meios de transporte sustentáveis e acessíveis a todos, nas energias renováveis e na eficiência energética das infraestruturas. Além disso, pretende-se que seja um plano que se articule com a natureza, protegendo-a e servindo-se dela para proteger o planeta e a saúde pública (European Commission, 2021).

A União Europeia decidiu dar ouvidos aos avisos da comunidade científica e criar esta estratégia para verdadeiramente revolucionar a sociedade e a economia, reconhecendo que esta é a última oportunidade que a Humanidade terá para dar a volta à situação e evitar que o agravamento das consequências das alterações climáticas leve a estragos e a perdas verdadeiramente desastrosos e irrevocáveis. Não é possível evitar por completo as consequências das alterações climáticas já que a recuperação do planeta se dá de forma lenta e gradual, mas é possível evitar que estas consequências se agravem, não só para proteger a humanidade, mas para dar a oportunidade de uma melhor qualidade de vida às gerações futuras e para evitar a extinção de ainda mais espécies (European Commission, 2021).

Para reduzir emissões será necessário diminuir a dependência das fontes de energia mais comuns e mais poluentes, nomeadamente os combustíveis fósseis, e aumentar a aposta nas energias mais verdes e renováveis (Kemfert, 2019). Para isso será necessário não só um grande investimento, como também a requalificação de mão de obra e a criação de novos empregos. Esta é uma das grandes preocupações do Pacto Ecológico Europeu, que admite que procura uma transição não só verde como também justa, que “não deixe ninguém para trás” (European Commission, 2021). Assim, além da criação de novos empregos, e do investimento da formação dos trabalhadores para que se adaptem a esta nova realidade, é uma preocupação da União Europeia assegurar que todos tenham acesso a energia limpa e acessível.

Além de verde, a transição pretende ser competitiva, reduzindo a dependência energética da União Europeia face a outras entidades e países, e criando novas oportunidades para os cidadãos, apoiando as camadas mais vulneráveis e garantindo uma redução da pobreza energética (Kemfert, 2019).

Assim, o futuro do planeta e a qualidade de vida das gerações presentes e futuras está nas mãos da regulamentação ambiental e destes acordos feitos a nível global. Porém, estas negociações nem sempre são fáceis e são muitos os obstáculos ao consenso. Nas palavras de Heyvaert (2013):

Expectations for environmental law and regulation are indeed running high; they are essential conduits through which to negotiate the dramatic shift in the way the world works in the coming decades; a shift that is bound to occur whether or not we successfully manage to mitigate climate change. Yet at the same time, law and regulation face unprecedentedly high obstacles to their

effectiveness. To respond effectively to climate change, law and regulation must confront the multi-headed hydra of scale, urgency, uncertainty and ambition. (p. 79)

Assim, é importante lembrar a importância da ação climática implementada nos diferentes níveis, local, nacional, supranacional e mesmo global, de forma a ser possível maximizar os resultados (IPCC, 2014). Nessa lógica, o Pacto de Autarcas, assim como outras redes e iniciativas do género, é uma ferramenta extremamente relevante e deve ser valorizada (Salvia et al., 2021).

A Governação Multinível

No início dos anos 90, Gary Marks propôs um novo conceito para ajudar a compreender as dinâmicas de governação e tomada de decisão no contexto multinível da União Europeia – a Governação Multinível (Piattoni, 2009).

Até então, o campo dos estudos europeus era dominado por teorias que partiam do princípio que as mesmas forças que explicavam a formação da União Europeia podiam explicar também o seu funcionamento (Piattoni, 2009). Todavia, Hooghe and Marks (2003) reconheceram a mediocridade das respostas que estavam a ser propostas, dado que pretendiam esticar conceitos preexistentes de forma a tentar explicar fenómenos completamente novos.

A Governação Multinível surge como uma forma de tentar explicar as novas dinâmicas de governação e de realocação de autoridade, tendo em conta que a autoridade deixa de estar exclusivamente centrada nas instituições habituais e passa a estar distribuída por vários níveis, sendo dispersada tanto para cima, para o nível supranacional, como para baixo, para o nível subnacional ou local (Stephenson, 2013), incluindo também outros atores, como organizações não governamentais e associações (Kern & Bulkeley, 2009; Piattoni, 2009).

Na conceptualização da Governação Multinível é feita a distinção entre dois tipos, que coexistem e são complementares (Hooghe & Marks, 2003; Piattoni, 2009). O tipo I é caracterizado por jurisdições de arquitetura mais rígida, desenhados tendo em vista uma longa duração e com um número de níveis limitado, em que não há interseção entre as diferentes jurisdições. Já o tipo II, apresenta um design mais flexível e fluido, e é caracterizado por um número de níveis ilimitado e, em que as jurisdições, que são desenhadas tendo em vista funções específicas, cruzam-se e intersectam-se (Hooghe & Marks, 2003; Piattoni, 2009; Stephenson, 2013). Stephenson (2013) estabelece uma comparação entre o primeiro

tipo e uma matrioska, com uma autoridade estabelecida em cada nível, e entre o tipo II e um puzzle, em que várias peças funcionais se interligam para providenciar serviços ou resolver problemas.

Apesar de ser um conceito amplamente utilizado no contexto académico, a Governação Multinível não chega a ser uma teoria, e é por vezes criticada pela falta de poder preditivo (Stephenson, 2013), ou acusada de ter um carácter meramente descritivo. Além disso, alguns autores temem que o conceito seja “demasiado esticado”, ao ser utilizado para abranger mais fenómenos do que aqueles que se lhe adequam (Piattoni, 2009), e que fique, por isso, fragilizado e descredibilizado.

Todavia, apesar dessas preocupações, a verdade é que, desde o seu primeiro uso, aplicado ao contexto da União Europeia, a Governação Multinível tem florescido (Stephenson, 2013), sendo atualmente utilizada no âmbito de várias áreas do saber, como os Estudos Europeus, as Relações Internacionais e a Administração Pública (Hooghe & Marks, 2003; Piattoni, 2009). Em comum, as diferentes abordagens têm o pressuposto da dispersão de poder estatal, o que se traduz no fim do monopólio da soberania por parte do Estado, que é agora compartilhada com outros atores (Marks et al., 2005).

A governação multinível é muitas vezes associada às políticas ambientais, dado que a ação climática envolve invariavelmente diversos atores, que interagem de forma não linear (Jänicke & Quitzow, 2017; Marks et al., 2005; Martire et al., 2018). Nas palavras de Betsill & Bulkeley (2006):

The concept of multilevel governance, with its emphasis on the connections between vertical tiers of government and horizontally organized forms of governance, provides a useful starting point for understanding the ways in which environmental problems are governed within and across scales. (p. 149)

Aliás, alguns consideram que o conceito de governação multinível é indispensável para compreender a gestão da crise climática e energética, já que uma resposta global, tal como a situação exige, só é possível com o envolvimento de todos os diferentes níveis de governação (Jänicke & Quitzow, 2017; Kern, 2019; Oddone et al., 2018). Como defendem os autores Betsill & Bulkeley(2006):

“Traditional divisions between state and nonstate, local, national and global are disrupted by the politics of climate change. Political authority for making decisions related to the mitigation of GHG emissions has been redistributed upwards to international organizations and transnational networks, downward to cities and regions, and outward to non-state actors.”

Assim, os governos locais devem ser considerados para colaborar na resolução da crise climática, e o seu potencial não deve ser desvalorizado. Além disso, as soluções desenvolvidas e implementadas nas cidades podem depois ser exportadas e replicadas noutras localidades, pelo que o ideal não é uma abordagem estritamente *top-down*, mas sim bidirecional, que facilite o intercâmbio de ideias e de recursos entre os diferentes atores e níveis de governação (Zambianchi & Petrichenko, 2019).

Cada vez mais autores defendem que para se ultrapassar a crise climática será necessário envolver os diferentes níveis de governação, incluindo, e em lugar de destaque, o nível local (Adami et al., 2019; IPCC, 2014; Kulozu Uzunboy, 2020; Melica et al., 2018; Oddone et al., 2018; M. del P. Pablo-Romero et al., 2015; Pietrapertosa et al., 2019). Ao ser o nível de governação mais próximo dos cidadãos (Kona et al., 2019; Schenone et al., 2015) e ao conhecer as particularidades de cada região (Betsill & Bulkeley, 2006; Oddone et al., 2018; Schenone et al., 2015), os governos locais são dos agentes mais valiosos no combate às alterações climáticas, pelo que iniciativas como o Pacto de Autarcas, que incentivam a ação a partir do nível local, são muito relevantes. Além disso, vários estudos apontam as cidades como grandes emissoras de gases com efeito de estufa, o que as torna candidatas perfeitas para a implementação de medidas de redução de emissões e de aumento da eficiência energética de veículos e infraestruturas (Bernstein & Hoffmann, 2018; M. D. P. Pablo-Romero et al., 2015; Schenone et al., 2015).

O Pacto de Autarcas é um excelente exemplo de governação multinível no âmbito ambiental e climático (Adami et al., 2020; Famoso et al., 2015), já que conecta governos locais, coordenadores territoriais, redes e agências (Domorenok, 2019), facilitando parcerias entre os municípios e os coordenadores e promotores (Domorenok et al., 2020), que podem ser autoridades nacionais e regionais, redes e associações, e agências a nível local e regional (Kern, 2019).

O Pacto de Autarcas

Origem, Objetivos e Evolução

O Pacto de Autarcas foi criado em 2008 pela Comissão Europeia e é uma iniciativa dirigida aos governos locais por toda a União Europeia e, mais recentemente, por todo o globo. Conta atualmente com mais de 10000 municípios pertencentes a mais de 40 países, a grande maioria localizados no continente europeu (European Commission, n.d.). Muitos destes municípios comprometeram-se, graças a esta iniciativa, com objetivos de redução de emissões ambiciosos e com planos de ação climática que

estão a contribuir para que se alcancem as metas de mitigação a nível nacional e internacional (Hsu et al., 2020).

Atualmente, o Pacto tem como objetivo acelerar a redução de emissões de dióxido de carbono, reforçar a capacidade de adaptação dos territórios aos impactos das alterações climáticas, e combater a pobreza energética, seguindo uma abordagem “de baixo para cima”, em que os governos locais são os protagonistas (Adami et al., 2020; Cellura et al., 2018). Se os municípios aderirem à iniciativa e tiverem um papel proativo na mitigação das alterações climáticas, será possível alcançar mais facilmente, e talvez até exceder, os objetivos da União Europeia para o clima e a energia (Delponte et al., 2017).

Quando a iniciativa surgiu, em 2008, tinha como objetivo único apelar à ação dos municípios para, através da elaboração de uma estratégia, porem em prática ações que levassem a uma redução significativa das emissões de gases poluentes para a atmosfera. Assim, cada signatário comprometia-se a, até 2020, alcançar uma redução de 20% das emissões de gases com efeito de estufa. Desta forma, se por toda a parte a ação partisse das pequenas comunidades e cidades e as boas práticas fossem usadas como exemplo, as metas estabelecidas pela UE seriam cada vez mais realistas e alcançáveis (Adami et al., 2020).

Ao longo do tempo a iniciativa foi evoluindo, desafiando os municípios a adotarem metas mais ambiciosas e alargando o seu âmbito de ação. Em 2015, deu-se a primeira grande alteração, quando o Pacto de Autarcas se fundiu com uma outra iniciativa, o Mayors Adapt, passando a chamar-se Pacto de Autarcas para o Clima e Energia. Esta outra iniciativa, criada em 2014, funcionava de forma semelhante ao Pacto, sendo dirigida aos governos locais, que podiam aderir e comprometer-se com os objetivos delineados (European Commission, n.d.).

Neste caso, o Mayors Adapt pretendia incentivar a ação dos municípios no que toca à adaptação dos territórios aos efeitos das alterações climáticas. Esta ação podia passar por, por exemplo, proteger as infraestruturas nas linhas de costa, onde a subida do nível da água do mar era expectável, criar espaços verdes no meio das cidades para combater as ondas de calor, ou fazer manutenção dos espaços florestais para evitar o risco de incêndios nas estações mais quentes.

No fundo, as duas iniciativas recorriam aos municípios para acelerar e incentivar a implementação de medidas que se alinhavam com a estratégia da União Europeia para combater as alterações climáticas. Assim, fazia todo o sentido fundir as iniciativas, e começar a requerer que os signatários se preocupassem quer com a adaptação dos territórios, quer com a redução de emissões.

No fundo, mesmo investindo em força na redução de emissões, os efeitos das alterações climáticas eram já inevitáveis, e difíceis de reverter, pelo que o ideal seria atuar nas duas frentes, evitando que o problema se agravasse, mas tomando precauções para que os efeitos não afetassem de forma tão severa as comunidades (Jekabsone et al., 2021; Pietrapertosa et al., 2018).

A pobreza energética é uma situação real na União Europeia e, apesar de não ser fácil de calcular, sabe-se que muitos cidadãos europeus vivem afetados por este problema, não tendo recursos para usufruir de serviços básicos de energia, como aquecimento, iluminação ou transporte, que lhes garantam um nível de vida confortável. Este problema pode dever-se a baixos rendimentos, ao elevado preço da energia ou à baixa eficiência energética das casas. Assim, aquando da fusão com o Mayors Adapt, o Pacto decidiu unir esforços com o Observatório de Pobreza Energética (EPOV) e contribuir para a resolução deste problema, incluindo a luta contra a pobreza energética nos objetivos do novo Pacto. Fornecer energia segura, sustentável e acessível para todos, levaria a um aumento da qualidade de vida dos cidadãos europeus e a uma sociedade mais justa (European Commission, n.d.).

Assim, em 2015 o Pacto de Autarcas metamorfoseou-se em Pacto de Autarcas Clima e Energia e passou a exigir aos seus signatários que elaborassem um plano de ação que considerasse não só a diminuição de emissões de gases com efeito de estufa, como também a adaptação dos territórios de forma a aumentar a sua resiliência, e ainda a luta contra a pobreza energética. Além disso, a meta de redução de emissões também foi elevada, passando a ser de 40% até 2030, ao invés de 20% até 2020.

Aquando desta transformação, os até então signatários do Pacto de Autarcas e do Mayors Adapt foram incentivados a reformular os seus planos de ação e a abraçarem os novos objetivos, de forma a estarem alinhados com o Pacto e com as metas da União Europeia. Todavia, ainda hoje há municípios que, mantendo-se aderentes à iniciativa, continuam a seguir objetivos que foram há muito ultrapassados, e esse foi um dos motivos que incentivou esta investigação.

A transformação de 2015 foi sem dúvida a mais impactante, mas o Pacto continuou a crescer e a evoluir nos anos que se seguiram, com novos signatários a aderirem à iniciativa a cada ano (M. del P. Pablo-Romero et al., 2018). Nomeadamente, em 2017, o Pacto tornou-se global, passando a dirigir-se aos governos locais de todos os continentes, em vez de cingir-se exclusivamente aos Estados-membros da UE. Os signatários continuam a ser maioritariamente europeus, mas a União Europeia pretende incentivar a ação climática por todo o globo, já que a luta contra as alterações climáticas tem de ser um esforço comum.

Por fim, em 2021, após a adoção de uma nova meta intermédia para a redução da emissão de gases com efeito de estufa pela União Europeia, o Pacto alinou-se com os novos objetivos traçados, atualizando a meta para 2030 de 40% para 55% (European Commission, n.d.). Esta nova atualização levou a um novo desfalque nos compromissos assumidos pelos signatários, já que voltou a obrigar os municípios a renovarem os planos de ação e a atualizarem os seus compromissos, processo que nunca é simples e rápido.

A adesão dos Signatários

O Pacto de Autarcas trata-se de uma iniciativa gratuita e voluntária (Adami et al., 2020), que prima pela transparência, disponibilizando todos os documentos e ferramentas associadas ao projeto no seu website oficial (Domorenok, 2019). Além disso, para que um município se torne signatário, a adesão ao Pacto de Autarcas tem de ser aprovada em Assembleia Municipal, assim como todos os relatórios no âmbito da iniciativa.

Desta forma, qualquer autarquia democraticamente constituída pode tornar-se signatária do Pacto em qualquer altura, desde que reconheça que as alterações climáticas são uma realidade e demonstre vontade de aceitar o desafio de trabalhar para um futuro mais sustentável. O compromisso com o Pacto deve ter em vista objetivos a longo prazo, para além da duração dos mandatos eleitorais, tendo em vista o bem-estar das gerações atuais e futuras. Também o próprio Pacto de Autarcas foi desenhado para ser uma iniciativa com duração de longo prazo, de forma a poder exercer a sua influência de forma persistente, continuada e deliberada (Heyvaert, 2013).

Para oficializar a sua adesão, cada autarquia tem de propor e aprovar a participação na iniciativa em sessão camarária e, de seguida, o Presidente da Câmara, ou representante equivalente, deve assinar o formulário de adesão ao pacto, que deve ser submetido no website oficial da iniciativa.

As autarquias de pequena e média dimensão podem candidatar-se como um grupo de signatários, em conjunto com as autarquias vizinhas. Nesse caso podem ter metas individuais de redução de emissões ou metas assumidamente coletivas. Melica et al. (2018) sublinha o facto de esta iniciativa estar ao alcance de todos os governos locais, independentemente da sua dimensão, e de conseguir ter sucesso na inclusão de pequenas cidades, que provavelmente não desenvolveriam ações de mitigação e adaptação se não estivessem inseridas nesta rede.

Depois de confirmada a adesão, as autarquias comprometem-se a apresentar um Inventário de Emissões, uma Avaliação dos Riscos e da Vulnerabilidade às Alterações Climáticas, e um Plano de Ação, no prazo de dois anos, de forma a enquadrar e a partilhar as suas estratégias para a ação climática.

Nem todas as autarquias têm as mesmas metas. As que aderiram até outubro de 2015, estão alinhadas com os compromissos da União Europeia para 2020, tendo o objetivo de reduzir em 20% as emissões de gases com efeito de estufa até 2020. As que se tornaram signatárias após essa data, estão alinhadas com os compromissos da União Europeia para 2030, tendo como objetivo uma redução das emissões em 40% até 2030. Estas encontram-se ainda vinculadas aos objetivos de redução da pobreza energética e de adaptação dos territórios. Por fim, os municípios que aderiram mais recentemente comprometeram-se com uma meta de redução de 55% das emissões até 2030. O Pacto de Autarcas aconselha a que todos os municípios renovem e atualizem os seus compromissos, de forma a alinharem-se com as metas mais recentes estabelecidas pela União Europeia.

A acompanhar o Plano de Ação, deve ser enviado um Inventário de Referência de Emissões (IRE), em que se deve apresentar um inventário das emissões de gases com efeito de estufa tendo um ano de referência em relação ao qual se deve comparar o objetivo de redução de emissões (Berghi, 2017; Dall'O', 2020). O Pacto sugere 1990 como o ano de referência por excelência, mas, caso não haja dados suficientes ou fidedignos, o que acontece frequentemente, especialmente nos municípios mais pequenos (Cellura et al., 2018), o ano subsequente mais próximo deve ser selecionado, preferencialmente não superior a 2005.

O IRE deve apresentar dados de pelo menos três dos quatro setores-chave apontados pelo Pacto: edifícios, equipamentos e instalações municipais; edifícios, equipamentos e instalações terciários; edifícios residenciais; e transportes. Estes dados devem ser recolhidos junto dos Observatórios Regionais de Emissões ou das autoridades nacionais. Podem ainda ser recolhidos junto de fornecedores de energia ou através de inquéritos feitos aos habitantes da região.

Este inventário dará o contexto para que depois seja possível estruturar um Plano de Ação adequado ao território em questão. Deve ser atualizado pelo menos de quatro em quatro anos, através de um Inventário de Monitorização de Emissões (IME) (European Commission, n.d.).

O município deve também apresentar uma Avaliação dos Riscos e da Vulnerabilidade às Alterações Climáticas (ARV), que pode incluir setores como o setor energético, os transportes, a água, os resíduos, a biodiversidade, a utilização do solo, entre outros. O número de setores vulneráveis a ser

identificado varia consoante o contexto local. O objetivo é analisar os potenciais riscos associados às alterações climáticas e identificar os setores mais suscetíveis de sofrer consequências devastadoras, de forma a ser possível desenhar medidas de adaptação que previnam ou atenuem os potenciais problemas.

Foi desenvolvida pela Agência Europeia do Ambiente e pelo Secretariado do Pacto de Autarcas (CoMO), a Ferramenta de Apoio de Adaptação Urbana, que pode ser utilizada pelos autarcas como suporte para a estruturação do ARV e para o planeamento de medidas de adaptação (European Commission, n.d.).

Após elaborado o IRE e a ARV, deve ser definido um Plano de Ação, que pode ser um Plano de Ação para as Energias Sustentáveis (PAES), no caso das autarquias que aderiram ao Pacto até 2015, ou um Plano de Ação para as Energias Sustentáveis e o Clima (PAESC), no caso das autarquias que se tornaram signatárias a partir de 2015. Referem-se, portanto, a metas diferentes – o PAES está alinhado com a meta para 2020 e o PAESC está alinhado com a meta para 2030, e inclui os objetivos de adaptação aos impactos das alterações climáticas e de alívio da pobreza energética. Estas dimensões acabam por estar interligadas e ser complementares, pelo que a elaboração do PAESC requer uma abordagem holística e atenta de forma a conduzir ao melhor plano possível dentro das possibilidades do município (Jekabsone et al., 2021).

Independentemente da denominação, esta é a principal ferramenta de implementação do Pacto de Autarcas. É neste Plano de Ação que se definem as principais ações a levar a cabo e a sua estratégia de ação (Theodoridou et al., 2020). Sendo um planeamento a longo prazo, as autarquias devem apresentar um Relatório de Monitorização de dois em dois anos, de forma a comunicarem o progresso e a atualizarem as medidas planeadas, se necessário.

Todos os documentos submetidos pelas autarquias no website do Pacto de Autarcas, como o IRE, o ARV, o PAES/PAESC, os IMEs e os Relatórios de Monitorização, são tornados públicos, facilitando a partilha de experiências, boas práticas, dificuldades e casos de sucesso entre os signatários. O website oficial do Pacto apresenta também os dados e estatísticas referentes ao progresso dos signatários. Em caso de incumprimento das datas definidas por parte de uma autarquia, a sua adesão ao Pacto fica suspensa, voltando a ser ativada aquando do envio do documento em falta (European Commission, n.d.).

Assim, as vantagens de adesão ao Pacto para os signatários passam pelo aumento de visibilidade da ação climática da sua autarquia; pela participação ativa na política energética e climática da União Europeia; pelo reforço de cooperação vertical com autoridades nacionais e subnacionais, e cooperação

horizontal com outras autarquias signatárias; pelo aumento de oportunidades de financiamento; pelo acesso a todo o material e apoio técnico fornecido pelo Pacto; e pela oportunidade de trabalho em rede.

Coordenadores e Promotores

O Pacto também contempla coordenadores e promotores, que apoiam os signatários na definição de metas e na concretização das medidas propostas, e que podem aderir à iniciativa em qualquer altura.

Os coordenadores são autoridades públicas e podem ser territoriais ou nacionais. Os coordenadores territoriais são autoridades descentralizadas, como regiões ou agrupamentos de autarquias. Já os coordenadores nacionais são organismos públicos nacionais como ministérios ou agências de energia nacionais. Assim, a comunidade do Pacto de Autarcas acaba por ser uma rede que inclui outras redes e associações como membros (Kern, 2019).

Estas entidades são aliadas valiosas na prestação de apoio técnico e financeiro aos signatários, e orientam a elaboração da documentação, como o IRE ou os Planos de Ação. Além disso, facilitam a partilha de experiências entre signatários e organizam eventos relevantes para a iniciativa. Os coordenadores, graças à sua posição privilegiada, podem ser especialmente úteis no que toca à coordenação de ações entre diferentes signatários e à inclusão dos municípios rurais (Melica et al., 2018).

Para aderir ao Pacto como coordenadora, uma entidade tem de assinar o formulário de adesão e a declaração de compromisso, e é assim criado um perfil online para facilitar a sua interação com as autarquias e os outros coordenadores e promotores. A sua atividade deve ser reportada de dois em dois anos, como forma de monitorização do apoio prestado.

Quanto aos promotores, são organizações sem fins lucrativos, como associações de autoridades locais e regionais, redes, agências de energia locais e regionais, entre outras. Podem tomar medidas a diferentes níveis de governo (europeu, nacional, regional ou local) e intervir em áreas de especialização distintas (como energia, ambiente, ar ou água).

A sua função é promover o Pacto e mobilizar os membros ou governos para que os objetivos sejam cumpridos. Dão aconselhamento às autarquias e podem identificar sinergias com iniciativas já existentes. Facilitam também a partilha de conhecimentos, experiências, boas práticas e ferramentas entre os signatários, e coordenam-se com outros promotores e coordenadores.

Para aderirem ao Pacto, os promotores devem seguir os mesmos procedimentos que os coordenadores, incluindo a apresentação de um relatório de atividades a cada dois anos.

Também as vantagens da adesão são semelhantes para coordenadores e promotores, passando pelo apoio da Comissão Europeia; pela visibilidade conseguida; pela oportunidade de trabalhar em rede; e pela possibilidade de participação, e até organização, de workshops e outros eventos (European Commission, n.d.).

Outras Estruturas e Apoios

O Pacto não é uma iniciativa independente e está ligado a várias iniciativas e projetos organizados por muitos parceiros com quem coopera, como instituições europeias, administrações públicas, redes e outras organizações europeias e internacionais. É o Secretariado do Pacto (CoMO) que trabalha diretamente com estes parceiros e coordena os esforços.

O CoMO é o principal responsável pela coordenação geral e implementação da iniciativa, auxiliando a comunidade do pacto desde o registo até ao desenvolvimento e apresentação do Plano de Ação. Trabalha com o *Joint Research Centre* da Comissão Europeia, e capacita os signatários com workshops e documentos de orientação. Além de responder às questões das autarquias e outros membros da iniciativa, estabelece a ligação entre os coordenadores e promotores e os signatários, facilitando o trabalho em rede. Desenvolve ainda a capacidade de adaptação e mitigação das alterações climáticas, fornecendo assistência técnica e administrativa, e divulgando informação sobre oportunidades de financiamento e de aprendizagem.

O Pacto contempla ainda um conselho dirigido exclusivamente por autarcas europeus, tendo sete membros. Este conselho permite a estes autarcas terem um papel de maior destaque na iniciativa e tem como objetivo discutir as orientações estratégicas da iniciativa e garantir que são adequadas aos objetivos. Inclui ainda um grupo de especialistas, que reúne especialistas em mitigação e adaptação às alterações climáticas de toda a Europa para que partilhem o seu conhecimento e experiência e contribuam para a consolidação e desenvolvimento da iniciativa.

Existe também uma Comunidade Científica do Pacto, que permite aos académicos divulgarem os resultados das suas investigações sobre o Pacto e trabalharem em rede. Tem como vantagens inspirar outros académicos a trabalharem sobre o tema e incentivarem os municípios a aderir à iniciativa ou a redobram os seus esforços no cumprimento das metas estabelecidas (European Commission, n.d.).

No website oficial, além de toda a informação relativa aos signatários, coordenadores, promotores e aos seus progressos, é possível aceder a uma base de dados de Boas Práticas, já que aprender com as experiências e sucessos dos pares poderá aumentar a qualidade das políticas implementadas (Lee, 2018). Também é possível consultar inúmeros recursos como folhetos, gravações de webinars e outras ferramentas úteis, que podem ser utilizadas por qualquer autarquia ou entidade interessada. Apresenta ainda informações sobre oportunidades de financiamento, fundamentais para pôr em prática as ações delineadas nos planos.

Portugal é um dos países mais empenhados na participação desta iniciativa (Coelho et al., 2018), sendo o nono país com mais signatários inscritos (European Commission, n.d.), o que é especialmente significativo quando comparado com outros países de dimensão e número de governos locais superiores. Itália é o país com mais signatários, com mais de 5000 inscritos, seguido por Espanha, com quase 3000 signatários. Todavia, apesar do compromisso assumido por tantos municípios portugueses, representando bem mais do que metade da população, quando tendo em conta que os municípios de maior dimensão aderiram à iniciativa, são poucos os estudos dedicados à participação dos signatários portugueses no Pacto de Autarcas (Coelho et al., 2018), pelo que mais trabalhos de investigação sobre este tema são necessários.

Capítulo V – Research Design

Research Design

Problemática em estudo

O tema desta investigação está subordinado à análise da iniciativa Pacto de Autarcas, mais especificamente, da participação dos municípios portugueses signatários da mesma. Tendo em conta a pergunta de investigação, que pode ser subdividida em três partes, pretende-se analisar a participação dos municípios nas seguintes dimensões: o compromisso a que aderiram, as dificuldades encontradas no âmbito da iniciativa, e as perspetivas que têm em relação ao seu futuro enquanto signatários do Pacto de Autarcas.

Desta forma, o que se pretende é uma análise da posição dos signatários portugueses no geral, de forma a ser possível traçar um quadro que clarifique o ponto de situação da participação dos municípios. Não se intenta, com este exercício de investigação, observar e descrever o estado de participação de um município ou grupo de municípios em particular, como se de um estudo de caso se tratasse. Pelo contrário, pretende-se fazer uma análise que englobe a totalidade dos governos locais, de forma a ser possível fazer-se uma análise holística do grupo como um todo.

Assim sendo, as opções metodológicas foram tomadas tendo em consideração o objetivo e objeto da investigação, pelo que se optou pela utilização de uma análise recorrendo a métodos quantitativos. Não se pretende, com este exercício de investigação, fazer uma análise profunda e completa da participação de um pequeno número de municípios, tendo em atenção o Plano de Ação elaborado e as ações postas efetivamente em prática. Espera-se, sim, através da análise do grupo de municípios como um todo, e recolhendo dados de um grande número de signatários, retirar conclusões acerca do panorama geral da participação de municípios portugueses na iniciativa.

Segundo Babbie (2017), “Quantification often makes our observations more explicit. It also can make it easier to aggregate, compare and summarize data. Further, it opens up the possibility of statistical analyses, ranging from simple averages to complex formulas and mathematical models.” (p. 26). Creswell & Creswell (2018) defendem que um estudo apenas tende a ser mais qualitativo ou mais quantitativo, e que essa divisão não é assim tão linear, havendo ainda investigações que usam um misto dos dois. Todavia, convencionalmente, uma pesquisa que se baseia em números e que usa perguntas e respostas fechadas, sem espaço para histórias e leituras subjetivas, costuma ser considerada quantitativa.

Além disso, esta investigação elabora uma análise seccional ou transversal (*cross-section analysis*), em que observa o estado de adesão dos municípios num certo momento do tempo, como se de uma fotografia se tratasse, em vez de observar e acompanhar a evolução ao longo do tempo de um grupo de signatários (Creswell & Creswell, 2018). Este aspeto é relevante na medida em que esta pesquisa foi estrategicamente realizada numa altura de transição e mudança, que, tal como a maioria das alturas de transição e mudança, se trata também de uma altura de incerteza.

Como referido em capítulos anteriores, aquando da criação da iniciativa, a meta estabelecida para os signatários que decidissem aderir ao Pacto de Autarcas era a de uma redução das emissões de gases com efeito de estufa na ordem dos 20% até 2020. Apesar de a iniciativa ter sido atualizada em 2015, tendo sido adotada uma nova meta, muitos municípios continuaram a arrastar planos de ação referentes à meta inicial. Com o aproximar do final do ano de 2020, essa meta, já há muito desatualizada, passaria a estar completamente ultrapassada, pelo que era urgente incentivar os municípios a adotar novos e mais ambiciosos compromissos, e perceber quais os obstáculos encontrados pelos municípios que se mostravam mais receosos em continuar comprometidos com o Pacto.

Assim, no âmbito do estágio realizado na Quercus, que enquanto organização sentinela tem interesse em perceber a posição dos municípios face a esta renovação de compromissos, decidi embarcar neste exercício de investigação, de forma a conseguir perceber quantos municípios tinham ainda compromissos desatualizados e quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos mesmos, ou seja, quais os obstáculos que impediam os municípios de atualizar os compromissos ou de pôr em prática as iniciativas incluídas no Plano de Ação. Além disso, pretendia-se perceber se os municípios estavam dispostos a adotar metas ainda mais ambiciosas no futuro, pergunta relevante tendo em conta que decorria um período de discussão no seio da União Europeia, em que se negociava uma possível atualização da meta intermédia para 2030, o que acabou por se concretizar, tendo o objetivo de redução de emissões para 2030 sido atualizado de 40% para 55% (num momento em que muitos municípios ainda nem tinham aderido à meta dos 40%).

Recolha e Tratamento de Dados

Tendo em conta os objetivos da investigação, foram selecionadas duas fontes de informação distintas, já que para verificar a veracidade das hipóteses e responder à pergunta de investigação é necessário escolher fontes ou métodos de recolhas de dados adequados aos objetivos do projeto (Quivy & Campenhoudt, 2013). A primeira foi uma fonte secundária, o website oficial da iniciativa, que apresenta

de forma transparente todos os dados relativos ao Pacto de Autarcas, como os anos de adesão, os compromissos adotados, os documentos submetidos (Planos de Ação, Relatórios de Monitorização, entre outros), que se encontram disponíveis para consulta, bem como outras informações relevantes. A recolha de dados nesta plataforma foi muito útil para perceber a dimensão da participação dos municípios portugueses e obter resposta à primeira parte da pergunta de investigação – qual o número de signatários portugueses e qual o seu compromisso e estado de adesão?

Já para responder à segunda e terceira partes da pergunta de investigação foi necessário recorrer a uma fonte primária, uma vez que seria necessário recolher dados que não estavam disponíveis no website oficial da iniciativa, nem em qualquer outra fonte existente. Antes da seleção das fontes a utilizar foi feita uma pesquisa exaustiva com o objetivo de cobrir toda a literatura existente sobre o tópico, de forma a escolher uma abordagem adequada e distinta das demais, que fosse acrescentar conhecimento sobre o tema (Bryman, 2012).

Tendo em conta a natureza do exercício de investigação e os dados a recolher, optei por realizar um inquérito dirigido aos municípios signatários do Pacto. O inquérito é um método de recolha de dados muito utilizado na investigação, e consiste, em suma, numa lista de perguntas que podem ser de resposta aberta ou apresentar um conjunto de respostas possíveis (Bryman, 2012). As respostas disponíveis podem ser de vários tipos, como “sim” e “não”, número de vezes, ranking de opções, ou posição numa escala. Deste modo é possível obter dados estandardizados e relativamente estruturados de um grande número de casos, tendo em vista a generalização da população (Babbie, 2017).

Enquanto no website foi possível obter dados referentes a todos os 165 municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas, já que toda a informação é publicada, não foi possível recolher resposta ao inquérito da totalidade dos signatários, apesar de todos terem sido contactados nesse sentido. Um total de 86 municípios participou no inquérito realizado, ou seja, uma amostra correspondente a mais de metade da população (52%). Esta amostra apresenta uma distribuição de municípios por ano de adesão, dimensão (que se refere ao número de habitantes), estado de candidatura e compromissos assumidos semelhante ao grupo total, o que garante que os resultados não estão enviesados e que a amostra é representativa.

O meio escolhido para distribuir o inquérito foi a internet, mais concretamente via endereço de email, e o questionário era preenchido de forma autónoma, ou seja, de administração direta (Bryman, 2012; Quivy & Campenhoudt, 2013). Foi feita uma recolha dos endereços de email de todas as Câmaras

Municipais envolvidas na iniciativa, assim como dos seus dirigentes, e foi criado um endereço de email de raiz para servir exclusivamente para a distribuição do inquérito.

A utilização da internet tem várias vantagens. Além de ser muito pouco dispendiosa, facilita a distribuição porque não exige deslocações e porque o envio é praticamente automático. Além disso, é possível reenviar o inquérito repetidas vezes e por diferentes vias, caso seja necessário insistir para obter uma resposta (Bryman, 2012; Fowler, 2014). Neste caso em específico, a recolha das respostas do inquérito estendeu-se por vários meses, e muitos dos municípios só enviaram resposta após várias tentativas de contacto.

Também para quem responde, um inquérito via email tem várias vantagens. Pode ser respondido onde e quando for mais conveniente, não obriga ao contacto humano, o que pode ser vantajoso especialmente na resposta a perguntas mais delicadas, e é regra geral muito intuitivo e fácil de preencher.

Neste caso, foi elaborada uma carta de apresentação que seguia no corpo do email, em que se pedia ao município que colaborasse no preenchimento do inquérito e se partilhava o contexto no âmbito do qual esta investigação tinha surgido. O conteúdo dessa carta pode ser encontrado nos Anexos (Anexo 1).

Quanto ao questionário em si, foi estruturado de forma a apresentar perguntas claras e fáceis de compreender, organizadas em secções que se referiam a diferentes temas, dentro do mesmo assunto (Babbie, 2017). A maior parte das perguntas era de resposta obrigatória e exigia uma resposta curta ou de escolha múltipla, para facilitar o trabalho do respondente e tornar o questionário o mais breve possível. Algumas das secções estavam condicionadas por respostas anteriores, pelo que nem todos os municípios responderam à mesma sequência de perguntas. Por exemplo, a um município que estivesse comprometido com a meta para 2020, não faria sentido perguntar acerca das suas estratégias de adaptação do território, já que essa componente só está incluída nas metas para 2030. O inquérito distribuído pode também ser encontrado na secção de Anexos no final deste relatório (Anexo 2). Para esta investigação as respostas foram tratadas de forma anónima, sendo que não interessa a resposta de cada município em específico, mas sim a análise dos dados como um todo.

A nível ontológico, nesta pesquisa adotou-se uma perspectiva objetivista – assumindo que é possível alcançar um conhecimento objetivo, obter conhecimento e encaixá-lo no que já existe. Isto não quer dizer que uma pesquisa de outro âmbito, com observações mais extensas caso a caso e

interpretações subjetivas sobre, por exemplo, a estratégia de ação de um município em particular, não fosse válida. Simplesmente nesta investigação optou-se por uma análise mais extensiva mas que comparasse um maior número de casos, de forma a ser possível olhar para a “big picture”, já que não existia na literatura nenhum trabalho deste cariz referente a Portugal na literatura.

A nível epistemológico aplica-se a postura positivista - foram selecionadas variáveis a analisar, algumas com base na informação disponível no website oficial, e outras a partir do inquérito que foi levado a cabo. Esta investigação envolve uma observação do panorama da participação dos municípios portugueses no Pacto de Autarcas, e essa observação usa uma grande amostra analisada de forma empírica. A postura de quem investiga é, neste caso, a de alguém que analisa do exterior, sem se envolver e sem entrar em subjetivismos (Creswell & Creswell, 2018). O objetivo era perceber de forma empírica qual a realidade, qual o panorama real no que toca à participação dos municípios portugueses no Pacto de Autarcas. Daí a recolha e análise de informação se ter dado através da recolha de dados quantificáveis e do recurso à estatística para analisar esta informação.

O tema desta investigação também foi escolhido tendo em conta a vontade demonstrada pela Quercus, organização que me acolheu como estagiária, em ter acesso a este tipo de informação e em compreender verdadeiramente o estado de adesão e o nível de compromisso dos municípios portugueses signatários da iniciativa. Além disso, tal como foi demonstrado nas secções anteriores deste exercício de investigação, uma pesquisa deste cariz no contexto português nunca tinha sido realizada, pelo que se trata de uma abordagem pertinente e inovadora.

Assim, esta investigação foi desenhada de forma a expor o panorama nacional da participação dos municípios na iniciativa Pacto de Autarcas, com intenção de que possa servir não só para ser comparado a pesquisas semelhantes realizadas com dados de outros países, como a uma pesquisa semelhante a realizar no futuro. Poderá ainda servir simplesmente de ponto de partida para pesquisas mais extensivas e até de cariz qualitativo, sobre um município ou grupo de municípios em particular.

Hipóteses

Hipóteses são suposições temporárias que estabelecem uma relação entre conceitos e/ou fenómenos, e devem ser verificadas tendo em conta os dados recolhidos (Quivy & Campenhoudt, 2013). Nas palavras de Creswell & Creswell (2018), segundo uma posição positivista:

Knowledge is conjectural (and antifoundational) – absolute truth can never be found. Thus, evidence established in research is always imperfect and fallible. It is for this reason that researchers state that they do not prove a hypothesis; instead, they indicate a failure to reject the hypothesis. (p. 7)

Considerando os aspetos descritos anteriormente, a metodologia adotada e os propósitos deste relatório de investigação, estas são as hipótese que se procura testar: **H1. Grande parte dos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas não têm os seus compromissos atualizados.** Esta hipótese pretende verificar se os municípios portugueses aparentam estar verdadeiramente comprometidos com a iniciativa. Para confirmar esta hipótese, será necessário perceber quais os compromissos adotados pelos municípios e qual a percentagem de municípios que permanece vinculada a uma meta desatualizada. Além disso, é importante perceber se os municípios estão realmente a participar de forma ativa na iniciativa, elaborando e submetendo os documentos necessários, cumprindo os prazos estipulados para tal.

Vários autores fizeram investigações semelhantes no contexto de outros países ou aglomerando um conjunto de signatários provenientes de diversos países, e a H1 foi feita tendo por base as conclusões desses estudos. Entre os artigos analisados, Santopietro & Scorza (2021) referem que apenas 15% dos signatários italianos adotou uma meta para 2030, e Christoforidis et al. (2013) afirma que muitos governantes aderem ao Pacto sem compreender inteiramente o que a iniciativa envolve, apenas utilizando a sua adesão como um ponto favorável a apresentar aquando das eleições.

A segunda hipótese prende-se com a segunda parte da pergunta de investigação: **H2. As maiores dificuldades encontradas pelos municípios signatários são a falta de financiamento e de recursos humanos para a implementação das ações.** Para responder a esta hipótese serão usados os resultados do inquérito distribuído aos municípios, de forma a averiguar se realmente esses são os obstáculos mais indicados pelos municípios.

Também a H2 tem por base as investigações realizadas sobre este tema. Vários autores debruçam-se sobre as dificuldades encontradas pelos signatários no âmbito do Pacto de Autarcas, indicando como maiores obstáculos a falta de financiamento e recursos humanos (Messori et al., 2020), a falta de conhecimento e de recursos humanos (Jekabsone et al., 2021), ou a falta de financiamento, de conhecimento técnico e de recursos humanos (Domorenok et al., 2020).

Por fim, a terceira hipótese pode ser averiguada também com base no inquérito: **H3. A maior parte dos municípios não está disposta a comprometer-se com metas mais ambiciosas no futuro.** É certo que esta última hipótese adota uma perspetiva algo negativa e descrente quanto à possibilidade de uma ação mais intensiva por parte dos municípios. No entanto, tendo em conta o facto de que pelo menos alguns municípios ainda persistem nas metas para 2020, e que a crise pandémica coincidiu com o período de resposta ao inquérito, os indícios apontam para uma certa falta de vontade, ou mesmo de capacidade, por parte dos governos locais para levarem a sua ação climática ainda mais além.

Capítulo VI – Análise de Dados

Análise de Dados

Nesta secção será feita uma análise de dados, quer dos dados recolhidos através de fontes secundárias, quer de fontes primárias. Esta etapa é crucial, na medida em que serve para tratar a informação de forma a apresentar resultados comparáveis que sirvam para apoiar a resposta à pergunta de investigação (Quivy & Campenhoudt, 2013). Primeiramente serão tidos em consideração os dados recolhidos a partir de fontes secundárias, nomeadamente as informações obtidas através do website oficial da iniciativa Pacto de Autarcas. Nesta análise constarão, portanto, dados referentes a todos os municípios signatários do Pacto de Autarcas no período analisado, que servirão sobretudo para perceber o ponto de situação atual dos municípios em relação ao projeto – com que compromisso estão comprometidos, e em que fase se encontram (adesão, preparação da estratégia, ou avaliação das ações postas em prática).

De seguida, serão analisados os dados obtidos de fontes primárias, nomeadamente através do inquérito (Anexo 2) que foi distribuído pelos municípios signatários do Pacto de Autarcas e que teve uma adesão de mais de metade dos municípios em causa – 86 municípios, o que perfaz 52% do total de 165 municípios portugueses signatários. Com estes dados será possível aprofundar mais a análise e ir além da informação recolhida pelo próprio Pacto, percebendo quais as dificuldades que os municípios mais encontram quando chega a hora de planear uma estratégia ou de pô-la em prática e percebendo também as suas perspetivas em relação ao futuro da sua participação na iniciativa.

Dados do Website

À data da realização da análise, entre novembro de 2020 e maio de 2021, o website oficial do Pacto de Autarcas contabilizava 169 signatários pertencentes a Portugal. Uma vez que a análise se pretende centrar na participação dos municípios e não de outro tipo de aderentes, apenas 165 signatários serão considerados. De facto, Portugal conta entre os seus signatários a Agência de Energia Médio Tejo 21, a Associação Fronteiriça do Lago Alqueva, e a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, já que a iniciativa permite a adesão de entidades deste cariz, que possam auxiliar os municípios a desenvolver e implementar os seus Planos de Ação, e encorajar os governos locais a aderirem ao projeto. Estas três entidades, não sendo municípios, serão as excluídas desta análise, assim como o município de Cheles, por não se tratar de um município português, mas sim espanhol. Este município foi mal classificado no website, estando atribuído a Portugal, provavelmente por ser parte integrante da Associação

Transfronteiriça do Lago Alqueva, que reúne municípios pertencentes a Portugal e a Espanha, e que é também signatário do Pacto.

Estes 165 municípios, que podem ser consultados em lista (Anexo 3), foram então os considerados na análise do website. Também o inquérito foi enviado a este grupo de municípios, apesar de não ter sido possível obter resposta por parte de todos, como já foi referido.

Tendo em conta que Portugal tem um total de 308 municípios, isto significa que mais de metade participa na iniciativa, o que demonstra um interesse significativo por parte dos governos locais portugueses nesta iniciativa. Portugal é, inclusive, o nono país com mais signatários inscritos na iniciativa a nível global (European Commission, n.d.). Além disso, como as cidades mais populosas de Portugal aderiram à iniciativa, depreende-se que uma grande percentagem da população vive em municípios aderentes ao Pacto de Autarcas.

Através do website, consultado entre novembro de 2020 e maio de 2021, foi possível recolher dados pertinentes para perceber algumas características destes municípios, assim como aspetos relativos à sua adesão e participação no Pacto.

No Gráfico 1 é possível observar que grande parte dos municípios, mais precisamente 137, o que corresponde a 83% da totalidade, aderiu à iniciativa antes do ano 2015, ano em que o Pacto sofreu a sua maior evolução, não só com a atualização da meta de redução de emissões de 20% em 2020 para 40% em 2030, como também com a fusão com a iniciativa Mayors Adapt, que fez com que os objetivos da iniciativa fossem para além da mitigação. Assim sendo, é possível constatar que, aquando dessa mudança, muitos dos municípios signatários tinham-se comprometido e preparado para pôr em prática uma estratégia seguindo orientações bem menos ambiciosas. Esta poderá ser uma das causas que leva à quantidade de municípios com compromissos desatualizados e objetivos por cumprir.

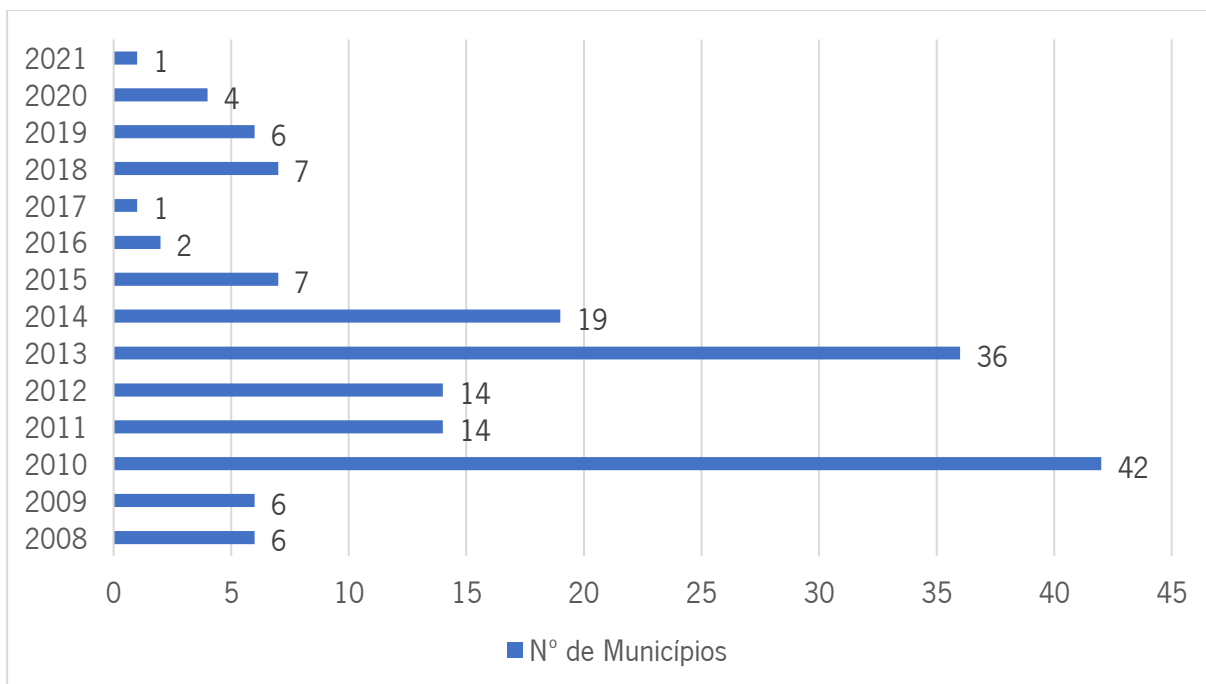


Gráfico 1 – Número de municípios portugueses por ano de adesão ao Pacto de Autarcas

Quanto ao Gráfico 2, permite visualizar qual o estado de adesão dos municípios portugueses signatários do Pacto, ou seja, quantos municípios já submeteram um Plano de Ação, quantos já enviaram Relatórios de Monitorização, qual a percentagem de municípios que ainda não submeteu qualquer documento e quantos signatários se encontram suspensos por não cumprirem os prazos estabelecidos.

Podemos constatar que, aos municípios suspensos (9%), somam-se 30 municípios (18%) que ainda não entregaram qualquer documento (mas não estão suspensos). Tendo em conta os dados do Gráfico 1, e considerando que os municípios têm apenas dois anos para enviar o Plano de Ação (ou mais alguns meses no caso de pedirem extensão desse prazo), podemos concluir que pelo menos um terço desses municípios estará forçosamente em incumprimento dos prazos, apesar de não ter sido suspenso, o que poderá refletir alguma falta de rigor na aplicação de sanções por parte do Pacto, talvez como forma de não desencorajar os municípios a serem parte ativa desta iniciativa de adesão voluntária. Isto é relevante na medida em que, sem um Plano de Ação, o município ainda não definiu uma estratégia de ação, pelo que não está a implementar quaisquer medidas no âmbito da iniciativa, sendo portanto a sua participação praticamente nula.

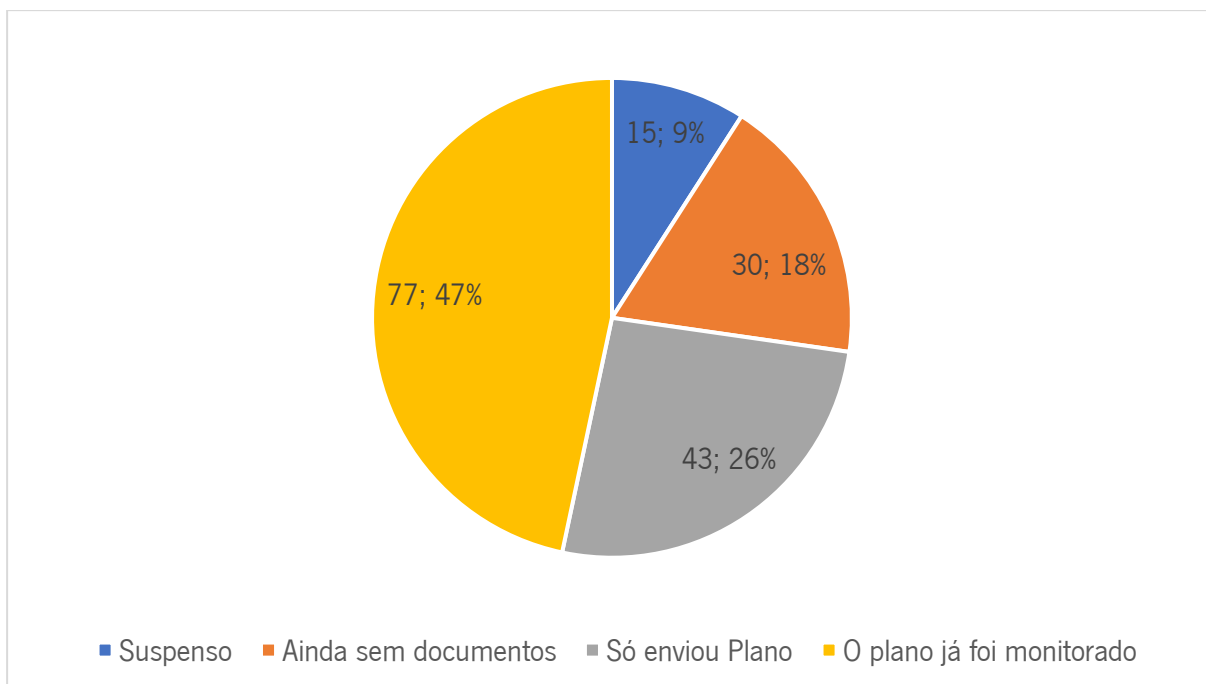


Gráfico 2 - Estado da candidatura dos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas

Alguns municípios estarão também a infringir o prazo para entrega dos Relatórios de Monitorização, sem aparentemente sofrerem consequências. Apenas menos de metade dos municípios signatários (47%) entregou Relatórios de Monitorização, o que, tendo em conta as datas de adesão dos municípios, fica aquém das expectativas. A monitorização é um dos passos mais importantes no Pacto de Autarcas, pois permite perceber se os municípios conseguiram pôr em prática as ações planeadas, ou se sequer chegaram a executar algumas das ideias planeadas. Os Relatórios de Monitorização são assim um garante da participação ativa e da realização de verdadeiros esforços para ir de encontro aos objetivos adotados.

Em relação aos compromissos assumidos pelos signatários, podemos verificar que a maior parte dos municípios, mais precisamente 108 signatários (65%), está comprometido apenas com a meta para 2020, não tendo qualquer objetivo definido para 2030 ou ações de adaptação planeadas. Além disso, 8 municípios (5%) só estão comprometidos com a meta para 2020 e o programa de adaptação dos territórios, enquanto que 5 municípios (3%), aderiu apenas ao programa de adaptação, o que significa que eram membros da iniciativa Mayors Adapt e que, desde a fusão das duas iniciativas, não atualizaram o seu compromisso tendo em conta os objetivos do Pacto de Autarcas. Isto significa que um total de 121 municípios (73%) tinha, à data da análise, metas que estavam na reta final e sem qualquer objetivo estratégico para o futuro no âmbito da iniciativa.

De facto, apenas 27% dos municípios demonstraram ter metas atualizadas. No total, 21 municípios (13%) comprometeram-se, não só com a meta para 2020, como com a meta para 2030 e com os objetivos de adaptação, o que significa que aderiram antes da fusão das duas iniciativas e que, entretanto, atualizaram os seus compromissos. Também outros 23 municípios (14%) demonstraram ter as metas atualizadas, estando comprometidos somente com a meta para 2030 e o programa de adaptação, o que significa que aderiram após a fusão do Pacto de Autarcas com o Mayors Adapt em 2015.

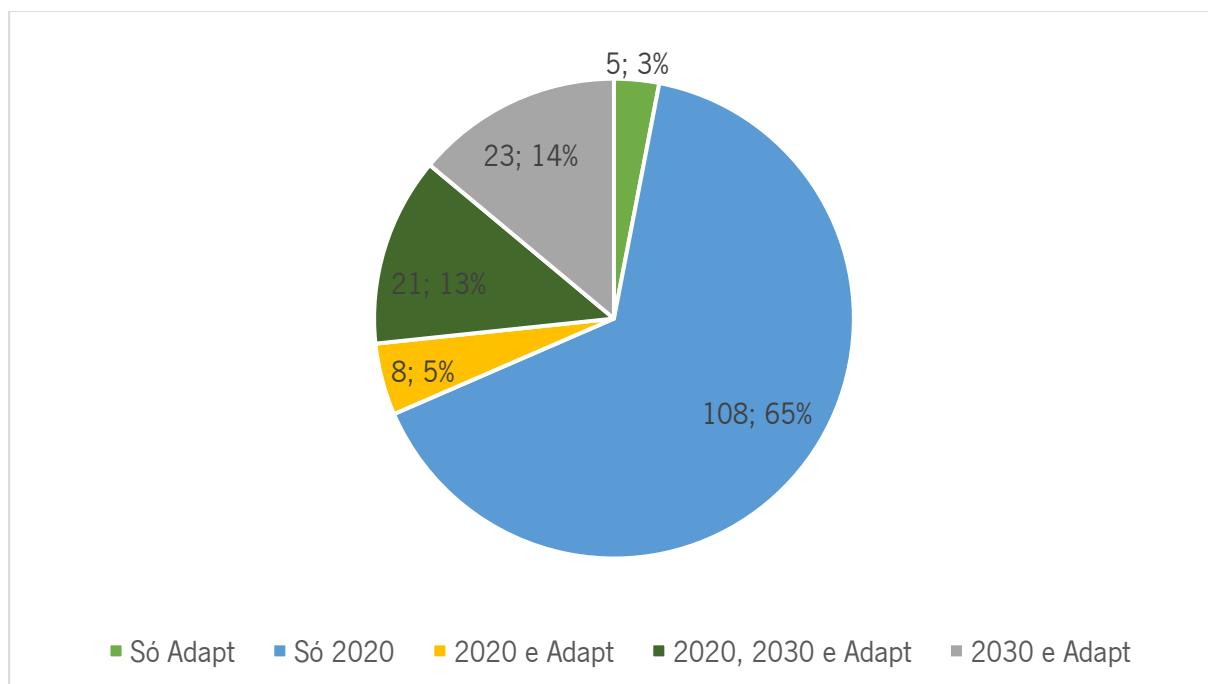


Gráfico 3 - Compromissos assumidos pelos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas

Estes dados comprovam a pertinência desta investigação, tendo em conta que quase dois terços dos municípios inscritos na iniciativa tinham, no final do ano de 2020, compromissos que estavam prestes a ficar completamente ultrapassados. É compreensível alguma demora na atualização dos compromissos, já que exige a elaboração de um novo Plano de Ação, mas tal processo deveria demorar no máximo 2 anos, o que não se verifica, tendo em conta que as metas do Pacto foram atualizadas em 2015. Daí a importância de perceber quais as dificuldades enfrentadas pelos municípios, e se estão ou não dispostos a atualizar as suas metas. O futuro da iniciativa depende da participação ativa dos seus signatários, e alcançar as metas definidas pela União Europeia só será possível com o empenho e colaboração dos governos locais, pelo que é essencial que os municípios planeiem e ponham em prática ações nesse sentido.

Dados do Inquérito

Comparação do grupo total com o grupo de resposta

O inquérito (Anexo 2) teve como objetivo ir além das informações disponibilizadas pelo website oficial do Pacto de Autarcas, no sentido de averiguar quais os maiores obstáculos ao sucesso encontrados pelos signatários portugueses. Além disso, pretendia apurar a disponibilidade dos municípios para atualizar os seus compromissos no futuro.

De forma a fornecer dados mais facilmente analisáveis e com respostas menos ambíguas, o inquérito foi construído maioritariamente com perguntas de resposta fechada, ou com perguntas de resposta curta. Além disso, de forma a encurtar a duração do inquérito o mais possível, algumas das respostas condicionavam as secções seguintes, de forma a não obrigar os municípios a responder a questões que não se lhes aplicavam (a um município que não tenha submetido nenhum Plano de Ação não faria sentido fazer perguntas relacionadas com a monitorização, por exemplo).

Para perceber o grau de envolvimento na iniciativa, especialmente no caso dos municípios com compromissos desatualizados, foram também realizadas algumas perguntas que pretendiam obter informações básicas já fornecidas pelo website oficial, como o ano de adesão ou o atual compromisso. Desse modo, pretendia-se perceber se os municípios estavam informados acerca da sua própria posição na iniciativa. Um possível desconhecimento acerca do estado de adesão do próprio município poderia dever-se, por exemplo, ao início de um novo mandato nas câmaras municipais – os recém-eleitos ficam incumbidos de cumprir os planos traçados anteriormente no âmbito da iniciativa, mas podem não ter o devido conhecimento ou tal pode não ser considerado uma prioridade.

O inquérito foi realizado utilizando a plataforma Google Forms, que permite organizar e apresentar as perguntas de forma simples e fácil, de forma a ser acessível e apelativo para o público-alvo. O link para este formulário foi então disponibilizado via email, acompanhado por uma carta que contextualizava o envio do mesmo (Anexo 1). Os contactos de email foram recolhidos através do website oficial do Pacto de Autarcas e das páginas web oficiais de cada município. Para cada signatário foram recolhidos mais do que um endereço de email, de forma a haver uma alternativa no caso de não haver resposta. O inquérito teve de ser enviado repetidamente ao longo de vários meses (entre dezembro de 2020 e maio de 2021) de forma a obter um conjunto razoável de respostas, que possibilitasse a realização desta investigação.

Tendo em conta que o público-alvo correspondia aos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas, o inquérito foi enviado a todos os 165 municípios cujos dados de adesão foram analisados no website oficial do Pacto. Destes 165 municípios, 86 preencheram o inquérito, o que corresponde a cerca de 52% do total, ou seja, mais de metade dos municípios listados.

Os gráficos seguintes comparam o grupo total de signatários, ou seja, os 165 municípios, com o grupo que participou no inquérito, tendo em conta vários aspetos tais como a data de adesão, a dimensão do município, e o compromisso adotado.

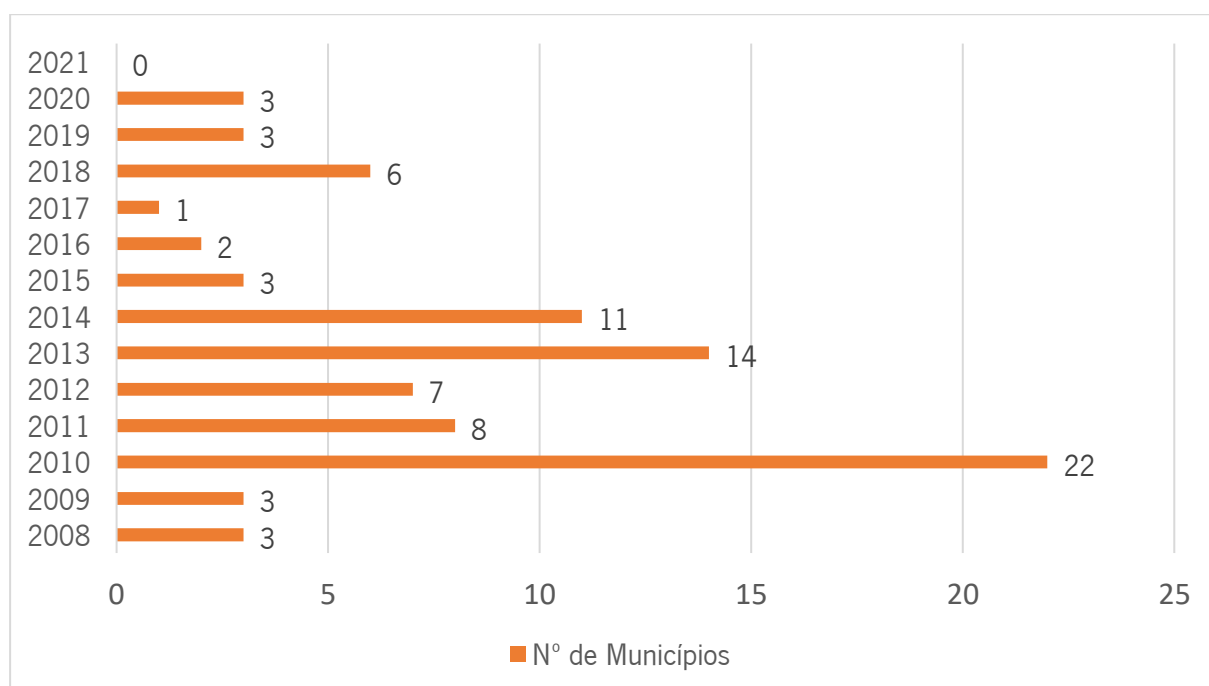


Gráfico 4 - Número de municípios portugueses respondentes ao inquérito, por ano de adesão ao Pacto de Autarcas

No Gráfico 4 podemos observar o número de municípios respondentes por ano de adesão. Quando comparado com o Gráfico 1, podemos verificar que os gráficos são bastante semelhantes, ou seja, que a amostra apresenta uma distribuição semelhante à população total, e que as respostas não estão especialmente concentradas em municípios com um ano de adesão ou altura específica.

Em particular, podemos verificar que, tal como no Gráfico 1, também neste gráfico se verifica que bem mais de metade dos municípios aderiu à iniciativa antes da fusão do Pacto com o Mayors Adapt em 2015, nomeadamente 68 municípios, o que corresponde a 79% (no Gráfico 1 é possível observar que 83% dos municípios aderiram antes de 2015).

Além disso, em ambos os casos o ano de 2010 é o que demonstra um maior número de adesões, nomeadamente 42 municípios no Gráfico 1 e 22 municípios no Gráfico 4, o que em ambos os casos corresponde a cerca de 26% do total.

Também a dimensão dos municípios foi analisada, de forma a verificar que a amostra não estava concentrada apenas nos municípios de determinada dimensão. A dimensão foi classificada tendo em conta a terminologia utilizada pelo Pacto de Autarcas no seu website oficial. Os municípios de tamanho XS correspondem aos que têm menos de 10 mil habitantes; os S correspondem aos que têm entre 10 mil e 50 mil habitantes; os M tratam-se dos que têm entre 50 mil e 250 mil habitantes; os L são os que têm entre 250 mil e 500 mil habitantes; e os XL correspondem aos municípios com mais de 500 mil habitantes (esta categoria não se aplicava a nenhum dos signatários portugueses aquando da sua adesão).

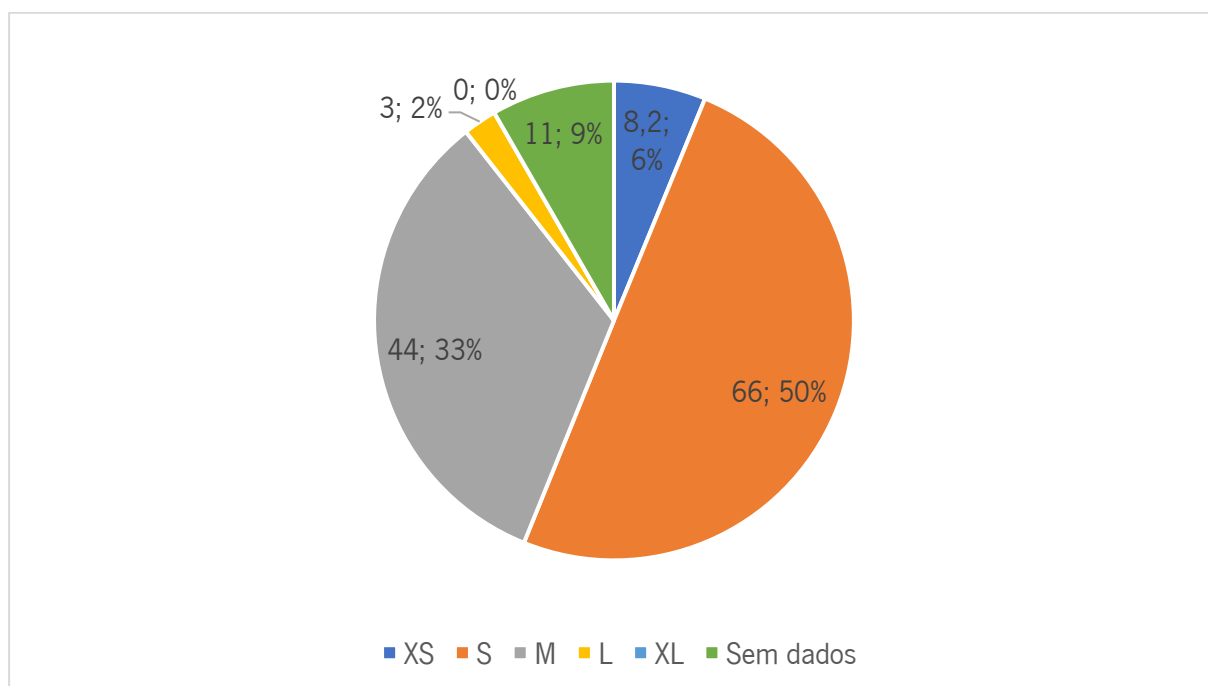


Gráfico 5 - Dimensão dos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas

Comparando o Gráfico 5, referente à dimensão dos 165 municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas, com o Gráfico 6, que se refere à dimensão dos municípios que participaram no inquérito, é possível verificar que, embora a distribuição dos municípios por categoria não seja perfeitamente proporcional, os gráficos têm muitas características em comum. Em ambos os casos, a categoria com mais municípios é a de dimensão S. Além disso, a percentagem de municípios de

dimensão L é 2% quer no grupo total, quer no grupo de resposta ao inquérito. A maior discrepância entre a população e a amostra é, sem dúvida, referente aos municípios mais pequenos, de tamanho XS, uma vez que no grupo de resposta se nota uma percentagem mais significativa de municípios com esta dimensão do que no grupo total de municípios signatários.

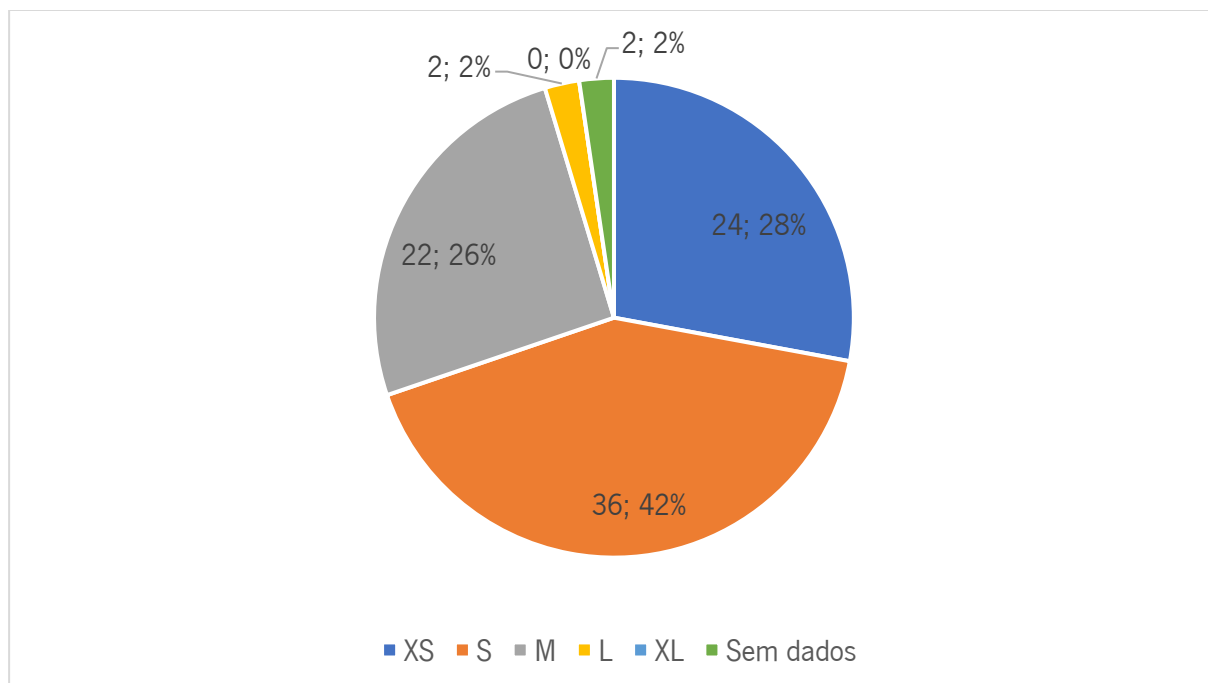


Gráfico 6 - Dimensão dos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas respondentes ao inquérito

Quanto ao estado da candidatura dos municípios respondentes (Gráfico 7), podemos verificar que o grupo de resposta apresenta características muito semelhantes ao grupo total (Gráfico 2). Em ambos os casos, perto de metade dos municípios já foi monitorizado (52% no grupo de resposta e 47% no grupo total), perto de um quarto dos municípios enviou apenas o Plano de Ação (23% no grupo de resposta e 26% no grupo total), e dos que não enviaram qualquer documento, apenas uma pequena parte está suspensa (6% de municípios suspensos e mais 19% de municípios sem documentos no grupo de resposta, e 9% de municípios suspensos e mais 18% de municípios sem documentos no grupo total). É de notar que, no caso dos municípios do grupo total, dos 30 municípios sem documentos, 11 estão ainda dentro do prazo de envio (37% dos municípios sem documentos), enquanto que no grupo respondente, dos 16 municípios sem documentos, 6 estão ainda dentro do prazo de envio (38% dos municípios sem documentos). No que toca ao envio de Relatórios de Monitorização, apenas 10 municípios

afirmam terem enviado mais do que um relatório, apesar de os municípios se terem comprometido a enviar um documento atualizado de dois em dois anos.

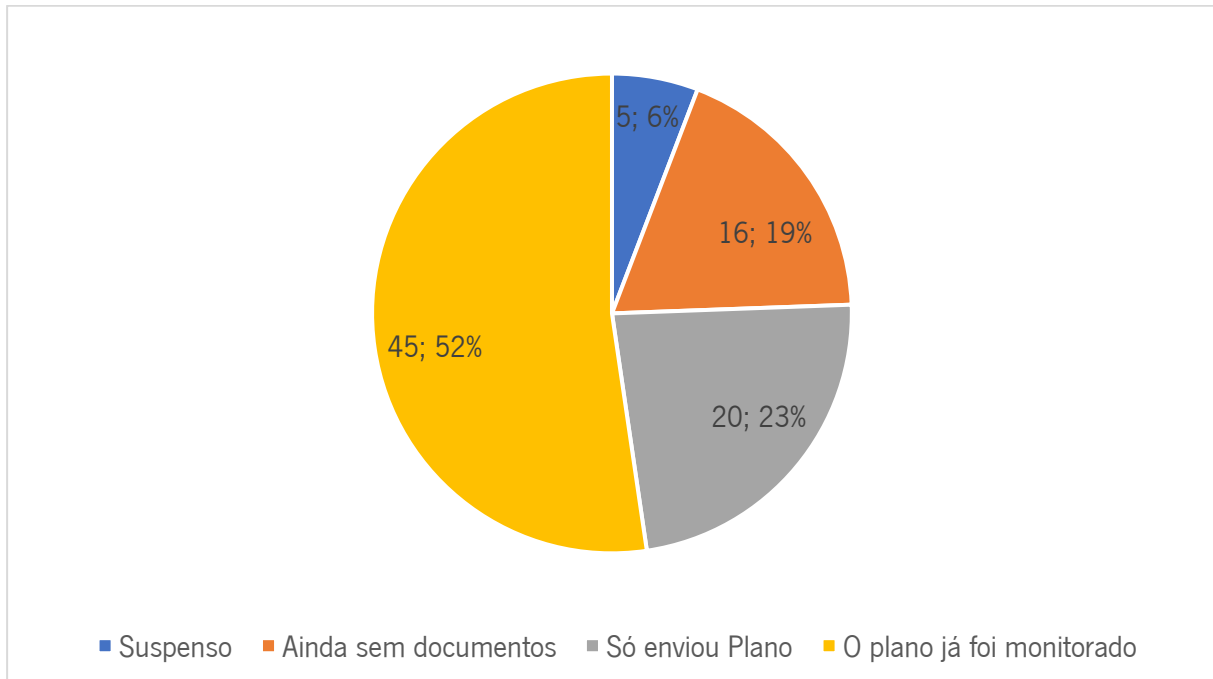


Gráfico 7 - Estado da candidatura dos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas respondentes

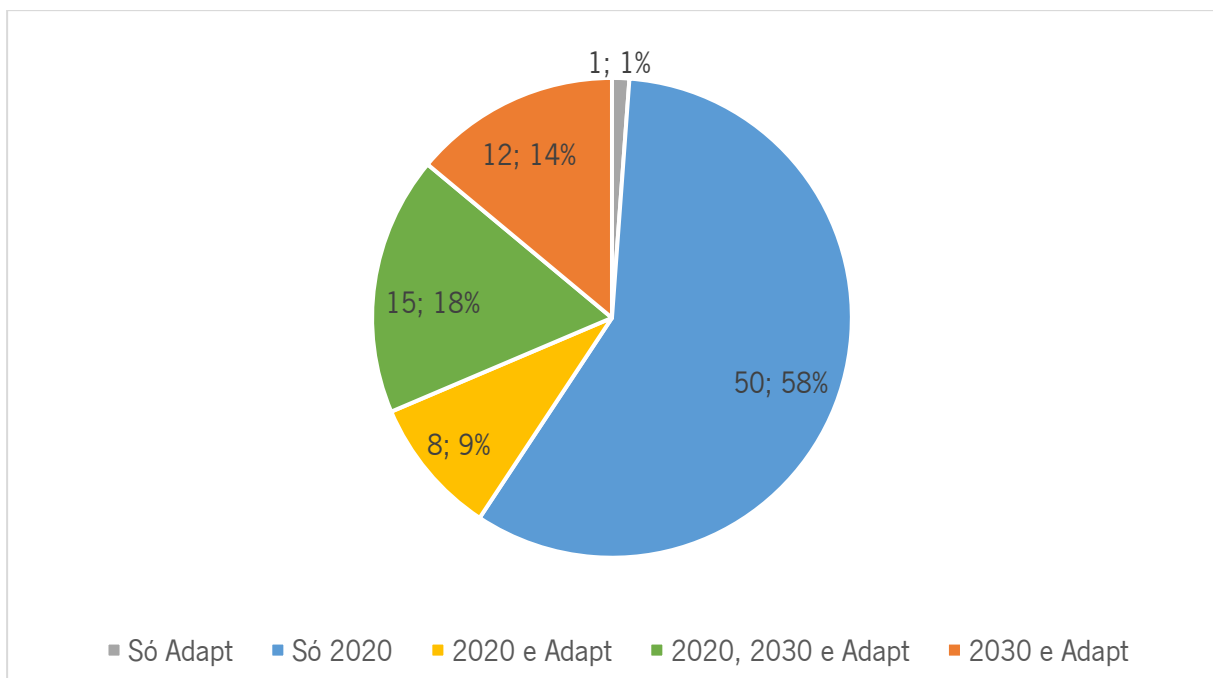


Gráfico 8 - Compromissos assumidos pelos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas respondentes

Quanto ao estado do compromisso assumido pelos municípios respondentes (Gráfico 8), podemos verificar que o grupo de resposta volta a apresentar características semelhantes ao grupo total (Gráfico 3). Em ambos os casos se verifica que bem mais de metade dos municípios apresenta compromissos desatualizados, nomeadamente 73% do grupo total e 68% dos municípios do grupo de resposta. Assim, apenas 32% do grupo de resposta tem objetivos definidos para 2030, em comparação com 27% dos municípios do grupo total.

Desta forma, pode-se verificar que a amostra de municípios signatários que respondeu ao inquérito – e cujas respostas foram utilizadas para verificar a H2 e a H3 – apresenta uma distribuição de ano de adesão, dimensão (medida pelo número de habitantes), estado de candidatura e compromissos assumidos muito aproximada à da população total, os 165 municípios que foram analisados para dar resposta à H1. Graças a esta proporcionalidade aproximada e ao número de respostas obtidas, que correspondem a mais de metade da população, é possível garantir a representatividade da amostra.

Incongruências

Após a análise cuidadosa das respostas ao inquérito e o cruzamento com os dados oficiais disponíveis no website, foi possível verificar algumas incongruências nos resultados, nomeadamente, alguns municípios que declararam ter assumido um compromisso diferente do que constava no website, ou indicaram que o estado da sua adesão era distinto do que constava nos dados recolhidos.

Em alguns casos, essa dissemelhança poderá dever-se a um atraso, por parte do secretariado do Pacto, a atualizar a informação no website. Isso explicaria a quantidade de municípios sem entrega de documentos que, não obstante, não se encontram suspensos – podem porventura já ter entregado os documentos, mas estarem a aguardar a atualização do website. No entanto, a plataforma parece ser atualizada com frequência, pelo que é pouco provável que este seja o caso.

Além disso, em alguns casos, é claro que o erro parte dos municípios, já que há municípios que responderam que não enviaram qualquer Plano de Ação, quando é possível fazer o download do seu plano no website oficial do Pacto de Autarcas. Assim, é mais provável que estas incongruências se devam a uma falha por parte dos municípios, do que por parte da iniciativa. Tal desconhecimento, ou falta de interesse e atenção, pode dever-se ao facto de o compromisso ter sido assumido por um ex-autarca, e não pelo atual, o que pode causar alguma resistência no cumprimento dos objetivos definidos. Pode

ainda ser consequência de o inquérito não ter sido respondido pela pessoa mais adequada, ainda que grande parte das respostas tenham sido preenchidos por técnicos municipais.

Em relação ao compromisso assumido pelos signatários, 27 municípios responderam que tinham um compromisso diferente do indicado na sua página no website da iniciativa. Desses 27 municípios, 6 ainda não atualizaram os seus compromissos e ainda não se alinharam com a meta de 2030, mas afirmam o contrário; 11 municípios afirmam estarem ainda alinhados com a meta para 2020, quando no website aparecem como comprometidos com a meta para 2030; e, nos restantes casos, os municípios apresentaram dúvidas quanto à adesão ou não ao programa de adaptação.

Em relação à suspensão, 6 municípios afirmaram estar suspensos, quando no website não consta essa informação, e 1 dos municípios suspensos afirma não estar suspenso. Já em relação ao envio do Plano de Ação, 15 dos municípios que afirmaram não ter enviado nenhum Plano de Ação, têm na sua página do website a data da submissão do seu plano, e até, na maior parte dos casos, o próprio documento disponível para download.

Quanto ao envio de relatórios de monitorização, 14 municípios deram uma resposta que entra em conflito com os dados do website – 13 afirmam que não enviaram relatórios, apesar de a sua atividade se encontrar monitorizada; e 1 afirma que enviou relatório, mas a sua atividade encontra-se como não monitorizada;

Dificuldades e Perspetivas de Futuro

O inquérito distribuído pelos municípios tinha como principal objetivo ajudar a responder à pergunta de investigação, pelo que continha perguntas que foram elaboradas de forma a possibilitarem averiguar quais os maiores obstáculos enfrentados pelos municípios e qual a sua perspetiva em relação ao seu futuro na iniciativa.

Nesse sentido, todos os municípios respondentes apontaram os fatores que dificultaram o processo de elaboração ou implementação do Plano de Ação (Gráfico 9). As categorias selecionadas foram a falta de financiamento, a falta de recursos humanos, a dificuldade na recolha de dados, a falta de orientação e o cumprimento dos prazos. De entre estes potenciais obstáculos, dois tiveram destaque, tendo sido apontados por cerca de 62% dos municípios inquiridos – a falta de recursos humanos e a dificuldade na recolha de dados (essencial para a elaboração do Inventário de Emissões, que deve servir de ponto de partida para a elaboração do Plano de Ação). Além disso, 26 municípios indicaram que a falta de financiamento era um problema, enquanto que os outros dois fatores, a falta de orientação e o

cumprimento dos prazos, foram pouco considerados, tendo sido indicados por 79% e 85% dos municípios, respetivamente, como fatores que não levantavam dificuldades.

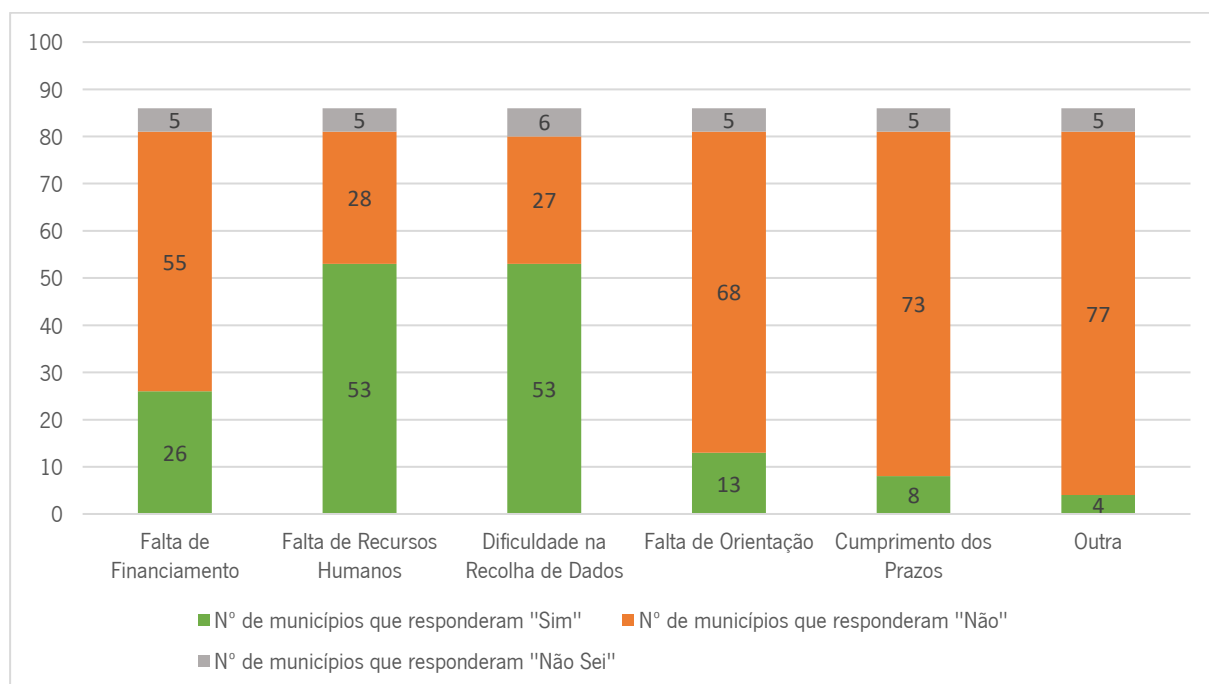


Gráfico 9 - Dificuldades identificadas pelos municípios signatários do Pacto de Autarcas respondentes ao inquérito

Foram realizadas perguntas adicionais sobre algumas destas potenciais dificuldades, de forma a ser possível fazer uma melhor leitura da situação.

Quando questionados acerca do prazo definido para entrega do Plano de Ação, que é de 2 anos, 57 municípios (66%) afirmaram considerar o prazo suficiente. Todavia, desse conjunto de signatários, 8 municípios não cumpriram o prazo de entrega dos seus próprios documentos. Pelo contrário, 29 municípios (34%) responderam que consideravam o prazo insuficiente, apesar de mais de metade destes municípios (17 municípios) ter cumprido as datas previstas para entrega dos seus documentos.

Os municípios foram também questionados acerca das oportunidades de financiamento e de apoio técnico. Um total de 44 municípios (51%) refere não ter encontrado nenhuma oportunidade de financiamento, apesar de esta ser indicada como um obstáculo à participação ativa no Pacto de Autarcas por apenas 26 municípios. Os restantes 49% dos signatários responderam encontraram possibilidades para financiarem a sua participação, tendo utilizado esses fundos na elaboração e/ou na implementação do Plano de Ação, ou, no caso de 9 municípios, não utilizando estes fundos, apesar de disponíveis.

Quanto ao apoio técnico, 60 municípios (70%) afirmam ter o apoio técnico de alguma entidade, sendo essa entidade uma Agência de Energia no caso de 44 municípios. Estes dados vão ao encontro das dificuldades apontadas pelos municípios, já que quase não selecionaram a falta de orientação como um dos verdadeiros obstáculos. Também a grande percentagem de municípios que encontrou oportunidades de financiamento se poderá dever ao apoio destas outras entidades na procura de fundos.

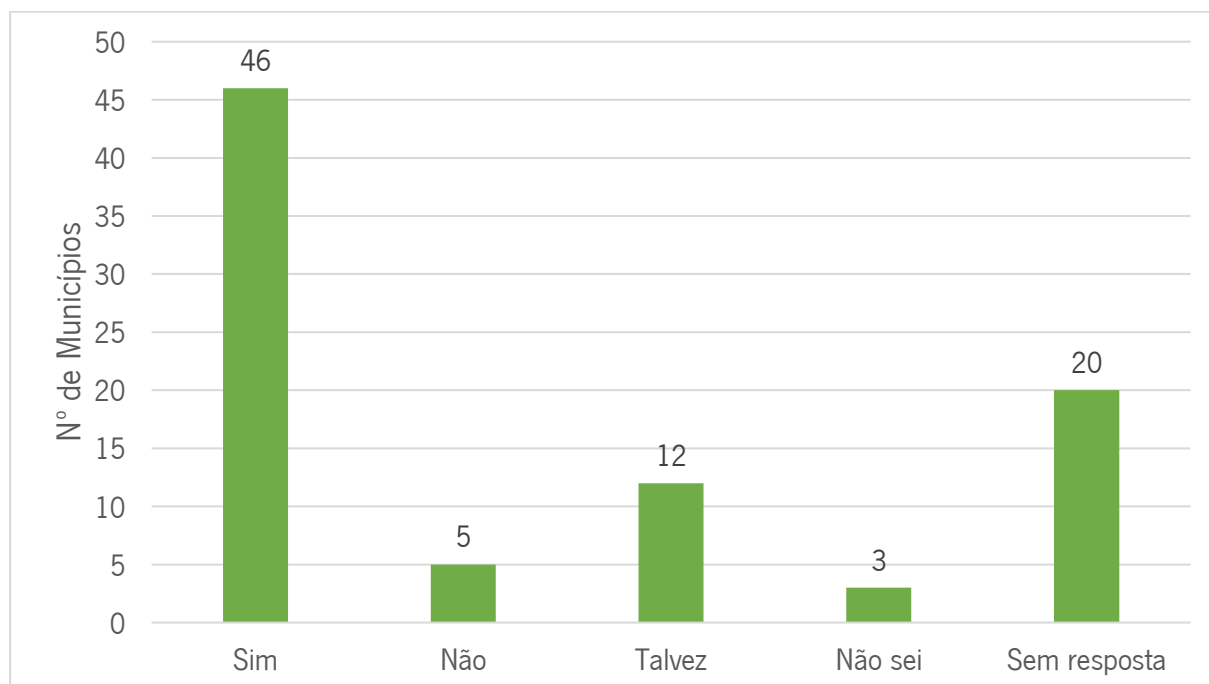


Gráfico 10 - Respostas dos Municípios Signatários respondentes quando questionados acerca da adoção de uma meta para 2030 mais ambiciosa (de 55% de redução de emissões)

Por fim, os municípios tiveram de responder a uma pergunta relacionada com o futuro da sua participação no projeto – “Tendo em conta os recentes desenvolvimentos relativos às metas europeias na área do Clima, que apontam agora para uma redução de emissões mais ambiciosa, de 55% até 2030, em contraste com os 40% propostos inicialmente, considera que o seu município é capaz de se alinhar com os novos objetivos e apontar para uma maior redução de emissões?”.

Entre os 86 respondentes do inquérito, um total de 46 municípios, ou seja, mais de metade dos signatários em causa (53%), afirmou estar disposto a assumir um compromisso mais ambicioso, alinhado com os novos objetivos da União Europeia, e apenas 5 municípios declararam que não estavam dispostos a realizar tal esforço (Gráfico 10).

Capítulo VII – Discussão dos Resultados

Discussão dos Resultados

Neste capítulo pretende-se destacar alguns aspetos e conclusões que advêm da análise dos dados apresentados no capítulo anterior, que teve em consideração dados secundários, provenientes do website oficial da iniciativa, e dados primários, recolhidos por meio de um inquérito destinado aos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas.

Dos 165 municípios analisados através de dados secundários, um total de 86 municípios participou no inquérito realizado, o que corresponde a uma amostra correspondente a mais de metade da população (52%). Além disso, a amostra recolhida apresentava uma distribuição de municípios por ano de adesão, dimensão (que se refere ao número de habitantes), estado de candidatura e compromissos assumidos semelhante ao grupo total. Tal é importante para garantir que a amostra é representativa, e que não está comprometida por ser composta por um grupo desequilibrado de signatários. A totalidade da população foi considerada, já que todos os municípios foram contactados via email.

O inquérito compreendia questões básicas que foram depois cruzadas com a informação disponibilizada no website. Surgiram algumas incongruências, apesar de a maior parte dos inquéritos ter sido respondida por técnicos municipais. Essas incongruências podem dever-se a alguma falha no preenchimento do inquérito ou à falta de familiarização do projeto, no caso de municípios que sofreram alterações após as eleições autárquicas.

Além disso, várias perguntas eram destinadas a recolher informação nova, nomeadamente em relação às dificuldades encontradas pelos municípios signatários e à perspetiva de futuro dos signatários, no que toca a adoção de uma meta mais ambiciosa, de 55% de redução de emissões até 2030. Contar com o empenho dos governos locais é essencial para garantir que as novas metas estabelecidas pela União Europeia são alcançáveis. Nesse sentido, é importante procurar perceber se os municípios estão dispostos a adotar uma meta mais ambiciosa, alinhando-se com os objetivos da UE, e quais os obstáculos encontrados por mais municípios no âmbito da sua participação nesta iniciativa.

Estando este relatório a ser concluído já em 2023, é possível comparar os dados atualizados no website e perceber qual a evolução da participação dos municípios portugueses no Pacto de Autarcas. Tendo a meta para 2020 expirado há mais de dois anos, todos os municípios deveriam já ter adotado uma meta para 2030 e apresentado um Plano de Ação com a estratégia do município. Além disso,

também os municípios que estavam comprometidos com a antiga meta para 2030, de 40% de redução de emissões, deveriam ter já atualizado o seu Plano de Ação de forma a considerar a meta dos 55%.

Desde a realização da análise, 15 novos municípios portugueses aderiram à iniciativa: Gondomar, Marco de Canaveses, Covilhã, Fundão, Loulé, Mirando do Douro, Monforte, Montemor-o-Novo, Almeida, Arganil, Celorico da Beira, Idanha-a-Nova, Mêda, Sabugal e Trancoso. As novas adesões provam que a iniciativa é ainda atrativa para os governos locais portugueses, mesmo com metas mais ambiciosas.

Observando os dados atualizados do website, consultados em janeiro de 2023, é possível verificar que 115 municípios portugueses continuam com metas desatualizadas (para 2020 ou apenas para o programa de adaptação), que já não são minimamente funcionais. Num total de 180 municípios signatários, considerando as novas adesões, 64% dos municípios não tem sequer uma estratégia para 2030, ainda que desatualizada, apesar de mais de metade dos municípios inquiridos ter-se mostrado disponível para abraçar as novas metas estabelecidas pela União Europeia. É também possível que os municípios estejam realmente empenhados, mas que tenham pedido um alargamento do prazo para envio do novo Plano de Ação, já que se trata de um documento complexo e trabalhoso.

Quanto à nova meta da União Europeia, e agora também do Pacto de Autarcas, são já 18 os municípios aderentes, incluindo alguns que aderiram à iniciativa antes de 2020 - Belmonte (2010), Câmara de Lobos (2012), Leiria (2015), Porto (2008), Sousel (2012), Torre de Moncorvo (2013), Torres Vedras (2010) e Valongo (2019).

Considerações Finais

O presente relatório de estágio pretendeu, através da investigação científica levada a cabo, revelar o atual contexto português no que toca à participação dos municípios portugueses signatários da iniciativa Pacto de Autarcas.

No contexto da Academia, esta iniciativa já tinha sido explorada especialmente em estudos de caso ou analisada por outros prismas, focando a implementação dos planos de ação, estratégias criadas pelos municípios para porem em prática medidas que os aproximassem das metas com que se comprometeram ao aderir ao Pacto. No contexto português poucos estudos existiam e nenhum que adotasse uma perspetiva holística, analisando o conjunto total dos municípios signatários e revelando o panorama no que toca à participação e empenho dos municípios portugueses signatários desta iniciativa.

A investigação teve por base dados de 165 municípios (a totalidade dos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas à data da recolha de dados), recolhidos através do website oficial da iniciativa, e dados de 86 municípios (52% do grupo total), recolhidos através de um inquérito.

Pretende-se, com esta secção, avaliar se as hipóteses podem ou não ser rejeitadas, assim como perceber se foi possível dar resposta à pergunta de investigação.

Tendo em conta os dados analisados, podemos constatar que, no final de 2020, apenas 27% dos municípios tinham adotado uma meta para 2030, o que sustenta a H1. Realmente, grande parte dos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas não tinha, à data da análise, compromissos atualizados.

Quanto às dificuldades indicadas mais frequentemente pelos municípios, tratam-se da dificuldade na obtenção dos dados necessários e da falta de recursos humanos, o que contraria parte da H2, que apontava para a falta de recursos humanos (como se verificou) e de financiamento como os maiores obstáculos dos signatários.

Por fim, quanto à futura participação dos municípios da iniciativa e à adoção de uma meta mais ambiciosa, os dados do inquérito contrariam a H3, já que mais de metade dos respondentes (53%) admitiu estar disposto a atualizar os seus compromissos. No entanto, e tendo em conta a evolução da participação dos municípios e os dados disponíveis no website oficial da iniciativa em 2023, que apontam para um total de 115 municípios (64%) não comprometidos com nenhuma meta para além de 2020, a realidade parece sustentar H3.

Verificadas as hipóteses, é possível responder à pergunta de investigação que motivou o desenvolvimento deste relatório: **“Qual o ponto de situação da participação dos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas – compromissos assumidos, dificuldades encontradas e perspetivas de futuro?”**

No que toca aos compromissos assumidos, foram utilizados dados secundários da totalidade dos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas, disponíveis no website oficial da iniciativa. Através da recolha e análise destes dados, foi possível apurar que 121 municípios (73%) tinham, à data da análise, apenas metas para 2020, que estavam prestes a expirar, e que apenas 27% dos municípios demonstraram ter metas para 2030.

Quanto às dificuldades mais encontradas pelos municípios signatários, apesar de 26 municípios (30%) indicarem a falta de financiamento como sendo um obstáculo, tratam-se da falta de recursos humanos e da dificuldade na recolha dos dados necessários, cada uma apontada por 53 municípios (62%).

Em relação ao futuro, mais de metade dos municípios respondentes ao inquérito (53%), indicaram que estariam dispostos a adotar uma meta mais ambiciosa para 2030, de 55% de redução de emissões, alinhando-se assim com os objetivos da União Europeia. É certo que tal disponibilidade ainda não deu frutos, já que dados de 2023 indicam que a maioria dos signatários continua com metas desatualizadas. Todavia, tendo em conta a complexidade de uma estratégia de ação e as dificuldades apontadas pelos municípios, pode ser uma questão de tempo até que novos Planos de Ação com compromissos atualizados apareçam no website oficial da iniciativa.

Espera-se que esta investigação possa ser útil a outros investigadores que desejem aprofundar o estudo deste assunto, e que os dados reunidos neste relatório sobre a participação de Portugal na iniciativa sirvam como ponto de partida para outros exercícios de investigação focados nos municípios portugueses, ou que pretendam comparar o caso português com o de outros países. A análise holística realizada aos signatários portugueses do Pacto de Autarcas poderá servir ainda de inspiração a investigações que pretendam fazer o mesmo noutros países.

Além disso, e tendo em conta que esta investigação se enquadra no âmbito de um relatório de estágio, estágio esse que teve lugar na Quercus, uma organização portuguesa sem fins lucrativos de âmbito nacional portuguesa que tem como objetivo a conservação da natureza e a busca por um mundo mais sustentável, espera-se que esta análise possa ser útil a esta e a outras organizações que encarnem o papel de organizações sentinelas e que pretendam estar atentas às ações, ou falta de ações, dos municípios que lhes são próximos.

Espera-se ainda que este estudo suscite curiosidade e forneça conhecimento, não só acerca da iniciativa em si como acerca do desempenho dos municípios portugueses, e que essa informação seja útil para académicos, organizações e cidadãos interessados no tema.

A ação a nível local tem uma grande importância, como já foi discutido anteriormente, e para resolver o problema global é preciso envolver o nível local e tornar os governos locais agentes de mudança. Daí a importância de iniciativas como o Pacto de Autarcas, que incentivam os municípios a impulsionarem ativamente a União Europeia para a conquista das suas metas.

Bibliografia

- Adami, L., Castagna, G., Magaril, E., Giurea, R., Ferronato, N., Ruggieri, G., Torretta, V., & Rada, E. C. (2019). Criticalities and potentialities of local renewable sources of energy. *WIT Transactions on Ecology and the Environment*, 222(10), 103–115. <https://doi.org/10.2495/EQ180101>
- Adami, L., Tubino, M., Ragazzi, M., Conti, F., & Rada, E. C. (2020). Local actions for reducing global greenhouse gas footprint: 10 years of covenant of mayors initiative. *International Journal of Sustainable Development and Planning*, 15(2), 247–252. <https://doi.org/10.18280/ijstdp.150216>
- Aguiar, F. C., Bentz, J., Silva, J. M. N., Fonseca, A. L., Swart, R., Santos, F. D., & Penha-Lopes, G. (2018). Adaptation to climate change at local level in Europe: An overview. *Environmental Science and Policy*, 86(4), 38–63. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2018.04.010>
- Babbie, E. (2017). *The practice of social research* (14th ed.). Cengage Learning.
- Balouktsi, M. (2019). Crafting local climate action plans: An action prioritisation framework using multi-criteria decision analysis. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*, 323(74). <https://doi.org/10.1088/1755-1315/323/1/012075>
- Berghi, S. (2017). Energy use in Urban Transport sector within the Sustainable Energy Action Plans (SEAPs) of three Italian Big Cities. *Energy Procedia*, 126(53), 414–420. <https://doi.org/10.1016/j.egypro.2017.08.193>
- Bernstein, S., & Hoffmann, M. (2018). The politics of decarbonization and the catalytic impact of subnational climate experiments. *Policy Sciences*, 51(2), 189–211. <https://doi.org/10.1007/s11077-018-9314-8>
- Betsill, M. M., & Bulkeley, H. (2006). Cities and the multilevel governance of global climate change. *Global Governance*, 12(2), 141–159. <https://doi.org/10.1163/19426720-01202004>
- Böhmelt, T., & Betzold, C. (2013). The impact of environmental interest groups in international negotiations: Do ENGOs induce stronger environmental commitments? *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics*, 13(2), 127–151. <https://doi.org/10.1007/s10784-012-9180-3>
- Bryman, A. (2012). *Social research methods* (4th ed.). Oxford University Press.
- Cellura, M., Cusenza, M. A., & Longo, S. (2018). Energy-related GHG emissions balances: IPCC versus LCA. *Science of the Total Environment*, 628–629(131), 1328–1339. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2018.02.145>
- Christoforidis, G. C., Chatzisavvas, K. C., Lazarou, S., & Parisses, C. (2013). Covenant of Mayors initiative—Public perception issues and barriers in Greece. *Energy Policy*, 60(67), 643–655. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2013.05.079>
- Cipriano, X., Gamboa, G., Danov, S., Mor, G., & Cipriano, J. (2017). Developing indicators to improve energy action plans in municipalities: An accounting framework based on the fund-flow model. *Sustainable Cities and Society*, 32(23), 263–276. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2017.03.004>

- Coelho, S., Russo, M., Oliveira, R., Monteiro, A., Lopes, M., & Borrego, C. (2018). Sustainable energy action plans at city level: A Portuguese experience and perception. *Journal of Cleaner Production*, *176*(108), 1223–1230. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.11.247>
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2018). *Research design - Qualitative, quantitative and mixed methods approaches* (5th ed.). Sage Publications.
- Croci, E., Lucchitta, B., Janssens-Maenhout, G., Martelli, S., & Molteni, T. (2017). Urban CO2 mitigation strategies under the Covenant of Mayors: An assessment of 124 European cities. *Journal of Cleaner Production*, *169*(17), 161–177. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.05.165>
- Dall'O', G. (2020). Green Energy Planning of Cities and Communities: New Paradigms and Strategies for a Sustainable Approach. In G. Dall'O' (Ed.), *Green Planning for Cities and Communities - Novel Incisive Approaches to Sustainability* (pp. 139–171). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-41072-8_17
- Dall'O', G., Norese, M., Galante, A., & Novello, C. (2013). A Multi-Criteria Methodology to Support Public Administration Decision Making Concerning Sustainable Energy Action Plans. *Energies*, *6*(8), 4308–4330. <https://doi.org/10.3390/en6084308>
- Delponte, I., Pittaluga, I., & Schenone, C. (2017). Monitoring and evaluation of Sustainable Energy Action Plan: Practice and perspective. *Energy Policy*, *100*(2), 9–17. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2016.10.003>
- Dolšak, N., & Prakash, A. (2017). Join the Club: How the Domestic NGO Sector Induces Participation in the Covenant of Mayors Program. *International Interactions*, *43*(1), 26–47. <https://doi.org/10.1080/03050629.2017.1226668>
- Domorenok, E. (2019). Voluntary instruments for ambitious objectives? The experience of the EU Covenant of Mayors. *Environmental Politics*, *28*(2), 293–314. <https://doi.org/10.1080/09644016.2019.1549777>
- Domorenok, E., Acconcia, G., Bendlin, L., & Campillo, X. R. (2020). Experiments in eu climate governance: the unfulfilled potential of the covenant of mayors. *Global Environmental Politics*, *20*(4), 122–142. https://doi.org/10.1162/glep_a_00563
- European Commission. (2021). *European Green Deal*. https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en
- European Commission. (n.d.). Covenant of Mayors – Europe. <https://eu-mayors.ec.europa.eu/en/about>
- Famoso, F., Lanzafame, R., Monforte, P., & Scandura, P. F. (2015). Analysis of the Covenant of Mayors Initiative in Sicily. *Energy Procedia*, *81*(49), 482–492. <https://doi.org/10.1016/j.egypro.2015.12.122>
- Fowler, F. J. (2014). *Survey Research Methods* (5th ed.).

- Heikkinen, M., Karimo, A., Klein, J., Juhola, S., & Ylä-Anttila, T. (2020). Transnational municipal networks and climate change adaptation: A study of 377 cities. *Journal of Cleaner Production*, 257(28), 1–9. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.120474>
- Heyvaert, V. (2013). What's in a name? the covenant of mayors as transnational environmental regulation. *Review of European, Comparative and International Environmental Law*, 22(1), 78–90. <https://doi.org/10.1111/reel.12009>
- Hooghe, L., & Marks, G. (2003). Unraveling the Central State, but How? Types of Multi-level Governance. *American Political Science Review*, 97(02), 233–243. <https://doi.org/10.1017/S0003055403000649>
- Hsu, A., Tan, J., Ng, Y. M., Toh, W., Vanda, R., & Goyal, N. (2020). Performance determinants show European cities are delivering on climate mitigation. *Nature Climate Change*, 10(11), 1015–1025. <https://doi.org/10.1038/s41558-020-0879-9>
- Hügel, S., & Davies, A. R. (2020). Public participation, engagement, and climate change adaptation: A review of the research literature. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 11(4), 1–20. <https://doi.org/10.1002/wcc.645>
- IPCC. (2014). Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. In R. K. Pachauri & L. A. Meyer (Eds.), *ipcc*. https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/SYR_AR5_FINAL_full.pdf
- Jänicke, M., & Quitzow, R. (2017). Multi-level Reinforcement in European Climate and Energy Governance: Mobilizing economic interests at the sub-national levels. *Environmental Policy and Governance*, 27(2), 122–136. <https://doi.org/10.1002/eet.1748>
- Jekabsone, A., Marín, J. P. D., Martins, S., Rosa, M., & Kamenders, A. (2021). Upgrade from SEAP to SECAP: Experience of 6 European Municipalities. *Environmental and Climate Technologies*, 25(1), 254–264. <https://doi.org/10.2478/rtuct-2021-0018>
- Jordan, A., van Asselt, H., Berkhout, F., Huitema, D., & Rayner, T. (2012). Understanding the Paradoxes of Multilevel Governing: Climate Change Policy in the European Union. *Global Environmental Politics*, 12(2), 43–66. https://doi.org/10.1162/GLEP_a_00108
- Kemfert, C. (2019). Green Deal for Europe: More Climate Protection and Fewer Fossil Fuel Wars. *Intereconomics*, 54(6), 353–358. <https://doi.org/10.1007/s10272-019-0853-9>
- Kern, K. (2019). Cities as leaders in EU multilevel climate governance: embedded upscaling of local experiments in Europe. *Environmental Politics*, 28(1), 125–145. <https://doi.org/10.1080/09644016.2019.1521979>
- Kern, K., & Bulkeley, H. (2009). Cities, Europeanization and multi-level governance: Governing climate change through transnational municipal networks. *Journal of Common Market Studies*, 47(2), 309–332. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5965.2009.00806.x>

- Kona, A., Bertoldi, P., & Kılıç, Ş. (2019). Covenant of Mayors: Local Energy Generation, Methodology, Policies and Good Practice Examples. *Energies*, *12*(6), 985. <https://doi.org/10.3390/en12060985>
- Kona, A., Bertoldi, P., Monforti-Ferrario, F., Rivas, S., & Dallemand, J. F. (2018). Covenant of mayors signatories leading the way towards 1.5 degree global warming pathway. *Sustainable Cities and Society*, *41*(51), 568–575. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2018.05.017>
- Kulozu Uzunboy, N. (2020). Effect of transnational climate networks on climate experiments: the Nilüfer Municipality, a case from Turkey. *Environment, Development and Sustainability*, *22*(4), 3005–3031. <https://doi.org/10.1007/s10668-019-00332-5>
- Lee, T. (2018). Local energy agencies and cities' participation in translocal climate governance. *Environmental Policy and Governance*, *28*(3), 131–140. <https://doi.org/10.1002/eet.1798>
- Marinakos, V., Papadopoulou, A. G., & Psarras, J. (2017). Local communities towards a sustainable energy future: needs and priorities. *International Journal of Sustainable Energy*, *36*(3), 296–312. <https://doi.org/10.1080/14786451.2015.1018264>
- Marks, G., Hooghe, L., & Blank, K. (2005). European integration from the 1980s: State-centric v. multi-level governance. *Perspectives on World Politics: Third Edition*, *34*(3), 341–378. https://doi.org/10.1007/978-1-349-14817-2_23
- Martire, S., Mirabella, N., & Sala, S. (2018). Widening the perspective in greenhouse gas emissions accounting: The way forward for supporting climate and energy policies at municipal level. *Journal of Cleaner Production*, *176*(74), 842–851. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.12.055>
- Matak, N., Krajačić, G., & Pilato, A. M. (2016). Integrating sustainable energy action plans for island municipalities: Case study of Korcula. *Thermal Science*, *20*(4), 1037–1048. <https://doi.org/10.2298/TSCI151127109M>
- Melica, G., Bertoldi, P., Kona, A., Iancu, A., Rivas, S., & Zancanella, P. (2018). Multilevel governance of sustainable energy policies: The role of regions and provinces to support the participation of small local authorities in the Covenant of Mayors. *Sustainable Cities and Society*, *39*(65), 729–739. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2018.01.013>
- Melica, G., Treville, A., Franco De Los Rios, C., Baldi, M., Monforti-Ferrario, F., Palermo, V., Ulpiani, G., Ortega Hortelano, A., Lo Vullo, E., Marinho Ferreira Barbosa, P., & Bertoldi, P. (2022). *Covenant of Mayors: 2021 assessment*. Publications Office of the European Union. <https://doi.org/10.2760/58412>
- Messori, G., Brocchieri, F., Morello, E., Ozgen, S., & Caserini, S. (2020). A climate mitigation action index at the local scale: Methodology and case study. *Journal of Environmental Management*, *260*(July 2019), 110024. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2019.110024>
- Monforti-Ferrario, F., Kona, A., Peduzzi, E., Pernigotti, D., & Pisoni, E. (2018). The impact on air quality of energy saving measures in the major cities signatories of the Covenant of Mayors initiative. *Environment International*, *118*(February 2018), 222–234. <https://doi.org/10.1016/j.envint.2018.06.001>

- Newell, P., & Taylor, O. (2020). Fiddling while the planet burns? COP25 in perspective. *Globalizations*, 17(4), 580–592. <https://doi.org/10.1080/14747731.2020.1726127>
- Nuss-Girona, S., Llausàs, A., Figueras, J., & Morera, S. (2016). The SEAP in the city of Girona, a crossroads between boldness and pragmatism. *Local Environment*, 21(4), 476–503. <https://doi.org/10.1080/13549839.2014.974150>
- Oddone, N., Rodríguez Vázquez, H., & Quiroga Barrera Oro, M. J. (2018). Paradiplomacia local y transfronteriza como un instrumento de gobernanza ambiental en el Mercosur y la Unión Europea: una descripción comparada. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 18(2), 332. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.2.29690>
- Pablo-Romero, M. D. P., Pozo-Barajas, R., & Sánchez-Braza, A. (2015). Understanding local CO2 emissions reduction targets. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 48, 347–355. <https://doi.org/10.1016/j.rser.2015.04.014>
- Pablo-Romero, M. del P., Pozo-Barajas, R., & Sánchez-Braza, A. (2016). Analyzing the effects of Energy Action Plans on electricity consumption in Covenant of Mayors signatory municipalities in Andalusia. *Energy Policy*, 99, 12–26. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2016.09.049>
- Pablo-Romero, M. del P., Pozo-Barajas, R., & Sánchez-Braza, A. (2018). Analyzing the effects of the benchmark local initiatives of Covenant of Mayors signatories. *Journal of Cleaner Production*, 176, 159–174. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.12.124>
- Pablo-Romero, M. del P., Sánchez-Braza, A., & Manuel González-Limón, J. (2015). Covenant of Mayors: Reasons for Being an Environmentally and Energy Friendly Municipality. *Review of Policy Research*, 32(5), 576–599. <https://doi.org/10.1111/ropr.12135>
- Palermo, V., Bertoldi, P., Apostoulu, M., Kona, A., & Rivas, S. (2020). Assessment of climate change mitigation policies in 315 cities in the Covenant of Mayors initiative. *Sustainable Cities and Society*, 60(May), 102258. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2020.102258>
- Pasimeni, M. R., Valente, D., Zurlini, G., & Petrosillo, I. (2019). The interplay between urban mitigation and adaptation strategies to face climate change in two European countries. *Environmental Science and Policy*, 95(October 2018), 20–27. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2019.02.002>
- Peduzzi, E., Baldi, M. G., Pisoni, E., Kona, A., Bertoldi, P., & Monforti-Ferrario, F. (2020). Impacts of a climate change initiative on air pollutant emissions: Insights from the Covenant of Mayors. *Environment International*, 145(September), 106029. <https://doi.org/10.1016/j.envint.2020.106029>
- Piattoni, S. (2009). Multi-level Governance: a Historical and Conceptual Analysis. *Journal of European Integration*, 31(2), 163–180. <https://doi.org/10.1080/07036330802642755>
- Pietrapertosa, F., Khokhlov, V., Salvia, M., & Cosmi, C. (2018). Climate change adaptation policies and plans: A survey in 11 South East European countries. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 81(July 2017), 3041–3050. <https://doi.org/10.1016/j.rser.2017.06.116>

- Pietrapertosa, F., Salvia, M., De Gregorio Hurtado, S., D'Alonzo, V., Church, J. M., Geneletti, D., Musco, F., & Reckien, D. (2019). Urban climate change mitigation and adaptation planning: Are Italian cities ready? *Cities*, *91*(October 2018), 93–105. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2018.11.009>
- Quercus. (n.d.). *Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza*. <https://quercus.pt/>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. Van. (2013). *Manual de investigação em ciências sociais* (6ª). Gradiva Publicações.
- Rivas, S., Hernandez, Y., Urraca, R., & Barbosa, P. (2021). A comparative analysis to depict underlying attributes that might determine successful implementation of local adaptation plans. *Environmental Science and Policy*, *117*(January), 25–33. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2020.12.002>
- Rivas, S., Urraca, R., Palermo, V., & Bertoldi, P. (2022). Covenant of Mayors 2020: Drivers and barriers for monitoring climate action plans. *Journal of Cleaner Production*, *332*(130029), 1–11. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.130029>
- Saad, S., Ghandour, M., Brouche, M., & Mourtada, A. (2020). Establishment of a sustainable energy action plan case study of a municipality in Lebanon. *2020 5th International Conference on Renewable Energies for Developing Countries, REDEC 2020*, *5*, 1–6. <https://doi.org/10.1109/REDEC49234.2020.9163852>
- Saad, S., Mourtada, A., Brouche, M., & Ghandour, M. (2019). A developed tool allowing the South-Mediterranean cities to establish their sustainable energy plans. *IOP Conference Series: Materials Science and Engineering*, *609*(7). <https://doi.org/10.1088/1757-899X/609/7/072074>
- Salvia, M., Reckien, D., Pietrapertosa, F., Eckersley, P., Spyridaki, N. A., Krook-Riekkola, A., Olazabal, M., De Gregorio Hurtado, S., Simoes, S. G., Geneletti, D., Vigié, V., Fokaides, P. A., Ioannou, B. I., Flamos, A., Csete, M. S., Buzasi, A., Orru, H., de Boer, C., Foley, A., ... Heidrich, O. (2021). Will climate mitigation ambitions lead to carbon neutrality? An analysis of the local-level plans of 327 cities in the EU. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, *135*(110253), 1–14. <https://doi.org/10.1016/j.rser.2020.110253>
- Santopietro, L., & Scorza, F. (2021). The Italian experience of the covenant of mayors: A territorial evaluation. *Sustainability (Switzerland)*, *13*(3), 1–23. <https://doi.org/10.3390/su13031289>
- Schenone, C., Delponte, I., & Pittaluga, I. (2015). The preparation of the Sustainable Energy Action Plan as a city-level tool for sustainability: The case of Genoa. *Journal of Renewable and Sustainable Energy*, *7*(3), 1–30. <https://doi.org/10.1063/1.4921723>
- Schleussner, C. F., Rogelj, J., Schaeffer, M., Lissner, T., Licker, R., Fischer, E. M., Knutti, R., Levermann, A., Frieler, K., & Hare, W. (2016). Science and policy characteristics of the Paris Agreement temperature goal. *Nature Climate Change*, *6*(9), 827–835. <https://doi.org/10.1038/nclimate3096>
- Scorza, F., Santopietro, L., Giuzio, B., Amato, F., Murgante, B., & Casas, G. Las. (2017). Conflicts Between Environmental Protection and Energy Regeneration of the Historic Heritage in the Case of the City of Matera: Tools for Assessing and Dimensioning of Sustainable Energy Action Plans

- (SEAP). In *Lecture Notes in Computer Science (including subseries Lecture Notes in Artificial Intelligence and Lecture Notes in Bioinformatics): Vol. VI* (Issue 10409, pp. 527–539).
https://doi.org/10.1007/978-3-319-62407-5_37
- Seo, S. N. (2017). Beyond the Paris Agreement: Climate change policy negotiations and future directions. *Regional Science Policy and Practice*, 9(2). <https://doi.org/10.1111/rsp3.12090>
- Sporchia, F., Marchi, M., Nocentini, E., Marchettini, N., & Pulselli, F. M. (2023). Sub-National Scale Initiatives for Climate Change Mitigation : Refining the Approach to Increase the Effectiveness of the Covenant of Mayors. *Sustainability*, 15(125), 1–14.
- Stephenson, P. (2013). Twenty years of multi-level governance: “Where Does It Come From? What Is It? Where Is It Going?” *Journal of European Public Policy*, 20(6), 817–837.
<https://doi.org/10.1080/13501763.2013.781818>
- Theodoridou, I., Mermigas, A., Christodoulou, A., Kanouras, S., & Kokkinidou, R. (2020). Towards climate change mitigation and adaptation in cities - The role of Greek Municipalities and Prefectures. Findings and outcomes from the EMPOWERING Project. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*, 410(1). <https://doi.org/10.1088/1755-1315/410/1/012008>
- Trippel, E. (2020). How green is green enough? The changing landscape of financing a sustainable European economy. In *ERA Forum* (Vol. 21, Issue 2, pp. 155–170).
<https://doi.org/10.1007/s12027-020-00611-z>
- UNFCCC. (2015). *Paris Agreement to the United Nations Framework Convention on Climate Change* (pp. 1–27). https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf
- Zambianchi, V., & Petrichenko, K. (2019). A methodological framework to assess the gaps from national energy efficiency policies to local actions within a multilevel governance system. *Eceee Summer Study Proceedings, 2019-June*(June), 591–598.

Anexos

1. Carta Destinada aos Municípios Portugueses Signatários do Pacto de Autarcas

Excelentíssimo senhor(a),

O meu nome é Frederica Ferreira e sou aluna da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. Encontro-me a realizar um estágio curricular com a Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, no âmbito da conclusão do meu mestrado em Ciência Política, que se foca nas políticas climáticas a nível europeu e local.

Nesse sentido, elaborei um inquérito que se dirige a todos os municípios portugueses signatários da iniciativa Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia, com o objetivo de analisar o panorama da participação portuguesa na iniciativa.

Agradecia a participação do seu município, com a resposta ao inquérito por alguém que esteja familiarizado com a iniciativa e com os desenvolvimentos do município no âmbito da mesma. A resposta às perguntas deverá demorar **cerca de 10 minutos**.

Solicito que a resposta seja enviada até dia **18 de dezembro**.

Link: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSevBLNAXodzTPR0pBvBSKMXu-HC0s1G8zckvtO8kVtNWjGS5w/viewform?usp=sf_link

Com os melhores cumprimentos,

Frederica Ferreira

2. Inquérito Dirigido aos Municípios Portugueses Signatários do Pacto de Autarcas

Questionário destinado aos municípios portugueses signatários do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia

Secção I

1. Indique, por favor, o seu cargo, categoria profissional ou posição no Município.
2. Nome do Município (ou outra entidade) Signatário do Pacto
3. Aderiu à iniciativa como município isolado ou como um grupo de municípios? Caso tenha aderido como um grupo, indique como é constituído.
4. Aderiu a que compromissos? (Pergunta condicional)
 - a- Só ao de 2020 (leva à secção 2)
 - b- Só ao Adapt (leva à secção 5)
 - c- Ao 2020 e Adapt (leva à secção 8)
 - d- Ao 2030 e Adapt (leva à secção 11)
 - e- Ao 2020, 2030 e Adapt (leva à secção 14)

Secção II

1. Já submeteu o Plano de Ação para as Energias Sustentáveis (Pergunta condicional)
 - a- Sim (leva à secção 3)
 - b- Não (leva à secção 4)

Secção III

1. Em que data submeteu o Plano de Ação para as Energias Sustentáveis?
 - a- 2008
 - b- 2009
 - c- 2010
 - d- 2011
 - e- 2012
 - f- 2013
 - g- 2014
 - h- 2015
 - i- 2016
 - j- 2017
 - k- 2018
 - l- 2019
 - m- 2020
2. Considera o prazo de dois anos suficiente para elaborar o Plano?
 - a- Sim
 - b- Não
3. O seu município está, ou já esteve suspenso por falta de cumprimento do prazo de entrega dos documentos de entrega inicial (Plano de Ação e/ou Inventário de Emissões)?
 - a- Nunca esteve
 - b- Já esteve, mas agora a situação encontra-se regularizada
 - c- Está neste momento suspenso
4. Encontrou alguma oportunidade de financiamento adequada ao seu município?
 - a- Não encontrei nenhuma.
 - b- Encontrei, mas não utilizei.
 - c- Encontrei e utilizei na elaboração do Plano.
 - d- Encontrei e utilizei na implementação de ações do Plano.
 - e- Encontrei e utilizei na elaboração e implementação de ações do Plano.
5. No caso de já ter conseguido financiamento, indique de que fonte e que ações foram financiadas. Caso não tenha recebido, indique "Não se aplica".
6. Teve apoio técnico de alguma entidade externa?
 - a- Não.
 - b- Sim, de uma agência de energia.
 - c- Outro, qual?
7. Considera útil a secção de Boas Práticas do website do Pacto de Autarcas?
 - a- Sim
 - b- Não
 - c- Não sei
8. Baseou-se em alguma Boa Prática para elaboração do Plano do seu município? Se sim, indique qual, se não, escreva "Não".
9. Como avalia o desempenho do Secretariado do Pacto de Autarcas?
 - a- Útil e responde às questões com rapidez.

- b- Útil, mas o tempo de espera para obter resposta é muito longo.
 - c- Pouco prestável.
 - d- Não sei, nunca contactei em busca de apoio.
 - e- Outra, qual?
10. Alguma das ações implementadas envolveu diretamente a população? Se sim, indique qual, se não, escreva "Não".
11. Qual o estado de implementação do seu plano?
- a- Nenhuma das ações planeadas foi ainda posta em prática.
 - b- Menos de 30% das ações planeadas foram postas em prática.
 - c- Entre 30% e 50% das ações planeadas foram postas em prática.
 - d- Entre 50% e 70% das ações planeadas foram postas em prática.
 - e- Mais de 70% das ações planeadas foram postas em prática.
 - f- Todas as ações planeadas foram postas em prática.
12. Em que ano enviou o seu Inventário de Referência de Emissões?
- a- 2008
 - b- 2009
 - c- 2010
 - d- 2011
 - e- 2012
 - f- 2013
 - g- 2014
 - h- 2015
 - i- 2016
 - j- 2017
 - k- 2018
 - l- 2019
 - m- 2020
 - n- Ainda não foi enviado.
13. Qual o ano de referência utilizado no Inventário? Indique o ano ou, caso não tenha sido enviado, escreva "Não se aplica".
14. Quais as maiores dificuldades que o seu município enfrentou na elaboração do Plano e do Inventário?
- a- Falta de financiamento
 - b- Falta de recursos humanos
 - c- Dificuldade na recolha de dados para o Inventário de Emissões
 - d- Falta de orientação e aconselhamento
 - e- Prazos apertados para a entrega dos documentos solicitados
 - f- Outra, qual?
15. Enviou algum relatório de monitorização? (Pergunta condicional)
- a- Sim (leva à secção 17)
 - b- Não (leva à secção 18)

Secção IV

1. Já passou o prazo de dois anos para envio do Plano de Ação?
- a- Ainda não
 - b- Sim, e o meu município está suspenso
 - c- Sim, mas o meu município pediu um alargamento do prazo
 - d- Sim, mas o meu município ainda não se encontra suspenso
2. Considera o prazo de dois anos suficiente para a elaboração do Plano de Ação e do Inventário de Emissões?
- a- Sim
 - b- Não
3. Encontrou alguma oportunidade de financiamento adequada ao seu município?
- a- Não encontrei nenhuma.
 - b- Encontrei, mas não vai ser utilizada.
 - c- Encontrei e está a ser utilizada na elaboração do Plano.
4. Está a ter apoio técnico de alguma entidade externa?
- a- Não.
 - b- Sim, de uma agência de energia.
 - c- Outro, qual?
5. Como avalia o desempenho do Secretariado do Pacto de Autarcas?
- a- Útil e responde às questões com rapidez.
 - b- Útil, mas o tempo de espera para obter resposta é muito longo.
 - c- Pouco prestável.
 - d- Não sei, nunca contactei em busca de apoio.
 - e- Outra, qual?
6. Quais as maiores dificuldades encontradas na elaboração do Plano de Ação e do Inventário de Referência de Emissões?
- a- Falta de financiamento
 - b- Falta de recursos humanos

- c- Dificuldade na recolha de dados para o Inventário de Emissões
 - d- Falta de orientação e aconselhamento
 - e- Prazos apertados para a entrega dos documentos solicitados
 - f- Outra, qual?
7. Considera útil a secção de Boas Práticas do website do Pacto de Autarcas?
- a- Sim
 - b- Não
 - c- Não sei
8. Vai basear-se em alguma das Boas Práticas partilhadas para elaboração do seu Plano? Se sim, indique qual/quais; se não, escreva "Não"; se não sabe, escreva "Não Sei".
9. Em que data pretende enviar o seu Plano?
- a- Ainda este ano.
 - b- Em 2021
 - c- Em 2022
 - d- Não há ainda uma previsão.
10. Tendo em conta os novos compromissos da iniciativa Pacto de Autarcas, pretende renovar o compromisso do seu município e alinhar-se com os objetivos para 2030 e com o projeto Adapt, já que o fim de 2020 se aproxima?
- a- Sim, o município vai renovar os compromissos.
 - b- Não, o meu município não vai renovar os compromissos.
 - c- Não tenho conhecimento dos novos compromissos.
 - d- Não sei se o meu município vai renovar os compromissos.

Secção V

1. Já entregou o Plano de Ação para as Energias Sustentáveis e o Clima? (Pergunta condicional)
- a- Sim (Leva à secção 6)
 - b- Não (Leva à secção 7)

Secção VI

1. Em que data submeteu o Plano de Ação para as Energias Sustentáveis e o Clima?
- a- 2014
 - b- 2015
 - c- 2016
 - d- 2017
 - e- 2018
 - f- 2019
 - g- 2020
2. Considera o prazo de dois anos suficiente para elaborar o Plano?
- a- Sim
 - b- Não
3. O seu município está, ou já esteve suspenso por falta de cumprimento do prazo de envio dos documentos de entrega inicial (Plano de Ação e /ou Inventário de Emissões)?
- a- Nunca esteve
 - b- Já esteve, mas agora a situação encontra-se regularizada
 - c- Está neste momento suspenso
4. Encontrou alguma oportunidade de financiamento adequada ao seu município?
- a- Não encontrei nenhuma.
 - b- Encontrei, mas não utilizei.
 - c- Encontrei e utilizei na elaboração do Plano.
 - d- Encontrei e utilizei na implementação de ações do Plano.
 - e- Encontrei e utilizei na elaboração e implementação de ações do Plano.
5. No caso de já ter conseguido financiamento, indique de que fonte e que ações foram financiadas. Caso não tenha recebido, indique "Não se aplica".
6. Teve ajuda de alguma entidade externa?
- a- Não.
 - b- Sim, de uma agência de energia.
 - c- Sim, de uma empresa privada.
 - d- Outro, qual?
7. Considera útil a secção de Boas Práticas do website do Pacto de Autarcas?
- a- Sim
 - b- Não
 - c- Não sei
8. Baseou-se em alguma Boa Prática para elaboração do Plano do seu município? Se sim, indique qual, se não, escreva "Não".
9. Como avalia o desempenho do Secretariado do Pacto de Autarcas?
- a- Útil e responde às questões com rapidez.

- b- Útil, mas o tempo de espera para obter resposta é muito longo.
 - c- Pouco prestável.
 - d- Não sei, nunca contactei em busca de apoio.
 - e- Outra, qual?
10. Alguma das ações implementadas envolveu diretamente a população? Se sim, indique qual, se não, escreva "Não".
11. Qual o estado de implementação do seu plano?
- a- Nenhuma das ações planeadas foi ainda posta em prática.
 - b- Menos de 30% das ações planeadas foram postas em prática.
 - c- Entre 30% e 50% das ações planeadas foram postas em prática.
 - d- Entre 50% e 70% das ações planeadas foram postas em prática.
 - e- Mais de 70% das ações planeadas foram postas em prática.
 - f- Todas as ações planeadas foram postas em prática.
12. Em que ano enviou o seu Inventário de Referência de Emissões?
- a- 2014
 - b- 2015
 - c- 2016
 - d- 2017
 - e- 2018
 - f- 2019
 - g- 2020
 - h- Ainda não foi enviado.
13. Qual o ano de referência utilizado no Inventário? Indique o ano ou, caso não tenha sido enviado, escreva "Não se aplica".
14. Quais as maiores dificuldades que o seu município enfrentou na elaboração do Plano e do Inventário?
- a- Falta de financiamento
 - b- Falta de recursos humanos
 - c- Dificuldade na recolha de dados para o Inventário de Emissões
 - d- Falta de orientação e aconselhamento
 - e- Prazos apertados para a entrega dos documentos solicitados
 - f- Outra, qual?
15. Já elaborou a Avaliação dos Riscos e da Vulnerabilidade às Alterações Climáticas?
- a- Sim
 - b- Não
16. Que áreas foram incluídas, ou serão incluídas, na Avaliação dos Riscos e da Vulnerabilidade às Alterações Climáticas?
- a- Cheias
 - b- Calor extremo
 - c- Frio extremo
 - d- Incêndios florestais
 - e- Precipitação extrema
 - f- Nevoeiro
 - g- Deslizamento de terras
 - h- Subida do nível da água do mar
 - i- Tornados
 - j- Tempestades
 - k- Nenhuma
 - l- Outra, qual?
17. Que medidas de adaptação às alterações climáticas foram incluídas do Plano de Ação?
18. Tendo em conta os novos compromissos da iniciativa Pacto de Autarcas, pretende renovar o compromisso do seu município e alinhar-se com os objetivos para 2030?
- a- Sim, o município vai renovar os compromissos.
 - b- Não, o meu município não vai renovar os compromissos.
 - c- Não tenho conhecimento dos novos compromissos.
 - d- Não sei se o meu município vai renovar os compromissos.
19. Enviou algum relatório de monitorização? (Pergunta condicional)
- a- Sim (leva à secção 17)
 - b- Não (leva à secção 18)

Secção VII

1. Já passou o prazo de dois anos para envio do Plano de Ação?
- a- Ainda não
 - b- Sim, e o meu município está suspenso
 - c- Sim, mas o meu município pediu um alargamento do prazo
 - d- Sim, mas o meu município ainda não se encontra suspenso

2. Considera o prazo de dois anos suficiente para a elaboração do Plano de Ação e do Inventário de Emissões?
 - a- Sim
 - b- Não
3. Encontrou alguma oportunidade de financiamento adequada ao seu município?
 - a- Não encontrei nenhuma.
 - b- Encontrei, mas não vai ser utilizada.
 - c- Encontrei e está a ser utilizada na elaboração do Plano.
4. Está a ter apoio técnico de alguma entidade externa?
 - a- Não.
 - b- Sim, de uma agência de energia.
 - d- Outro, qual?
5. Como avalia o desempenho do Secretariado do Pacto de Autarcas?
 - a- Útil e responde às questões com rapidez.
 - b- Útil, mas o tempo de espera para obter resposta é muito longo.
 - c- Pouco prestável.
 - d- Não sei, nunca contactei em busca de apoio.
 - e- Outra, qual?
6. Quais as maiores dificuldades encontradas na elaboração do Plano de Ação e do Inventário de Referência de Emissões?
 - a- Falta de financiamento
 - b- Falta de recursos humanos
 - c- Dificuldade na recolha de dados para o Inventário de Emissões
 - d- Falta de orientação e aconselhamento
 - e- Prazos apertados para a entrega dos documentos solicitados
 - f- Outra, qual?
7. Considera útil a secção de Boas Práticas do website do Pacto de Autarcas?
 - a- Sim
 - b- Não
 - c- Não sei
8. Vai basear-se em alguma das Boas Práticas partilhadas para elaboração do seu Plano? Se sim, indique qual/quais; se não, escreva "Não"; se não sabe, escreva "Não Sei".
9. Em que data pretende enviar o seu Plano?
 - a- Ainda este ano.
 - b- Em 2021
 - c- Em 2022
 - d- Não há ainda uma previsão.
10. Tendo em conta os novos compromissos da iniciativa Pacto de Autarcas, pretende renovar o compromisso do seu município e alinhar-se com os objetivos para 2030?
 - a- Sim, o município vai renovar os compromissos.
 - b- Não, o meu município não vai renovar os compromissos.
 - c- Não tenho conhecimento dos novos compromissos.
 - d- Não sei se o meu município vai renovar os compromissos.
11. Já elaborou a Avaliação dos Riscos e da Vulnerabilidade às Alterações Climáticas?
 - a- Sim
 - b- Não
12. Que áreas foram incluídas, ou serão incluídas, na Avaliação dos Riscos e da Vulnerabilidade às Alterações Climáticas?
 - a- Cheias
 - b- Calor extremo
 - c- Frio extremo
 - d- Incêndios florestais
 - e- Precipitação extrema
 - f- Nevoeiro
 - g- Deslizamento de terras
 - h- Subida do nível da água do mar
 - i- Tornados
 - j- Tempestades
 - k- Nenhuma
 - l- Outro, qual?
13. Que ações de adaptação às alterações climáticas serão incluídas no Plano de Ação?

Secção VIII

1. Já entregou o Plano de Ação para as Energias Sustentáveis? (Pergunta condicional)
 - a- Sim (Leva à secção 9)
 - b- Não (Leva à secção 10)

Secção IX

1. Em que data submeteu o Plano de Ação para as Energias Sustentáveis?
 - a- 2008
 - b- 2009
 - c- 2010
 - d- 2011
 - e- 2012
 - f- 2013
 - g- 2014
 - h- 2015
 - i- 2016
 - j- 2017
 - k- 2018
 - l- 2019
 - m- 2020
2. Considera o prazo de dois anos suficiente para elaborar o Plano?
 - a- Sim
 - b- Não
3. O seu município está, ou já esteve suspenso por falta de cumprimento do prazo de envio dos documentos de entrega inicial (Plano de Ação e/ou Inventário de Emissões)?
 - a- Nunca esteve
 - b- Já esteve, mas agora a situação encontra-se regularizada
 - c- Está neste momento suspenso
4. Encontrou alguma oportunidade de financiamento adequada ao seu município?
 - a- Não encontrei nenhuma.
 - b- Encontrei, mas não utilizei.
 - c- Encontrei e utilizei na elaboração do Plano.
 - d- Encontrei e utilizei na implementação de ações do Plano.
 - e- Encontrei e utilizei na elaboração e implementação de ações do Plano.
5. No caso de já ter conseguido financiamento, indique de que fonte e que ações foram financiadas. Caso não tenha recebido, indique "Não se aplica".
6. Teve apoio técnico de alguma entidade externa?
 - a- Não.
 - b- Sim, de uma agência de energia.
 - c- Outro, qual?
7. Considera útil a secção de Boas Práticas do website do Pacto de Autarcas?
 - a- Sim
 - b- Não
 - c- Não sei
8. Baseou-se em alguma para elaboração do Plano do seu município? Se sim, indique qual, se não, escreva "Não".
9. Como avalia o desempenho do Secretariado do Pacto de Autarcas?
 - a- Útil e responde às questões com rapidez.
 - b- Útil, mas o tempo de espera para obter resposta é muito longo.
 - c- Pouco prestável.
 - d- Não sei, nunca contactei em busca de apoio.
 - e- Outra, qual?
10. Alguma das ações implementadas envolveu diretamente a população? Se sim, indique qual, se não, escreva "Não".
11. Qual o estado de implementação do seu plano?
 - a- Nenhuma das ações planeadas foi ainda posta em prática.
 - b- Menos de 30% das ações planeadas foram postas em prática.
 - c- Entre 30% e 50% das ações planeadas foram postas em prática.
 - d- Entre 50% e 70% das ações planeadas foram postas em prática.
 - e- Mais de 70% das ações planeadas foram postas em prática.
 - f- Todas as ações planeadas foram postas em prática.
12. Em que ano enviou o seu Inventário de Referência de Emissões?
 - a- 2008
 - b- 2009
 - c- 2010
 - d- 2011
 - e- 2012
 - f- 2013
 - g- 2014
 - h- 2015
 - i- 2016
 - j- 2017

- k- 2018
 - l- 2019
 - m- 2020
 - n- Ainda não foi enviado.
13. Qual o ano de referência utilizado no Inventário? Indique o ano ou, caso não tenha sido enviado, escreva “Não se aplica”.
 14. Quais as maiores dificuldades que o seu município enfrentou na elaboração do Plano e do Inventário?
 - a- Falta de financiamento
 - b- Falta de recursos humanos
 - c- Dificuldade na recolha de dados para o Inventário de Emissões
 - d- Falta de orientação e aconselhamento
 - e- Prazos apertados para a entrega dos documentos solicitados
 - f- Outra, qual?
 15. Já elaborou a Avaliação dos Riscos e da Vulnerabilidade às Alterações Climáticas?
 - a- Sim
 - b- Não
 16. Que áreas foram incluídas, ou serão incluídas, na Avaliação dos Riscos e da Vulnerabilidade às Alterações Climáticas?
 - a- Cheias
 - b- Calor extremo
 - c- Frio extremo
 - d- Incêndios florestais
 - e- Precipitação extrema
 - f- Nevoeiro
 - g- Deslizamento de terras
 - h- Subida do nível da água do mar
 - i- Tornados
 - j- Tempestades
 - k- Nenhuma
 - l- Outro, qual?
 17. Que ações de adaptação às alterações climáticas incluiu no Plano de ação?
 18. Tendo em conta os novos compromissos da iniciativa Pacto de Autarcas, pretende renovar o compromisso do seu município e alinhar-se com os objetivos para 2030?
 - a- Sim, o município vai renovar os compromissos.
 - b- Não, o meu município não vai renovar os compromissos.
 - c- Não tenho conhecimento dos novos compromissos.
 - d- Não sei se o meu município vai renovar os compromissos.
 19. Enviou algum relatório de monitorização? (Pergunta condicional)
 - a- Sim (leva à secção 17)
 - b- Não (leva à secção 18)

Secção X

1. Já passou o prazo de dois anos para envio do Plano de Ação?
 - a- Ainda não
 - b- Sim, e o meu município está suspenso
 - c- Sim, mas o meu município pediu um alargamento do prazo
 - d- Sim, mas o meu município ainda não se encontra suspenso
2. Considera o prazo de dois anos suficiente para a elaboração do Plano de Ação e do Inventário de Emissões?
 - a- Sim
 - b- Não
3. Encontrou alguma oportunidade de financiamento adequada ao seu município?
 - a- Não encontrei nenhuma.
 - b- Encontrei, mas não vai ser utilizada.
 - c- Encontrei e está a ser utilizada na elaboração do Plano.
4. Está a ter apoio técnico de alguma entidade externa?
 - a- Não.
 - b- Sim, de uma agência de energia.
 - c- Outro, qual?
5. Como avalia o desempenho do Secretariado do Pacto de Autarcas?
 - a- Útil e responde às questões com rapidez.
 - b- Útil, mas o tempo de espera para obter resposta é muito longo.
 - c- Pouco prestável.
 - d- Não sei, nunca contactei em busca de apoio.
 - e- Outra, qual?
6. Quais as maiores dificuldades encontradas na elaboração do Plano de Ação e do Inventário de Referência de Emissões?

- a- Falta de financiamento
 - b- Falta de recursos humanos
 - c- Dificuldade na recolha de dados para o Inventário de Emissões
 - d- Falta de orientação e aconselhamento
 - e- Prazos apertados para a entrega dos documentos solicitados
 - f- Outra, qual?
7. Considera útil a secção de Boas Práticas do website do Pacto de Autarcas?
- a- Sim
 - b- Não
 - c- Não sei
8. Vai basear-se em alguma das Boas Práticas partilhadas para elaboração do seu Plano? Se sim, indique qual/quais; se não, escreva "Não"; se não sabe, escreva "Não Sei".
9. Em que data pretende enviar o seu Plano?
- a- Ainda este ano.
 - b- Em 2021
 - c- Em 2022
 - d- Não há ainda uma previsão.
10. Tendo em conta os novos compromissos da iniciativa Pacto de Autarcas, pretende renovar o compromisso do seu município e alinhar-se com os objetivos para 2030?
- a- Sim, o município vai renovar os compromissos.
 - b- Não, o meu município não vai renovar os compromissos.
 - c- Não tenho conhecimento dos novos compromissos.
 - d- Não sei se o meu município vai renovar os compromissos.
11. Já elaborou a Avaliação dos Riscos e da Vulnerabilidade às Alterações Climáticas?
- a- Sim
 - b- Não
12. Que áreas foram incluídas, ou serão incluídas, na Avaliação dos Riscos e da Vulnerabilidade às Alterações Climáticas?
- a- Cheias
 - b- Calor extremo
 - c- Frio extremo
 - d- Incêndios florestais
 - e- Precipitação extrema
 - f- Nevoeiro
 - g- Deslizamento de terras
 - h- Subida do nível da água do mar
 - i- Tornados
 - j- Tempestades
 - k- Nenhuma
 - l- Outro, qual?

Secção XI

1. Já entregou o Plano de Ação para as Energias Sustentáveis e o Clima? (Pergunta condicional)
- a- Sim (Leva à secção 12)
 - b- Não (Leva à secção 13)

Secção XII

1. Em que data submeteu o Plano de Ação para as Energias Sustentáveis?
- a- 2014
 - b- 2015
 - c- 2016
 - d- 2017
 - e- 2018
 - f- 2019
 - g- 2020
2. Considera o prazo de dois anos suficiente para elaborar o Plano?
- a- Sim
 - b- Não
3. O seu município está, ou já esteve suspenso por falta de cumprimento do prazo de envio dos documentos de entrega inicial (Plano de Ação e/ou Inventário de Emissões)?
- a- Nunca esteve
 - b- Já esteve, mas agora a situação encontra-se regularizada
 - c- Está neste momento suspenso
4. Encontrou alguma oportunidade de financiamento adequada ao seu município?
- a- Não encontrei nenhuma.

- b- Encontrei, mas não utilizei.
 - c- Encontrei e utilizei na elaboração do Plano.
 - d- Encontrei e utilizei na implementação do Plano.
 - e- Encontrei e utilizei na elaboração e implementação do Plano.
5. No caso de já ter conseguido financiamento, indique de que fonte e que ações foram financiadas. Caso não tenha recebido, indique "Não se aplica".
6. Teve apoio técnico de alguma entidade externa?
- a- Não.
 - b- Sim, de uma agência de energia.
 - c- Outro, qual?
7. Considera útil a secção de Boas Práticas do website do Pacto de Autarcas?
- a- Sim
 - b- Não
 - c- Não sei
8. Baseou-se em alguma para elaboração do Plano do seu município? Se sim, indique qual, se não, escreva "Não".
9. Como avalia o desempenho do Secretariado do Pacto de Autarcas?
- a- Útil e responde às questões com rapidez.
 - b- Útil, mas o tempo de espera para obter resposta é muito longo.
 - c- Pouco prestável.
 - d- Não sei, nunca contactei em busca de apoio.
 - e- Outra, qual?
10. Alguma das ações implementadas envolveu diretamente a população? Se sim, indique qual, se não, escreva "Não".
11. Qual o estado de implementação do seu plano?
- a- Nenhuma das ações planeadas foi ainda posta em prática.
 - b- Menos de 30% das ações planeadas foram postas em prática.
 - c- Entre 30% e 50% das ações planeadas foram postas em prática.
 - d- Entre 50% e 70% das ações planeadas foram postas em prática.
 - e- Mais de 70% das ações planeadas foram postas em prática.
 - f- Todas as ações planeadas foram postas em prática.
12. Em que ano enviou o seu Inventário de Referência de Emissões?
- a- 2014
 - b- 2015
 - c- 2016
 - d- 2017
 - e- 2018
 - f- 2019
 - g- 2020
 - h- Ainda não foi enviado.
13. Qual o ano de referência utilizado no Inventário? Indique o ano ou, caso não tenha sido enviado, escreva "Não se aplica".
14. Quais as maiores dificuldades que o seu município enfrentou na elaboração do Plano e do Inventário?
- a- Falta de financiamento
 - b- Falta de recursos humanos
 - c- Dificuldade na recolha de dados para o Inventário de Emissões
 - d- Falta de orientação e aconselhamento
 - e- Prazos apertados para a entrega dos documentos solicitados
 - f- Outra, qual?
15. Já elaborou a Avaliação dos Riscos e da Vulnerabilidade às Alterações Climáticas?
- a- Sim
 - b- Não
16. Que áreas foram incluídas, ou serão incluídas, na Avaliação dos Riscos e da Vulnerabilidade às Alterações Climáticas?
- a- Cheias
 - b- Calor extremo
 - c- Frio extremo
 - d- Incêndios florestais
 - e- Precipitação extrema
 - f- Nevoeiro
 - g- Deslizamento de terras
 - h- Subida do nível da água do mar
 - i- Tornados
 - j- Tempestades
 - k- Nenhuma
 - l- Outro, qual?
17. Que ações de adaptação às alterações climáticas foram incluídas no Plano de Ação?
18. Enviou algum relatório de monitorização? (Pergunta condicional)
- a- Sim (leva à secção 17)

- b- Não (leva à secção 18)

Secção XIII

1. Já passou o prazo de dois anos para envio do Plano de Ação?
 - a- Ainda não
 - b- Sim, e o meu município está suspenso
 - c- Sim, mas o meu município pediu um alargamento do prazo
 - d- Sim, mas o meu município ainda não se encontra suspenso
2. Considera o prazo de dois anos suficiente para a elaboração do Plano de Ação e do Inventário de Emissões?
 - a- Sim
 - b- Não
3. Encontrou alguma oportunidade de financiamento adequada ao seu município?
 - a- Não encontrei nenhuma.
 - b- Encontrei, mas não vai ser utilizada.
 - c- Encontrei e está a ser utilizada na elaboração do Plano.
4. Está a ter apoio técnico de alguma entidade externa?
 - a- Não.
 - b- Sim, de uma agência de energia.
 - c- Outro, qual?
5. Como avalia o desempenho do Secretariado do Pacto de Autarcas?
 - a- Útil e responde às questões com rapidez.
 - b- Útil, mas o tempo de espera para obter resposta é muito longo.
 - c- Pouco prestável.
 - d- Não sei, nunca contactei em busca de apoio.
 - e- Outra, qual?
6. Quais as maiores dificuldades encontradas na elaboração do Plano de Ação e do Inventário de Referência de Emissões?
 - a- Falta de financiamento
 - b- Falta de recursos humanos
 - c- Dificuldade na recolha de dados para o Inventário de Emissões
 - d- Falta de orientação e aconselhamento
 - e- Prazos apertados para a entrega dos documentos solicitados
 - f- Outra, qual?
7. Considera útil a secção de Boas Práticas do website do Pacto de Autarcas?
 - a- Sim
 - b- Não
 - c- Não sei
8. Vai basear-se em alguma das Boas Práticas partilhadas para elaboração do seu Plano? Se sim, indique qual/quais; se não, escreva "Não"; se não sabe, escreva "Não Sei".
9. Em que data pretende enviar o seu Plano?
 - a- Ainda este ano.
 - b- Em 2021
 - c- Em 2022
 - d- Não há ainda uma previsão.
10. Já elaborou a Avaliação dos Riscos e da Vulnerabilidade às Alterações Climáticas?
 - a- Sim
 - b- Não
11. Que áreas foram incluídas, ou serão incluídas, na Avaliação dos Riscos e da Vulnerabilidade às Alterações Climáticas?
 - a- Cheias
 - b- Calor extremo
 - c- Frio extremo
 - d- Incêndios florestais
 - e- Precipitação extrema
 - f- Nevoeiro
 - g- Deslizamento de terras
 - h- Subida do nível da água do mar
 - i- Tornados
 - j- Tempestades
 - k- Nenhuma
 - l- Outro, qual?

Secção XIV

1. Entregou o Plano de Ação para as Energias Sustentáveis (plano referente ao compromisso de 2020)? (Pergunta condicional)
 - a- Sim (Leva à secção 15)

- b- Não (Leva à secção 16)

Secção XV

1. Em que data submeteu o Plano de Ação para as Energias Sustentáveis (referente ao compromisso de 2020)?
 - a- 2008
 - b- 2009
 - c- 2010
 - d- 2011
 - e- 2012
 - f- 2013
 - g- 2014
 - h- 2015
 - i- 2016
 - j- 2017
 - k- 2018
 - l- 2019
 - m- 2020
2. Considera o prazo de dois anos suficiente para elaborar o Plano?
 - a- Sim
 - b- Não
3. O seu município está, ou já esteve suspenso por falta de cumprimento do prazo de envio de algum dos documentos iniciais (Plano de Ação e/ou Inventário de Emissões)?
 - a- Nunca esteve
 - b- Já esteve, mas agora a situação encontra-se regularizada
 - c- Está neste momento suspenso
4. Encontrou alguma oportunidade de financiamento adequada ao seu município?
 - a- Não encontrei nenhuma.
 - b- Encontrei, mas não utilizei.
 - c- Encontrei e utilizei na elaboração do Plano.
 - d- Encontrei e utilizei na implementação de ações do Plano.
 - e- Encontrei e utilizei na elaboração e implementação de ações do Plano.
5. No caso de já ter conseguido financiamento, indique de que fonte e que ações foram financiadas. Caso não tenha recebido, indique "Não se aplica".
6. Teve apoio técnico de alguma entidade externa?
 - a- Não.
 - b- Sim, de uma agência de energia.
 - c- Outro, qual?
7. Considera útil a secção de Boas Práticas do website do Pacto de Autarcas?
 - a- Sim
 - b- Não
 - c- Não sei
8. Baseou-se em alguma para elaboração do Plano do seu município? Se sim, indique qual, se não, escreva "Não".
9. Como avalia o desempenho do Secretariado do Pacto de Autarcas?
 - a- Útil e responde às questões com rapidez.
 - b- Útil, mas o tempo de espera para obter resposta é muito longo.
 - c- Pouco prestável.
 - d- Não sei, nunca contactei em busca de apoio.
 - e- Outra, qual?
10. Alguma das ações implementadas envolveu diretamente a população? Se sim, indique qual, se não, escreva "Não".
11. Qual o estado de implementação do seu plano de ação (referente ao compromisso para 2020)?
 - a- Nenhuma das ações planeadas foi ainda posta em prática.
 - b- Menos de 30% das ações planeadas foram postas em prática.
 - c- Entre 30% e 50% das ações planeadas foram postas em prática.
 - d- Entre 50% e 70% das ações planeadas foram postas em prática.
 - e- Mais de 70% das ações planeadas foram postas em prática.
 - f- Todas as ações planeadas foram postas em prática.
12. Em que ano enviou o seu Inventário de Referência de Emissões?
 - a- 2008
 - b- 2009
 - c- 2010
 - d- 2011
 - e- 2012
 - f- 2013
 - g- 2014
 - h- 2015

- i- 2016
 - j- 2017
 - k- 2018
 - l- 2019
 - m- 2020
 - n- Ainda não foi enviado.
13. Qual o ano de referência utilizado no Inventário? Indique o ano ou, caso não tenha sido enviado, escreva “Não se aplica”.
14. Quais as maiores dificuldades que o seu município enfrentou na elaboração do Plano e do Inventário?
- a- Falta de financiamento
 - b- Falta de recursos humanos
 - c- Dificuldade na recolha de dados para o Inventário de Emissões
 - d- Falta de orientação e aconselhamento
 - e- Prazos apertados para a entrega dos documentos solicitados
 - f- Outra, qual?
15. Já elaborou a Avaliação dos Riscos e da Vulnerabilidade às Alterações Climáticas?
- a- Sim
 - b- Não
16. Que áreas foram incluídas, ou serão incluídas, na Avaliação dos Riscos e da Vulnerabilidade às Alterações Climáticas?
- a- Cheias
 - b- Calor extremo
 - c- Frio extremo
 - d- Incêndios florestais
 - e- Precipitação extrema
 - f- Nevoeiro
 - g- Deslizamento de terras
 - h- Subida do nível da água do mar
 - i- Tornados
 - j- Tempestades
 - k- Nenhuma
 - l- Outro, qual?
17. Que ações de adaptação às alterações climáticas foram incluídas no Plano de Ação?
18. Tendo em conta que o seu município renovou os compromissos para 2030, já elaborou o novo Plano de Ação para as Energias Sustentáveis e o Clima?
- a- Já foi elaborado, submetido, e já está a ser posto em prática.
 - b- Já foi elaborado e submetido.
 - c- Ainda está a ser elaborado.
 - d- Ainda não começou a ser elaborado.
19. Enviou algum relatório de monitorização no âmbito do Pacto de Autarcas? (Pergunta condicional)
- a- Sim (leva à secção 17)
 - b- Não (leva à secção 18)

Secção XVI

1. Tendo aderido primeiramente ao compromisso para 2020, não chegou a enviar um Plano de Ação para as Energias Sustentáveis. O seu município...
- a- Não enviou o Plano dentro do prazo de dois anos após a adesão, mas não foi suspenso.
 - b- Não enviou o Plano dentro do prazo de dois anos após a adesão, e foi suspenso.
 - c- Não chegou a enviar o Plano porque renovou os compromissos para 2030 dentro de dois anos após a adesão.
2. Já enviou o Plano de Ação para as Energias Sustentáveis e o Clima (que deve ser enviado até dois anos após a renovação do compromisso para 2030)?
- a- Ainda não, mas ainda não passou o prazo.
 - b- Ainda não, já se passou o prazo, e o meu município está suspenso.
 - c- Ainda não, já se passou o prazo, mas o meu município não está suspenso.
 - d- Ainda não, já se passou o prazo, mas o meu município pediu um alargamento do prazo.
 - e- Sim, dentro do prazo.
 - f- Sim, depois do prazo, mas o município não foi suspenso.
 - g- Sim, depois do prazo, e o município esteve suspenso até ao envio.
3. Caso ainda não tenha enviado o Plano de Ação para as Energias Sustentáveis e o Clima, indique quando o pretende enviar.
- a- Ainda em 2020.
 - b- Em 2021.
 - c- Em 2022.
 - d- Não há ainda uma previsão.
 - e- Não sei.
4. Considera o prazo de dois anos suficiente para a elaboração do Plano de Ação e do Inventário de Emissões?
- a- Sim

- b- Não
- 5. Encontrou alguma oportunidade de financiamento adequada ao seu município?
 - a- Não encontrei nenhuma.
 - b- Encontrei, mas não vai ser utilizada.
 - c- Encontrei e está a ser utilizada na elaboração do Plano.
- 6. Está a ter apoio técnico de alguma entidade externa?
 - a- Não.
 - b- Sim, de uma agência de energia.
 - d- Outro, qual?
- 7. Como avalia o desempenho do Secretariado do Pacto de Autarcas?
 - a- Útil e responde às questões com rapidez.
 - b- Útil, mas o tempo de espera para obter resposta é muito longo.
 - c- Pouco prestável.
 - d- Não sei, nunca contactei em busca de apoio.
 - e- Outra, qual?
- 8. Quais as maiores dificuldades encontradas na elaboração do Plano de Ação e do Inventário de Referência de Emissões?
 - a- Falta de financiamento
 - b- Falta de recursos humanos
 - c- Dificuldade na recolha de dados para o Inventário de Emissões
 - d- Falta de orientação e aconselhamento
 - e- Prazos apertados para a entrega dos documentos solicitados
 - f- Outra, qual?
- 9. Considera útil a secção de Boas Práticas do website do Pacto de Autarcas?
 - a- Sim
 - b- Não
 - c- Não sei
- 10. Vai basear-se em alguma das Boas Práticas partilhadas para elaboração do seu Plano? Se sim, indique qual/quais; se não, escreva "Não"; se não sabe, escreva "Não Sei".
- 11. Já elaborou a Avaliação dos Riscos e da Vulnerabilidade às Alterações Climáticas?
 - a- Sim
 - b- Não
- 12. Que áreas foram incluídas, ou serão incluídas, na Avaliação dos Riscos e da Vulnerabilidade às Alterações Climáticas?
 - a- Cheias
 - b- Calor extremo
 - c- Frio extremo
 - d- Incêndios florestais
 - e- Precipitação extrema
 - f- Nevoeiro
 - g- Deslizamento de terras
 - h- Subida do nível da água do mar
 - i- Tornados
 - j- Tempestades
 - k- Nenhuma
 - l- Outro, qual?
- 13. Enviou algum relatório de monitorização? (Pergunta Condicional)
 - a- Sim (leva à secção 17)
 - b- Não (leva à secção 18)

Secção XVII

1. O seu município enviou o primeiro relatório no prazo de dois anos após o envio do Plano de Ação?
 - a- Sim.
 - b- Não, mas pediu um alargamento do prazo.
 - c- Não, mas não foi suspenso
 - d- Não, e foi suspenso.
 - e- O meu município enviou dois Planos de Ação, um relativo a 2020, e outro a 2030.
2. Tendo o seu município enviado dois Planos, enviou algum relatório relativo ao primeiro Plano?
 - a- O meu município só enviou um Plano.
 - b- Sim, dentro do prazo de dois anos após o envio do Plano.
 - c- Sim, depois do prazo de dois anos após o envio do Plano.
 - d- Não, apesar de se terem passado mais de dois anos entre o envio do Plano e a renovação do compromisso.
 - e- Não, mas não se chegaram a passar dois anos entre o envio do Plano e a renovação do compromisso.
3. Tendo o seu município enviado dois Planos, enviou algum relatório relativo ao segundo Plano?
 - a- O meu município só enviou um Plano.
 - b- Sim, dentro do prazo de dois anos após o envio do segundo Plano.

- c- Sim, depois do prazo de dois anos após o envio do segundo Plano.
 - d- Não, mas ainda não se passaram dois anos, desde o envio do segundo Plano.
 - e- Não, apesar de se terem passado mais de dois anos desde o envio do segundo Plano.
4. Em que anos foram enviados relatórios referentes às ações do Plano de Ação para as Energias Sustentáveis (plano referente aos compromissos de 2020)? Caso não se aplique, escreva “Nenhum”.
 5. Em que anos foram enviados relatórios referentes às ações do Plano de Ação para as Energias Sustentáveis e o Clima (plano referente aos compromissos de 2030)? Caso não se aplique, escreva “Nenhum”.

Secção XVIII

1. Já se passaram dois anos desde o envio do Plano de Ação?
 - a- Não, ainda não se passaram dois anos.
 - b- Sim, já se passaram mais de dois anos e o meu município está suspenso.
 - c- Sim, já se passaram mais de dois anos, mas o meu município não está suspenso.
2. Caso já se tenham passado dois anos, indique os motivos que levaram ao atraso no envio do documento.
 - a- Falta de recursos humanos.
 - b- Foco noutras prioridades para o município.
 - c- Não se conseguiram pôr em prática as ações definidas no Plano.
 - d- Dificuldade na recolha de dados relativos ao desempenho das atividades.
 - e- O prazo de dois anos não é suficiente.
 - f- Outra. Qual?

Secção XIX

1. Tendo em conta a situação pandémica que vivemos, considera que a mesma possa ter dificultado a implementação das ações planeadas, ou a elaboração de algum documento?
 - a- Não.
 - b- Sim, na medida em que obrigou à mobilização de recursos humanos e/ou financeiros no combate à pandemia, tendo a iniciativa Pacto de Autarcas passado para segundo plano.
 - c- Sim, na medida em que impossibilitou ou forçou à adaptação de algumas das atividades previstas, devido às novas normas de distanciamento social e ao confinamento imposto.
 - d- As duas anteriores.
 - e- Outra, qual?
2. Surgiu alguma nova atividade ou iniciativa, no âmbito do Pacto de Autarcas, despoletadas pela situação pandémica? Se sim, indique qual; se não, escreva “Não”.

Secção XX

1. Quantos técnicos (superiores ou outros) do Município desenvolvem trabalho dedicado aos temas da energia ou clima?
2. Qual o orçamento municipal alocado a programas de energia e/ou à ação climática? (Indique o valor aproximado em euros). Se o Orçamento de 2021 já está aprovado, indique o valor referente ao mesmo. Se ainda não está, indique o valor previsto inicialmente no Orçamento de 2020.
3. Qual o departamento que é o principal responsável pelo desenvolvimento de políticas ou projetos ligados à energia?
4. Qual o departamento que é o principal responsável pelo desenvolvimento de políticas ou projetos ligados à ação climática?
5. Qual o grau de esforço que o município faz para a redução de emissões dos equipamentos, frota e edifícios municipais?
 - a- Nenhum esforço.
 - b- Pouco esforço.
 - c- Algum esforço.
 - d- Bastante esforço.
6. Liste exemplos desse esforço.
7. Qual a frequência com que cidadãos, empresas e outros grupos locais do seu município apresentam aos decisores autárquicos questões relacionadas com a energia e o clima?
 - a- Quase nenhuma frequência.
 - b- Pouca frequência.
 - c- Alguma frequência.
 - d- Bastante frequência.
8. Se pudesse melhorar algo na metodologia proposta pelo Pacto de Autarcas, o que seria? (Pergunta não obrigatória)
9. Tendo em conta os recentes desenvolvimentos relativos às metas europeias na área do Clima, que apontam agora para uma redução de emissões mais ambiciosa, de 55% até 2030, em contraste com os 40% propostos inicialmente, considera que o seu município é capaz de se alinhar com os novos objetivos e apontar para uma maior redução de emissões?

3. Lista de Municípios Portugueses Signatários Incluídos no Inquérito

Nome do Município	Ano de Adesão	Participou no Inquérito
Abrantes	2012	Não
Águeda	2008	Sim
Alandroal	2015	Não
Albergaria-a-Velha	2014	Sim
Alcanena	2012	Não
Alcochete	2013	Sim
Alenquer	2010	Não
Alfândega da Fé	2014	Não
Alijó	2013	Sim
Almada	2009	Não
Alter do Chão	2012	Sim
Alvaiázere	2010	Sim
Amadora	2010	Não
Amares	2014	Não
Anadia	2014	Sim
Arcos de Valdevez	2010	Sim
Armamar	2013	Sim
Arruda dos Vinhos	2010	Não
Aveiro	2014	Sim
Avis	2012	Sim
Barcelos	2014	Não
Barreiro	2011	Sim
Batalha	2015	Não
Beja	2010	Não
Belmonte	2010	Não
Benavente	2010	Sim
Bombarral	2018	Sim
Boticas	2010	Sim
Braga	2013	Sim
Bragança	2010	Sim
Cabeceiras de Basto	2010	Não
Caldas da Rainha	2013	Não
Calheta	2013	Não
Câmara de Lobos	2012	Não
Caminha	2010	Não
Carraceda de Ansiães	2013	Não
Cascais	2008	Não
Castelo de Vide	2018	Não
Castro Marim	2019	Sim

Coimbra	2011	Não
Constância	2013	Não
Coruche	2010	Sim
Covilhã	2021	Não
Entroncamento	2013	Não
Esposende	2010	Não
Estarreja	2014	Sim
Évora	2011	Não
Fafe	2011	Sim
Faro	2011	Sim
Ferreira do Alentejo	2008	Não
Ferreira do Zêzere	2013	Não
Figueira de Castelo Rodrigo	2019	Não
Freixo de Espada à Cinta	2013	Não
Funchal	2011	Sim
Gondomar	2020	Sim
Grândola	2010	Não
Guarda	2011	Sim
Guimarães	2013	Não
Ílhavo	2014	Não
Lagoa (Açores)	2016	Sim
Lagoa (Algarve)	2010	Não
Lamego	2013	Sim
Leiria	2015	Não
Lisboa	2008	Sim
Loures	2010	Não
Lourinhã	2010	Sim
Lousada	2018	Sim
Mação	2013	Sim
Macedo de Cavaleiros	2010	Não
Machico	2012	Sim
Maia	2017	Sim
Marco de Canaveses	2020	Sim
Marvão	2010	Não
Matosinhos	2010	Sim
Mealhada	2018	Sim
Melgaço	2011	Não
Mértola	2015	Sim
Mesão Frio	2013	Sim
Mogadouro	2010	Não
Moimenta da Beira	2013	Não
Moita	2014	Não
Monção	2011	Sim

Mondim de Basto	2013	Não
Montemor-o-Velho	2010	Não
Montijo	2014	Sim
Moura	2009	Sim
Mourão	2015	Sim
Murça	2013	Não
Murtosa	2014	Sim
Nazaré	2010	Sim
Oeiras	2009	Não
Oliveira do Bairro	2014	Sim
Ourém	2011	Não
Ovar	2010	Sim
Palmela	2009	Sim
Paredes de Coura	2010	Não
Penedono	2013	Sim
Penela	2014	Sim
Peniche	2010	Sim
Peso da Régua	2013	Não
Pombal	2020	Não
Ponta Delgada	2009	Sim
Ponta do Sol	2012	Sim
Ponte da Barca	2010	Sim
Ponte de Lima	2010	Sim
Portel	2015	Não
Porto	2008	Sim
Porto de Mós	2010	Sim
Porto Moniz	2012	Sim
Porto Santo	2012	Sim
Póvoa de Lanhoso	2014	Sim
Póvoa de Varzim	2018	Sim
Reguengos de Monsaraz	2018	Sim
Ribeira Brava	2012	Não
Ribeira de Pena	2010	Sim
Ribeira Grande	2016	Sim
S. João da Pesqueira	2013	Sim
Sabrosa	2013	Sim
Santa Cruz	2012	Não
Santa Marta de Penaguião	2013	Não
Santana	2012	Não
Santarém	2010	Sim
Santiago do Cacém	2010	Não
Santo Amador (freguesia)	2009	Não
Santo Tirso	2019	Sim

São Vicente	2012	Não
Sardoal	2013	Não
Seia	2010	Sim
Seixal	2011	Sim
Sernancelhe	2013	Sim
Serpa	2010	Não
Sertã	2011	Sim
Sesimbra	2019	Não
Setúbal	2014	Não
Sever do Vouga	2014	Sim
Sintra	2015	Sim
Sousel	2012	Sim
Tabuaço	2013	Sim
Tarouca	2013	Sim
Terras de Bouro	2014	Sim
Tomar	2013	Não
Torre de Moncorvo	2013	Sim
Torres Novas	2013	Não
Torres Vedras	2010	Sim
Trofa	2020	Sim
Vagos	2014	Não
Valença	2010	Não
Valongo	2019	Sim
Valpaços	2010	Não
Vendas Novas	2010	Sim
Viana do Castelo	2011	Não
Vila do Bispo	2018	Sim
Vila do Conde	2014	Não
Vila Franca de Xira	2019	Não
Vila Nova da Barquinha	2013	Não
Vila Nova de Cerveira	2011	Não
Vila Nova de Famalicão	2013	Não
Vila Nova de Foz Côa	2013	Não
Vila Nova de Gaia	2008	Não
Vila Nova de Poiares	2010	Sim
Vila Pouca de Aguiar	2010	Sim
Vila Real	2013	Não
Vila Verde	2013	Não
Viseu	2010	Sim
Vizela	2013	Não